

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

VIR VIRTUTIS:
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO PRÍNCIPE PERFEITO NOS
ESCRITOS DE LUCIUS SENECA

MARCOS LUÍS EHRHARDT

CURITIBA
2001

MARCOS LUÍS EHRHARDT

VIR VIRTUTIS:
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO PRÍNCIPE PERFEITO NOS
ESCRITOS DE LUCIUS SENECA

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto. Linha de Pesquisa: Cultura e Poder.

CURITIBA
2001

*A constituição do homem é obra da natureza;
a do Estado uma obra de arte. Não está no
poder dos homens prolongar suas próprias
vidas, porém a eles incumbe prolongar tanto
quanto possível a vida do Estado, dando-lhe a
melhor constituição possível.*

Jean-Jacques Rousseau.

*Lembra-te, romano, de que te cabe o governo
dos povos: nisto consistem tuas belas-artes.*

Virgílio.

Dedicatória

Este trabalho conclui-se depois de uma longa caminhada iniciada pelo incentivo de um grande mestre ao qual mantenho hoje muita admiração e respeito. Incentivou-me a iniciar meus estudos em uma área pela qual hoje nutro uma verdadeira paixão. Infelizmente não está mais entre nós, e lamento profundamente que não possa compartilhar comigo deste momento que passa a ser um misto de alegria e tristeza.

Dedico este trabalho com muito carinho e saudades ao amigo e professor
Ms. Silvio Galvão de Queirós. (In Memoriam).

(...)
É quando teus amigos te surpreendem
Deixando a vida de repente
E não se quer acreditar
Mas essa vida é passageira
Chorar eu sei que é besteira
Mas, meu amigo, não dá pra segurar.

(Edgard Scandurra) "Vida Passageira" – Ira!

Agradecimentos

Relacionar as pessoas que de alguma ou de outra forma contribuíram durante a elaboração deste trabalho não se constitui tarefa das mais tranquilas, talvez pelo risco de esquecer um nome importante.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, especialmente aos professores da banca de qualificação deste trabalho: Dr. Euclides Marchi e Dr^a Fátima Regina Fernandes Frighetto;

Aos professores do Colegiado do Curso de História da UNIOESTE;

As idéias contidas nesse trabalho são de inteira responsabilidade do autor, porém cabe um especial agradecimento à: Dr^a Vânia Leite Fróes, pelas valiosas sugestões apresentadas; ao Dr. Marcos Antônio Lopes na leitura do projeto; ao Ms. Antônio Paulo Benatti, interlocutor das angústias da pesquisa;

À professora Ms Ilse von Borstel G. de Queirós pelo acesso à sua biblioteca;

Ao professor Ms. Paulo César Konzen, pela revisão competente;

À Leandro Magalhães;

À Claides Rejane Schneider, pela força e incentivo;

À Hilário, Claudete e Denise Ehrhardt pelo carinho e apoio em todas as épocas;

Em especial a duas pessoas que foram verdadeiros pilares no meio deste turbilhão de acontecimentos: Neiva Salete Kern Maccari e Deisi das Graças Rizzo; "se todos fossem iguais a vocês que bom seria viver";

Por fim, ao amigo e orientador professor Dr. Renan Frighetto, pelo apoio inconstante e pela orientação segura em todas as fases deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	6
SÊNECA E O IMPÉRIO ROMANO: SUA OBRA, SEU TEMPO.....	6
1.1 AS FONTES	6
1.2 A ROMA IMPERIAL : AMBIENTE DA TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE SÊNECA	12
1.3 METODOLOGIA PARA A INTERPRETAÇÃO DOS TEXTOS SENEQUIANOS	37
CAPÍTULO II.....	49
O IMPÉRIO ROMANO: DE AUGUSTO A NERO.....	49
2.1 O IMPERIUM E O PRINCEPS: CONCEITOS E AÇÕES	54
2.2 SÊNECA E A CONTRIBUIÇÃO DO ESTOICISMO ROMANO.....	68
2.3 LITERATURA E SOCIEDADE NO ALTO IMPÉRIO ROMANO	73
CAPÍTULO III.....	79
SÊNECA E A TRADIÇÃO INTELECTUAL: ACONSELHAMENTOS PARA CORRIGIR AS IMPERFEIÇÕES DO MUNDO	79
3.1 INTÉRPRETES DA DINASTIA JÚLIO-CLÁUDIA.....	79
3.2 SÊNECA E A IMAGEM DO PRÍNCIPE PERFEITO: A FORMAÇÃO MORAL.....	90
3.3. A FORMAÇÃO POLÍTICA: ATRIBUTOS E QUALIDADES DA CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM.....	105
3.3.1 As ações do governante ideal.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
A) FONTES.....	141
B) OBRAS CITADAS E CONSULTADAS	142
C) DICIONÁRIOS	147

RESUMO

O presente trabalho objetiva demonstrar elementos relacionados à construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Seneca, priorizando nesta análise o tratado intitulado *Da Clementia*. O filósofo estóico foi preceptor do imperador Nero e formulou neste período um catálogo de virtudes e exemplos de ações a serem praticadas pelo príncipe na condução do império. Na formulação do modelo ideal de governo, destaca-se nos textos senequianos a formação moral e a formação política do governante. Com tal abordagem, procura-se indicar as relações entre os textos de Sêneca e o funcionamento do principado no primeiro século da era cristã, evidenciando que as reflexões do autor demonstraram-se importantes em sua época e modelares para épocas posteriores.

Palavras-chave: Sêneca; Príncipe Perfeito; Clemência; Modelo; Nero.

ABSTRACT

The present work objectifies to demonstrate elements related to the construction of the image of the perfect prince in Lucius Seneca's writings, prioritizing in this analysis the entitled agreement Of Clementia. The stoic philosopher was emperor's Nero tutor and it formulated in this period a catalog of virtues and examples of actions to be practiced by the prince in the conduction of the empire. In the formulation of government's ideal model, stands out in the texts "senequianos" the moral formation and the ruler's political formation. With such focus, it tries to indicate the relationships between the texts of Seneca and the operation of the principality in the first century of the Christian era, evidencing that the author's reflections were demonstrated important in its time and models for posterior times.

Key-words: Seneca; Perfect Prince; Mercy; Model; Nero.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

204 - Ata da sessão pública de arguição de dissertação para obtenção do grau de Mestre em História. Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil um, às quatorze horas, na sala 612 do Departamento de História, Edifício D. Pedro I, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do candidato **Marcos Luis Ehrhardt** em relação a sua dissertação intitulada “**Vir Virtutis: a construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**”. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, está constituída pelos seguintes professores: Dr. Renan Frighetto (UFPR) (orientador), Drª. Fátima Regina Fernandes Frighetto (UFPR) e Drª Leila Rodrigues da Silva (UFRJ), sob a presidência do primeiro. A sessão teve início com a exposição oral do candidato sobre o estudo desenvolvido, tendo o senhor presidente, concedido a palavra em seguida a cada um dos Examinadores para suas respectivas arguições. Em seguida o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, o senhor presidente retomou a palavra para as considerações finais. A seguir a banca examinadora reuniu-se sigilosamente, decidindo-se pela ~~aprovação~~ do candidato, atribuindo-lhe o conceito final. “~~A~~”. Em seguida o Professor Presidente declarou ~~aprovado~~ o candidato que recebeu o título de **Mestre em História**. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Luci Moreira Baena, secretária, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Luci Moreira Baena

Prof. Dr. Renan Frighetto

Prof. Dr. Fátima Regina Fernandes Frighetto

Prof. Dr. Leila Rodrigues da Silva

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais significativos da herança cultural dos romanos reside na construção das suas idéias em torno dos aspectos morais e dos aspectos políticos de sua sociedade. Esses dois campos, constituem-se como sendo fundamentais para se entender as relações sociais que se estabeleceram dentro de Roma, assim como na sua política de expansão territorial.

Nesse sentido, Lucius Seneca é um autor que mostrou-se preocupado com esse estado de coisas e juntamente com outros autores da antigüidade esteve voltado a pensar e escrever acerca de como deveria ser a conduta dos governantes nas ações em torno do poder político, destacando as diversas virtudes que deveriam ser praticadas pelo monarca na tentativa de se obter um bom governo, constituindo-se, desta forma em verdadeiros manuais pedagógicos de educação para reis e príncipes.

O filósofo Lucius Seneca pode ser considerado um autor que produziu obras destinadas a educação do governante. Para discutir a presença dos escritos deste filósofo na vida romana, o trabalho aqui apresentado encontra-se organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda questões relacionadas à trajetória intelectual de Sêneca, sua formação e obras. A importância de um estudo dessa natureza torna-se essencial na medida em que, acompanhando a trajetória do autor, tem-se condições de compreender o diálogo que este estabelece com a tradição literária: a de seu tempo, a anterior e possíveis contribuições para períodos posteriores.

Num segundo momento deste capítulo, esboça-se a contribuição do estudo da história das idéias políticas, mais especificamente a renovação operada nesse campo de estudos nos últimos anos. Nesse sentido, optou-se por dar maior ênfase à abordagem acerca das questões metodológicas, procurando mostrar como estas contribuíram na realização da presente pesquisa.

No segundo capítulo, optou-se pela elaboração de uma contextualização do mundo romano — mais especificamente da cidade de Roma, no período que abrange os principados de Augusto a Nero —, destacando a sua organização, prioritariamente no campo político, sem perder de vista outros aspectos não menos importantes. Ressalta-se que neste capítulo haverá constantemente uma preocupação com dois elementos importantes: poder e legitimidade. Estes, remetem diretamente à preocupações do texto do autor latino e que merecerão um olhar mais atento.

Nesse sentido, as questões em torno da sucessão imperial, dos conflitos políticos e bastidores do poder darão a tônica dessa parte do trabalho. Discute-se ainda a formação do principado e a presença da escola filosófica do estoicismo, destacando de que forma esta penetra no mundo romano e contribui nas questões em torno do universo político. Tal contextualização

permite visualizar os acontecimentos da primeira metade do primeiro século da era cristã, objetivando, desta forma, compreender a produção senequiana e a inserção de suas reflexões nesse contexto.

O terceiro capítulo consta de um apanhado acerca do ambiente intelectual que cercava os imperadores da dinastia júlio-cláudia, buscando mostrar como este ambiente interfere constantemente junto aos governantes. Vários autores, juntamente com Sêneca, produzem a memória deste período e constata as realizações e limitações das ações desses administradores. Nesse capítulo, procurar-se-á estabelecer o diálogo que Sêneca faz com sua época, bem como demonstrar que almejava servir de fonte e inspiração para épocas vindouras.

Na construção do modelo do príncipe perfeito formulado por Sêneca, realiza-se um estudo das virtudes principescas, estabelecendo a sua importância no mundo romano, porém, dando ênfase no texto senequiano, ou seja, percebendo a hierarquização que este faz das virtudes e quais seriam as mais importantes a serem praticadas tanto pelos cidadãos quanto pelo príncipe.

A análise procurará demonstrar que o tratado político *Da Clementia*, principal texto aqui utilizado, forneceu as bases para o governo de Nero. O filósofo escreveu-o com o intuito de reforçar a grandeza do imperador, como uma necessidade de afirmação do poder imperial perante o Senado e o povo romano.

O *Tratado Sobre a Clemência* constituiu-se em um dos grandes textos senequianos apresentando nitidamente uma função pedagógica, de orientação para príncipes e reis. Ainda que Sêneca escreva diretamente o tratado para o

imperador Nero, entende-se que as lições e orientações apresentadas serviram também para governantes futuros.

As constantes leituras das fontes utilizadas nesta pesquisa possibilitaram a organização de um fichamento dos textos, dando ênfase nas qualidades morais e políticas do príncipe, além dos seus atributos físicos e sua postura como chefe supremo do império romano. Num outro momento, destaca-se as ações que deveriam ser praticadas pelo governante para caracterizar um modelo ideal, para sua época bem como para períodos posteriores. Assim sendo, neste capítulo, a primeira parte enfatiza a formação moral e a segunda a formação política. Estas são duas constantes nos textos senequianos, constituindo-se, desta forma, em um catálogo ou modelo a inspirar as ações dos governantes.

Ao final, a ênfase recai sobre os *exempla*, elementos utilizados freqüentemente nos textos de Lucius Seneca. Tal constatação permite que se caminhe para a realização posterior: um estudo voltado à *Historia magistra vitae*. Para tanto, propõe-se a utilização de textos de autores latinos considerados precursores, no sentido mais amplo do termo, de um modelo que permanece na produção intelectual de autores do medievo e da época moderna.

O olhar sobre o universo político do e no império romano será feito, nessa abordagem, segundo a ótica de Sêneca: autor e ator atuante no cenário político deste império; diretamente quando esteve atrelado ao poder durante o principado de Nero; indiretamente quando, mesmo desvinculado de ocupações políticas, escreveu obras acerca deste universo ou que remetiam-se à administração pública e sobre as relações entre imperadores e súditos.

Dado a natureza deste trabalho, interessa evidenciar a produção legada por Sêneca para a sua época e para a posteridade; suas ocupações e o diálogo que manteve com uma Roma em constante transformação.

CAPÍTULO I

Sêneca e o Império Romano: sua obra, seu tempo

1.1 As fontes

Quando será que aprenderemos que há certas coisas que só começamos a perceber quando nos dispusermos a remontar às fontes.

José Saramago

Delimitar as fontes para a realização da pesquisa não constitui tarefa simples. Pelo contrário. Em primeiro lugar, porque Sêneca transitou em diversos campos e estabeleceu nos seus próprios textos “diálogos internos”, pois uma obra se remonta à outra e vice-versa. Em segundo lugar, o volume de sua produção intimida o mais bem intencionado dos pesquisadores. Além disso, existe uma grave incerteza sobre a cronologia das suas obras, o que ocasiona grandes dificuldades para traçar uma linha do desenvolvimento de suas idéias.

A partir de um primeiro contato com as fontes e posterior definição da problemática, optou-se por priorizar os textos que diretamente se reportavam ao campo das idéias políticas. São eles: *Da Ira*, *Apokoloquintose do Divino Cláudio* e *Da Clemência*. Todos os três textos discutem questões relacionadas a três governos imperiais, escritos para seus respectivos governantes: Calígula, Cláudio e Nero. A prioridade estará direcionada a este último dos imperadores Júlio-Cláudios. Sendo assim, o governo neroniano e uma das fontes acima citadas, *Da Clementia*, constituem o foco principal da pesquisa. Contudo, todos os textos citados formam um conjunto adequado para perceber os elementos que demonstram o modelo ideal do soberano almejado pela filosofia senecana.

O segundo critério, não menos importante, procurou definir os textos pela sua natureza moral, traduzida como fonte privilegiada para a elaboração de um quadro das características do homem virtuoso em Sêneca, além de destacar um outro aspecto de suma importância no entendimento do pensamento senecano: sua vinculação à filosofia do estoicismo.

Ademais, as fontes selecionadas procuram auxiliar o entendimento de uma das condições básicas, espécie de “lugar comum”, estabelecidas pela literatura política: administrar a si próprio para administrar os outros. Segundo Ernst Cassirer, “para eles - os estóicos - não existia quebra de continuidade entre a esfera individual e política. E isto porque estavam convencidos de que a realidade tomada como um conjunto, tanto a realidade

física como a vida moral, era uma grande ‘república’¹. Um exemplo ilustrativo desse enfoque está condensado no estudo introdutório que aparece na edição portuguesa das “Epístolas Morais”, ou “Cartas a Lucílio”:

Os seus escritos [de Sêneca], além de serem uma forma de difundir no público as suas idéias e de assim realizar uma tarefa pedagógica (que sempre esteve na mira do estoicismo), são também uma forma de se educar a si próprio, são exercícios espirituais que propõem tanto para si como para os outros, são meditações sobre as ocorrências da sua existência, são uma forma de fixar as suas idéias, de assegurar para si uma estabilidade, uma constância assente na fidelidade aos princípios, um método para atingir a identidade consigo próprio.²

As obras de Sêneca, citadas em parágrafos anteriores, formam o conjunto principal das fontes escolhidas para a realização do estudo. Entretanto, outros textos não citados nesse momento serão utilizados para ampliar e/ou elucidar outros aspectos pertinentes à pesquisa. Apesar de não estarem aqui enumerados, formam um outro conjunto importante para a argumentação e a problemática apresentada no presente trabalho.

Daí a opção de abordar outros textos de Sêneca como aqueles de natureza moral e as chamadas “Cartas Consolatórias”. Além deles, as cartas escritas, não a governantes, mas para amigos, guardam informações acerca da conduta adequada do cidadão, e, portanto, úteis para o entendimento das qualidades do homem virtuoso. O conjunto das cartas mais conhecido de Sêneca e um dos mais ricos para os objetivos do trabalho são as “Epístolas Morais” ou “Cartas a Lucílio”, já anteriormente citadas.

¹ CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. Lisboa: P.E.A., 1961. p. 134

² CAMPOS, 1991. p. xxviii

Essas Cartas possibilitam uma análise mais produtiva dos pensamentos políticos e morais de Sêneca, já que estão ligados a uma fase em que o autor estava se desvinculando do poder. Nelas, atua um homem que perdera as esperanças de alguma forma ainda influenciar e orientar o imperador nas lides com a administração. Os eventos e as intrigas palacianas retratadas pelo filósofo nas epístolas, remetem-se principalmente aos principados de Calígula, Cláudio e Nero.

Tais fontes, não consideradas como o conjunto principal, serão amplamente utilizadas ao longo do trabalho, pois entende-se que a melhor forma de abordar o tema em seu contexto, é recorrer constantemente e diretamente às fontes. Estas, constituem-se como a melhor imagem para o entendimento das representações sociais vigentes na Roma Imperial. Permitem compreender os seus autores e atores, vistos como uma espécie de intérpretes dos acontecimentos e convenções. O ideal desta Roma Imperial não se limita apenas aos valores propriamente políticos. A justiça e o equilíbrio na administração foram meios para se alcançar um outro fim: uma vida de paz, felicidade e prosperidade a todo o povo do império.

A escolha das referidas fontes objetiva visualizar as disputas políticas internas, a relação do príncipe com o Senado, a relação do príncipe com seus súditos e a administração do seu reino.

No que se refere ao tratado *Da Clementia*, principal fonte desta pesquisa, convém considerar que existem acirradas discussões de especialistas, entre eles filólogos, historiadores e filósofos, acerca do estado do texto latino. Uma discussão interessante encontra-se na introdução da

tradução feita no Brasil, amplamente utilizada pelos pesquisadores, a partir dos escritos de François Préchac.

O tratado foi escrito, aproximadamente³, em 56 d. C. e é dedicado ao imperador Nero. Nele, acredita-se encontrar os elementos que caracterizam, para Sêneca, a noção do soberano ideal. Além disso, a clemência, principal elemento do tratado, pertence a um extenso catálogo, e é para o estóico a principal das virtudes.

Por se tratar de uma virtude, ela pode ser apreendida, e, dessa forma, aplicada pelo governante no trato com o público e a administração. O texto mais conhecido foi publicado em Nápoles em 1475. As edições mais "importantes do século XVI e XVII são as de Erasmo, Pipsius e Gronovius; as do século XIX são de Haase, Gertz e Rossbach; e as do início do século XX são de Hosius e Buck"⁴.

A grande discussão travada entre os especialistas gira em torno do fato de que Sêneca não teria concluído o tratado, estando seu texto incompleto. Foi François Préchac que, no final do século XIX, propôs uma leitura do texto, que segundo ele estaria completo, porém, propondo uma redistribuição das partes que compõem o tratado⁵.

³ O tratado normalmente é datado entre 54 e 55 d.C. Há autores, segundo Éttore Paratore que consideram-no escrito em 58. De qualquer forma, foi escrito numa fase em que Sêneca exerceu decisiva influência na condução do Império.

⁴ BRAREN, 1990. p. 24

⁵ Conforme a tradição, o tratado teria sido escrito em três livros. Restariam os dois primeiros; do terceiro nada restaria. Para Préchac, porém, o Livro II pertence ao Livro I, ou é anterior a ele. O mesmo Livro II deve ser dividido, pelo conteúdo existente nele, em duas partes. A terceira parte seria o Livro I. Assim, o Livro I discorre sobre Nero; o Livro II sobre a natureza da clemência e suas delimitações e o Livro III sobre como o soberano deve pôr em prática a virtude da clemência, a fim de exercer um bom governo.

Para poder demonstrar que o texto senecano encontra-se completo, Préchac teria pesquisado extratos, paráfrases da Idade Média e do Renascimento e elogios nos escritos de panegiristas. Para ele, a antigüidade e a Idade Média tiveram acesso somente ao que conhecemos da obra. O tratado jamais foi maior do que o atualmente existente. Houve, para Préchac, uma deslocação das partes da obra.

As objeções à proposta de Préchac não tardaram a aparecer: em 1923, através de Eugène Albertini e, em 1950, através de Pierre Grimal. Ainda em 1950, Frank Weidauer passou a estudar a obra como uma manifestação de um pensador romano preocupado com os problemas políticos de Roma. Para ele, o estado do texto latino, completo ou incompleto, é irrelevante.

Em 1973, Bernard Mortureux procedeu, pela primeira vez, ao exame metódico e objetivo da obra. Seu estudo, considerado por Pierre Grimal uma das grandes leituras de Sêneca, reforça a tese de que o texto de Sêneca é incompleto.

Em 1976, Mirian Griffin considerou como muito provável que Sêneca tenha deixado a obra inacabada porque não acredita que o filósofo concluiria o tratado diante da carreira nefasta assumida por Nero em um período imediatamente posterior à elaboração do tratado.

Apesar desses questionamentos, optou-se, para a elaboração da pesquisa, pela tradução portuguesa feita a partir do texto bilingüe da editora francesa "Les Belles Lettres", produzido por François Préchac.

Cabe destacar que não é um dos objetivos do presente trabalho travar uma discussão filológica do texto senecano. Sendo assim, a integridade do texto de Sêneca, apesar de ser um aspecto importante, não será objeto de análise do empreendimento crítico ora proposto. O que se busca é um estudo voltado a discutir o poder do governante na Roma do primeiro século da era cristã.

A problemática acerca da fonte deve ser levantada e comentada, mas mais importante que isto para a presente reflexão, é que tal fonte mostra-se como uma espécie de receituário de como o imperador deveria agir, tanto como cidadão quanto, e sobretudo, como governante.

1.2 A Roma Imperial : ambiente da trajetória intelectual de Sêneca

Um estudo centrado prioritariamente na obra de um autor, requer, que se faça uma incursão na sua trajetória de vida, naquilo que é possível recuperar, assim como na sua trajetória intelectual, destacando as reflexões produzidas em diversas épocas, e o mais importante, dando ênfase ao contexto em que tais obras foram gestadas, pois em se tratando de um autor como Sêneca, tal questão torna-se fundamental.

Vivendo em um período político constantemente abalado e conturbado, Sêneca soube manter um diálogo com os mais diversos grupos, por vezes inclusive rivais; ocupando cargos importantes dentro do império a ponto de ter em suas mãos, por um determinado tempo, os destinos deste.

Para J. Machail, falando sobre o porque os escritos de Sêneca compensarem um estudo, não meramente como o “trabalho de um brilhante homem de letras que, durante alguns anos, durante a juventude de Nero, teve o governo do mundo civilizado sob sua responsabilidade, mas pela influência profunda e contínua que exerceram sobre o pensamento ético, sobre os padrões e ideais de conduta”⁶.

Por se tratar de uma figura relevante em seu momento, foi alvo de ataques extremados, seja por inimizades e desentendimentos pessoais, seja por ataques de inimigos políticos. Sêneca foi uma espécie de homem “em situação”, pois participou ativamente dos problemas da Roma imperial do primeiro século da era Cristã. Na medida em que é visto como um autor modelar, alguns dos comentadores de sua produção, nas mais diversas épocas, tem-se mostrado implacáveis nas suas observações, ainda que se reconheça a importância e amplitude de suas obras.

Sêneca transitou por um grande período de tempo entre imperadores e a aristocracia senatorial com uma desenvoltura tal que possibilitou a sua permanência no círculo do poder. Sua sobrevivência pode ser entendida no exemplo de uma postura adequada a esse meio que ele mesmo fornece em trecho do tratado *Da Ira*, livro segundo: “Conocidísima es la frase de aquél que había envejecido sirviendo a reyes, cuando le preguntaban cómo había llegado a cosa tan rara en la corte, a la vejez: ‘Recibiendo injurias, contestó,

⁶ MACHAIL, J. 1992. p. 371

y dando las gracias'. Frecuentemente no es provechoso vengar las injurias, siéndolo por el contrario no reconocerlas"⁷.

Seguindo os ensinamentos de Átalo, por outro lado, coloca-se contra o luxo, contra as paixões desenfreadas e os desejos incontidos que para Sêneca, transformam, as pessoas em servas de si mesmo, impedindo-as de crescerem e se aperfeiçoarem individualmente, e em decorrência não encontrarem-se preparadas para viver em sociedade. Com uma abundância de palavras e referências a outras línguas, alusões diversas, citações, mostra-se como um brilhante artista das letras latinas. Era preciso um modo de falar e de escrever inteiramente apropriados, porém para Sêneca, não tendo um fim em si mesmos, mas como um remédio, sendo útil para servir aos leitores e aos ouvintes. A sua filosofia ensinava não apenas a bem falar, mas também a negociar em Roma; posturas exigidas para aqueles que estavam circulando nos bastidores do poder imperial.

Em Ettore Paratore, "uma das personagens da literatura latina de quem mais se gosta, apesar de e, diria sobretudo pelos seus defeitos, que o fazem aparecer tão próximo de nós, mesmo com sua grandeza; e a sua grandeza refulge precisamente pela fineza e sinceridade com que reconhece e analisa esses seus defeitos"⁸.

Lucius Seneca escreveu diversos textos abrangendo as mais diversas áreas. Com raras exceções, não direcionou e nomeou os destinatários de

⁷ SÊNECA. De la Ira In: _____. *Tratados filosóficos*. Buenos Aires: Librería El Ateneo Editorial, 1952. p. 442

⁸ PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. p. 577

suas reflexões, sejam eles amigos, inimigos políticos, príncipes e reis. Em grande parte deles, transmite o mal-estar de seu tempo, levanta problemas e aponta soluções, ao cidadão romano, ao político e sua administração. “Com grande poder de observação, Sêneca detectou aguda e pertinentemente aquilo a que poderíamos chamar o *mal du siècle* da Roma de então e que em síntese seria possível definir com a deriva de uma sociedade carente de valores”⁹.

Um homem jovem, que não pertencia a nenhuma família nobre de Roma, precisou trilhar seu caminho como um novo homem (*homo novus*). Existia, naquele tempo, como no tempo de Cícero, incentivos para novos talentos como orador. Sua família era de uma linhagem de cavaleiros de Córdoba, hoje a região da Andalusia. Sêneca aprendeu o fino discurso das cidades grandes, o que mais tarde se mostraria essencial para alguém que iria pertencer a um alto grupo social romano. O filósofo latino debateu importantes casos jurídicos; falou perante a Assembléia Popular, como Edil e como Pretor.

Nas fontes, ou partir das fontes interessa não perder de vista um aspecto fundamental, e que está relacionado com a função de um texto na época em que foi escrito e lido. Para Renato Janine Ribeiro:

O texto persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo, porém arma. Um pensador político não procura refletir o seu tempo e sociedade; quer produzir efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo da eficácia própria do discurso. A

⁹ CAMPOS, op. cit., p. xxviii

leitura é o processo pelo qual se dá tal eficácia. Escrever e ler, portanto, não são meros efeitos: são produtores.¹⁰

Em 14 d. C.¹¹, Sêneca recebe lições de vários filósofos entre eles: o estóico Átalo, o cínico Demétrio, o neopitagórico Sócio, além de Papírio Fabiano, retor e filósofo estóico. Ressalta-se ainda, a ampla e perene influência de seu pai, Sêneca, - velho, que torna-o um grande orador da filosofia romana, assim como Cícero o foi em época precedente.

Nesse período se assiste a ascensão de Tibério ao trono quando se dá substituição da casa Júlia pela casa Cláudia, quando se instaura um regime adotando uma linha de completa e absoluta deferência ao Senado. O imperador indicava suas atribuições por intermédio dos cônsules, seguindo tradições da antiga república, algo como se estivesse, segundo Tácito, "duvidoso de exercer o poder"¹².

Tibério encontrava-se em idade já avançada quando se viu galgando ao mais alto degrau da pirâmide imperial. Na verdade, este imperador preparava-se para encerrar a vida pública, momento no qual fazia um balanço de sua vida, colhendo muito mais amarguras que satisfações. Dentre os imperadores da dinastia Júlio-Cláudia, Tibério fora o único general; porém, pouco usara desse recurso nas suas ações pelo Império.

¹⁰ RIBEIRO, Renato Janine. A filosofia política na história. *Revista Discurso*, São Paulo, v. 2, n. 14, p. 125-137, 1989.

¹¹ Todas as datas citadas, a partir de agora, referem-se a depois de Cristo. Caso contrário, as datas serão devidamente identificadas.

¹² TÁCITO, Cornélio. *Anais*. São Paulo : Departamento de Imprensa Nacional, 1964, p. 11.

Para Tácito, “livre de qualquer temor, conduziu-se a princípio com muita moderação e quase como um cidadão particular (...). Não aceitou nem templos, nem flamínios, nem sacerdotes. Proibiu que se lhe erigissem estátuas e imagens, sem licença da sua parte”¹³. Com tal postura, pode-se apontar a tentativa de imitar o principado de Augusto, principalmente no que se refere ao esforço em espelhar seu regime num modelo ideal de governo, sustentado pela moderação e pela virtude. Sêneca em diversos de seus textos também visualizará o principado de Augusto como um regime modelar e portanto visto como inspirador a outros ocupantes do trono imperial.

Em carta citada nos *Anais* de Tácito, enviada aos senadores, Tibério ataca com severidade o luxo e os excessos:

Todas as leis estabelecidas por nossos maiores, todas as que promulgou o divino Augusto, decaídas, umas pelo esquecimento, outras pelo descaso, o que é mais vergonhoso, tiveram o efeito de fortalecer o luxo (...). Por que razão reinava entre nós outrora a parcimônia? Porque cada um se dominava a si mesmo, porque éramos cidadãos de uma mesma Itália, quando conseguimos dominá-la, não nos oferecia tais estímulos. Depois, com as vitórias externas, aprendemos a gastar o alheio, e nas guerras civis, o nosso.¹⁴

O momento está marcado por um “esvaziamento de idéias” e o governo de Tibério marca essa característica, principalmente na obra de historiadores. As fontes que alimentaram os grandes escritores do primeiro século, pintaram uma imagem de um imperador imperfeito, portanto, o verdadeiro protótipo do tirano; imagem imputada por uma historiografia dita colorista e dramática. “À Tibério, iam já faltando as forças, mas não o

¹³ Idem, p. 111

¹⁴ Idem, p. 130-131

abandonava a dissimulação: conservava a mesma flexibilidade de ânimo, (...) embora com rebuscada jovialidade pretendesse encobrir a manifesta decadência física”¹⁵.

A literatura cristã não poupou críticas a inúmeros imperadores, principalmente para com aqueles que diretamente agiram contra as ações e pensamentos judaico-cristãos. Tibério reprimira em 19 d. C. uma colônia judaica que se mostrava bastante irrequieta, a ponto de expedir para a Sardenha, de uma só vez, nada menos do que quatro mil judeus.

Tibério, assim como Nero e Domiciano, ao divulgar muitas de suas decisões — quando estas ocasionavam um desconforto na aristocracia senatorial — recebeu inúmeras críticas em Roma, sendo taxado de “mau” imperador. Nas províncias, ao contrário, o imperador foi considerado um administrador exemplar.

Tácito relata que a condução do governo de Tibério enveredou por caminhos marcados pela austeridade quando a influência de sua mãe, Augusta, não se fez mais sentir com tanta força. Enquanto viva, via-se nela um refúgio, pois o filho Tibério guardava-lhe grande prestígio. Num balanço final, ficou a lição para Tibério da difícil arte de governar, já que numa república que contava com tantos personagens ilustres, era temeroso pôr tudo a cargo de um só: preferível era dividir as tarefas entre muitos, para, dessa forma, poder cumprir com os deveres públicos.

¹⁵ Idem, p. 225

Ainda como um grande balanço do seu governo, Tácito resume, em páginas dos *Anais*, as atitudes e contradições de um regime de quase vinte e três anos:

Seus costumes variavam com os tempos: enquanto simples particular ou enquanto desempenhava funções públicas sob o governo de Augusto, gozou de boa reputação; astuto e dissimulado, fingiu virtudes até a morte de Germânico e Druso; vacilou entre o bem e o mal, enquanto viveu sua mãe; tornou-se detestável por sua crueldade, enquanto por amizade e temor se ligou a Sejano; afinal desmandou-se em crimes e infâmias, quando, perdido o pudor e o medo, se deixou levar por sua índole.¹⁶

Nos anos 31, Sêneca encontra-se em Roma, quando começa a redigir as "*Questões Naturais*", texto de caráter científico relacionado as questões da natureza, geografia, clima de diversos locais do mundo conhecido por ele, relacionando-os aos preceitos do estoicismo.

Entre 34 e 35 o filósofo torna-se questor, entre 38 e 39, tem-se a magistratura de Sêneca, período no qual perde o seu pai. No início dos anos 40, escreve sua primeira consolação: Consolações à Márcia (*Consolatio ad Marciam*). Tal gênero literário era mais conhecido e praticado entre os gregos, porém, encontra campo fértil para seu desenvolvimento também no mundo romano. As Consolações constituem-se privilegiados documentos para estudos dos grupos da aristocracia senatorial, e este foco se amplia em se tratando das "consolações senequianas".

A referida carta foi endereçada à Márcia, uma dama da aristocracia, filha do ilustre historiador Aulo Cremúcio Cordo, onde o autor visa consolar a destinatária que perdera seu filho, Metílio, ainda jovem. Nessa consolação é

¹⁶ Idem, p. 226

possível perceber como Sêneca expõe a sua filosofia e como ele se liga as questões da vida política e social do império.

Em 41, dá-se a composição dos três livros intitulados *Da Ira* (*De Ira*). Possivelmente o mais antigo de seus tratados, é endereçado explicitamente ao irmão Aneu Novato. Há autores que vêem o conjunto dos livros escritos para o imperador Calígula, idéia compartilhada neste trabalho¹⁷

Calígula, ao assumir o trono do império, satisfaz os anseios do povo romano, principalmente dos soldados e dos habitantes das províncias. Ele representava e lembrava o pai, Germânico, homem exemplar e elogiado de uma família quase extinta. Segundo Suetônio, “movido pelo mesmo desejo de popularidade, reabilitou condenados e banidos e deu por inexistentes todas as acusações que pudessem restar do precedente reinado”¹⁸.

A desilusão oligárquica aumentara no final da administração de Tibério, quando Calígula toma as rédeas do poder. O príncipe, com vistas a instaurar um regime absoluto, praticamente renega a diarquia príncipe-Senado, quando em um dos seus primeiros atos de governo, acaba abolindo um decreto feito por Tibério; decreto este que demonstrava um sinal de respeito do imperador pelo Senado: isto é, que fossem ratificadas pelo Senado e não pelos Comícios, as designações do *princeps* para os cargos públicos.

¹⁷ Norberto Guarinello, em texto intitulado “Nero, o Estoicismo e a Historiografia Romana”, no tratado *Da Ira*, Sêneca tece reflexões acerca do tirano e do príncipe endereçando-o ao imperador Calígula (Boletim CPA, 1996, p. 53-61).

¹⁸ SUETÔNIO. *Los doce Césares*. Trad. De Jaime Ardal. Barcelona : Grafiensa, s.d. p.

Essa mesma classe descontente com as inúmeras atitudes tomadas por Calígula, tinha em suas mãos a historiografia e a publicidade do regime. Nesse sentido, transformam-no, para vingar-se do imperador, num verdadeiro monstro, criando ainda uma forte imagem de louco. “Quando o choque atingiu as formas extremas, o punhal de Cássio Quérea providenciou a liquidar o imperador”¹⁹.

Talvez Calígula tenha “levado a sério” em demasia, para a mentalidade da época, ou suas limitações de entendimento, a deificação do imperador. Augusto negara grande parte dos cultos e homenagens à ele prestados; Tibério não foi tão diferente nesses aspectos. Calígula, ao contrário, não mediu esforços no intuito de ser lembrado como um verdadeiro deus. Decretou que o dia de sua investidura fosse denominado de *Palilis*, que significava que era ele o novo fundador da cidade.

Há outros exemplos não menos significativos que para Suetônio eram amplas tentativas de transformar o principado em uma verdadeira realeza. Apresentava-se com aquilo que se considerava como as insígnias dos deuses, tais como o raio, o tridente e o caduceu, além de uma barba de ouro. Em vários momentos, antes das expedições trazia junto de si ornamentos triunfais, e sem dúvida, o mais importante deles fora a couraça de Alexandre o Grande, que o próprio Calígula ordenara que o trouxessem, retirado do sepulcro do comandante macedônico.

¹⁹ PARATORE, op. cit., p. 542

Suetônio lembra que as vésperas da morte de Calígula, numerosos prodígios podiam ser observados; manifestações da natureza e dos astros, até sonhos que o imperador tivera e relatara à seus próximos. Após a sua morte em 41 d. C., o Senado teria manifestado-se pelo restabelecimento da liberdade dentro do império; alguns membros mais exaltados sugeriram a destruição dos templos que foram construídos para a sua consagração, como forma de apagar da memória aquela breve administração. Entre outros aspectos, tais atitudes demonstram que as relações entre esse imperador e o Senado foram conflituosas, que o imperador interferiu em demasia nas designações conferidas aos senadores, e ao que parece, pagara um preço bastante alto pelas suas decisões.

No tratado *Da Ira*, Livro Primeiro, o próprio Sêneca usa o principado de Calígula para demonstrar as más ações de um imperador, quando afirma:

Cayo César, irritado porque el cielo tronaba sobre sus actores, de los que antes era émulo que espectador, y porque el rayo, mal dirigido aquel día, perturbase la representación, provocó a Júpiter a mortal combate, repitiendo a gritos aquel verso de Homero. Que locura! Imaginar que Júpiter no podía dañarle, o que él podía hacer daño a Júpiter! (...) Así, pues, en la ira, hasta cuando se muestra más violenta, desafiando a los dioses y a los hombres, no existe nada grande ni noble.²⁰

No outono deste mesmo ano, Sêneca é exilado na ilha de Córsega, de onde escreve duas Cartas Consolatórias: a mãe Hélvia (*Consolatio ad Helviam matrem*); e ao amigo Políbio (*Consolatio ad Polybium*).

Na primeira, escrita em torno do ano 42, Sêneca expõe as angústias e tristezas do seu desterro, procurando consolar a mãe, privada da presença

²⁰ SÊNECA. De la Ira, op. cit., p. 416-417

de seu “estimado filho”. O caráter pessoal do texto, na medida em que a vítima do exílio é o próprio autor, apresenta-se evidente. Além disso, é possível perceber na Carta, além de reflexões filosóficas, reflexões de cunho político, na medida em que Sêneca fora exilado a mando do imperador Cláudio. O autor fornece exemplificações de pessoas ilustres que, assim como Sêneca, foram exilados de suas cidades.

Claúdio nascera em Lião, num período que o consulado estava nas mãos de Júlio Antônio e Fábio Africano, nas calendas de Augusto, coincidentemente no dia em que sua cidade levantava um altar em homenagem à Augusto. Desde muito cedo dedicara-se aos estudos, à disciplinas liberais de forma pouco comum e tal empenho aparecerá refletidas vezes em suas ações, principalmente quando terá o império sob o seu comando.

Além das ações imperiais propriamente ditas, empreendera a escrever história, aos moldes de Tito Lívio, e, para isso, contava com a ajuda de Sulpício Flávio. Ao longo do seu reinado escrevera muito, tanto em grego como em latim, pois era versado em ambas as línguas. Compôs em dois volumes a história de sua vida, denominado de “Memórias”, esta segundo os críticos “faltava elegância”; um outro texto, este sim erudito intitulado “Defesa de Cícero”, direcionado à Assínio Galo. Em grego produziu vinte obras sobre a “História dos Tirrênios” e oito sobre a dos “Cartagineses”.

Grande parte dessas obras foram destinadas, por ordem do próprio imperador, para serem lidas em audiências especiais, além das já citadas

"leituras públicas", entediante prática que se intensificou durante a dinastia Júlio-Cláudia.

Apresentava-se de forma muito reservada, talvez pela própria educação que tivera; recusou honrarias e homenagens excessivas, assim como teria renunciado à adoção do título de "Imperador". Porém, segundo Suetônio, "não lhe faltava, em absoluto, um certo ar de grandeza e de dignidade, quer estivesse de pé, quer sentado, quer em repouso"²¹.

Cláudio tomou decisões que exacerbavam o caráter autocrático da monarquia e à olhos vistos, uma política de distanciamento do Senado. Sua política entrava em atrito, principalmente para com os grupos mais conservadores, pois tinha uma visão mais liberal dos destinos do império, se comparado com Augusto, por exemplo.

Os libertos que cercavam o imperador, mostravam-se de uma capacidade notável, formando uma espécie de estado-maior encarregado do grande aparato administrativo. Esse trabalho, mostrava-se consideravelmente mais avançado que o serviço público criado no principado de Augusto.

Surpreende a todos um homem que, dedicado as letras, cometido de aparência física tal que sua própria mãe dizia que a natureza o tinha "apenas começado, sem acabar", assumira o trono com aproximadamente 50 anos e

²¹ SUETÔNIO, op. cit., p. 177.

desempenhara com grande dedicação suas funções de imperador²².

A segunda carta, escrita do exílio entre 43 e 44, em tom bajulador, é endereçada à Políbio, liberto de origem grega, era na época da redação da carta, uma das pessoas mais influentes junto ao imperador Cláudio. Nota-se nesta Consolação uma guinada sobre a visão que Sêneca tinha do imperador. Se na carta endereçada à mãe, o imperador é o depositário da tirania, aqui ele o apresenta como um grande governante, enaltecendo suas virtudes e as sua benevolência quando contrasta-o com Calígula, seu antecessor. Era, portanto, claro seus objetivos, em através da carta, encontrar a maneira mais adequada de conseguir a clemência e o perdão de Cláudio, e acelerar sua volta à Roma.

Sêneca na carta endereçada a Políbio demonstra os dotes literários do imperador, "(...) Reuna, pois, o mais depressa possível, um relato dos feitos de teu César, para que, com um elogio familiar, sejam narrados por todos os séculos: o próprio César te fornecerá matéria e exemplo para ordenar e escrever, perfeitamente, uma obra histórica"²³.

Na política externa, Cláudio decidira levar adiante a política iniciada por Júlio César de anexação da Britânia; a ilha, depois de sucessivas lutas é transformada em província romana. Cláudio acenou com possibilidades de

²² Uma passagem risível da escolha de Cláudio como imperador aparece nos anais da história romana. Com o findar do governo de Calígula, o senado discutia pelo restabelecimento da república, porém, a Guarda Pretoriana chama para si a responsabilidade da sucessão imperial. A procura de um candidato encontram no palácio o tio de Calígula, escondido atrás das cortinas com um medo mortal de ser o próximo nas lista dos assassinados. A Guarda aclama-o imperador e obriga o Senado à aceitá-lo como tal; esse homem era Cláudio.

²³ SÊNECA. Consolações a Políbio. In: _____. *Cartas consolatórias*. Trad. Cleonice Furtado de Mendonça van Raij. Campinas: Pontes, 1992. cap. 8, p. 2

admitir chefes gauleses entre os membros do Senado; mostrara-se com uma política mais liberal do império, pois foi Augusto que visivelmente defendia a posição privilegiada dos italianos.

De qualquer forma, as críticas à sua administração não tardaram a aparecer. Acusaram-no de se deixar manipular pelas mulheres e pelos libertos que amplamente ocupavam cargos importantes na burocracia imperial. Tal força de argumentação encontra-se em texto de Stuart Jones na obra organizada por Cyril Bailey:

a política de Cláudio naturalmente encontrou desaprovação entre os elementos conservadores da sociedade romana. (...) Cláudio tinha uma visão mais liberal do Império e do seu destino do que Augusto, que zelosamente defendia a posição privilegiada da raça italiana (...) E na amarga mas instrutiva sátira escrita por Sêneca para o entretenimento da corte de Nero, lemos que 'ele havia se decidido a ver todo gaulês, alemão e espanhol vestindo a toga'.²⁴

A infeliz escolha das esposas, num total de quatro, selaram o seu destino. A última delas, Agripina, sua sobrinha foi a mais ambiciosa delas. Exigiu que Cláudio adotasse seu filho e o colocasse à frente de Britânico, filho legítimo e natural sucessor na linha imperial. Fora envenenado pela própria Agripina; sua morte foi encoberta até o momento em que as decisões nas bastidores imperiais eram tomadas e Agripina pudesse garantir a subida ao trono do seu filho Domício, que assumira o império aos 17 anos, e entrar para a história com o nome de Nero.

²⁴ JONES, Stuart. In: BAILEY, Cyril (org.) *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago, 1992

Segundo Tácito, “por uma requintada adulação para com Domício, foram decretadas ações de graças ao príncipe e promulgada uma lei, para qual passava ele a família Cláudia com o nome de Nero, e a Agripina se dava o cognome de Augusta”²⁵.

Da família Domícia, Nero nascera em Ânzio, dezoito dias antes das calendas de janeiro, e nove meses após a morte de Tibério. Degenerando das virtudes familiares praticara todos os vícios dos seus antepassados de formas por vezes tão exacerbada que pareceu herdá-los pelo sangue.

Seu nascimento está carregado de presságios, na maioria deles funestos, o que para muitos autores, antigos principalmente, sinalizavam o que seria a administração imperial de Nero. O próprio pai proferiu uma frase que consta dos escritos de Suetônio: “que dele [Nero] e de Agripina nada podia nascer que não fosse detestável e funesto ao bem público”²⁶.

Sêneca é chamado de volta em 49, quando começa sua atuação na área da política, quando retornará a Roma, devido às manobras de Agripina, que denotam sua intenção em levar seu filho Nero ao trono do império, e usar a sabedoria de Sêneca na educação do futuro imperador.

No ano 50 d. C., torna-se de fato o preceptor do jovem Domício, futuro imperador Nero. Nesse período, Sêneca irá ter nas mãos a condução do império, pois o imperador ainda era muito jovem para assumir o trono, e, assessorado por Burrus controlam as ações do imperador. Em Tácito, “ambos eram preceptores de Nero, e, o que é raro entre sócios do poder,

²⁵ TÁCITO, op.cit., p. 261-262.

²⁶ SUETÔNIO, op.cit., p. 186.

viviam em harmonia (...) ambos se apoiavam mutuamente no sentido de deter, por prazeres ilícitos, no declive dos vícios, a perigosa idade do príncipe, se este desprezasse a virtude”²⁷.

Desde a mais tenra idade, Nero fora iniciado nas artes liberais. Sua mãe o desviou dos ensinamentos da filosofia, talvez por isso inclinara-se desde muito cedo à poesia, onde compôs demasiadamente, além da pintura e da escultura. Com doze anos de idade foi adotado como filho pelo imperador Cláudio, após as manobras incansáveis da mãe Agripina. Nesta mesma época é confiado aos cuidados de Sêneca, quando este já ocupava um cargo de senador. Quando se anunciou oficialmente e publicamente a morte de Cláudio, contava então com dezessete anos. Imediatamente, após assumir o trono, concedeu ao imperador morto magníficos funerais, ele próprio então pronunciara seu elogio e sua sagração.

Como a todos os outros imperadores da dinastia júlio-cláudia, a fronteira que separa o “céu” e o “inferno”, ou seja, ser considerado um “bom” ou “mau” imperador era sempre muito tênue. Sobre o primeiro aspecto, ou na tentativa de ser incluído no rol dos bons imperadores, lê-se em Suetônio que Nero ansiava dar uma idéia mais clara do seu caráter quando declarou “que ‘reinaría de acordo com os princípios de Augusto’, e não perdeu nenhuma ocasião para demonstrar a sua liberalidade, sua clemência e até mesmo sua amabilidade. Aboliu e diminuiu os impostos mais pesados”²⁸.

²⁷ TÁCITO, op. cit., p. 285.

²⁸ SUETÔNIO, op. cit., p. 187

Nos seus primeiros anos de reinado, percebe-se nitidamente uma inclinação à uma conduta pacífica do império. Reprimiu abusos,²⁹ freiou alguns excessos e reduziu o número de festins públicos. Dá-se o nome de *Quinquennium Neronis* ao período inicial de seu governo, que se deve a onipresença de Sêneca no poder. Stuart Jones em texto contido na obra organizada por Cyril Bailey, acerca da administração no império constata que “ao subir ele [Nero] ao trono, um programa altamente coerente foi projetado por Sêneca e entregue a um entusiástico Senado cujo domínio ele garantiu restaurar”³⁰.

Porém, a continuidade da administração neroniana marca um gradativo aumento dos excessos praticados pelo próprio imperador. Para Suetônio, “a petulância, a libertinagem, o luxo, a avareza e a crueldade foram vícios a que se entregou a princípio (...) sem a preocupação de dissimular, deu livre curso aos mais incríveis excessos”³¹.

O governo de Nero já começara desgastado e a sucessão fora motivo de muitas polêmicas. “Perguntava-se como poderia tomar a si e enfrentar tão grandes negócios um príncipe que mal completara seus dezessete anos (...) governado por uma mulher, e se porventura os combates, os assaltos das cidades e mais operações de guerra poderiam ser dirigidos por professores”³².

²⁹ Consta que, participando de um combate de gladiadores, num anfiteatro de madeira construído no Campo de Marte, Nero ordenara que não matassem ninguém, nem mesmo entre àqueles que eram considerados criminosos.

³⁰ JONES, op. cit., p. 143.

³¹ SUETÔNIO, op. cit., p. 195.

³² TÁCITO, op. cit., p. 287.

Fora acusado de ser cúmplice da morte de Cláudio, e não se cansava a todo momento que lhe era oportuno, ultrajar a memória do seu antecessor, acusando-o ainda de ter sido um imperador cruel e estúpido. Caiu sob seus ombros a responsabilidade pela morte da mãe. Por fim, ao acreditar que seu velho preceptor participara de uma conspiração que almejava destituí-lo do poder, ordenara que Sêneca cometesse o suicídio. Este o faz, ainda que, discordando da acusação respondesse, segundo Suetônio “de que suas suspeitas eram vãs e que preferia morrer a ter de lhe fazer mal!”³³.

O desgaste de seu governo era latente, pois sofria a resistência de diversos grupos, entre eles, os poderosos senadores. Era público que resolvera livrar-se daquela ordem de uma vez por todas e, entregar, para grande espanto, a administração das províncias e dos exércitos aos libertos e aos cavaleiros. Morre aos trinta e dois anos de idade, e o povo não escondera a alegria pelo acontecido.

Como vários pensadores de seu período, Sêneca sonhava em voltar do exílio, e dirigir-se à Atenas para aprender mais filosofia, além de ouvir as histórias dos feitos dos heróis gregos. Porém, como estóico, assim como romano, sentiu ele a obrigação de dedicar parte de sua vida aos interesses públicos. E nesse sentido, Sêneca foi aquele que em seu mais alto grau de ação, guiou e conduziu por um determinado tempo, um imperador e um império.

³³ SUETÔNIO, op. cit., p. 200.

Agripina foi peça chave na sucessão imperial entre a morte de Cláudio e a subida de Nero ao trono. Esta, quando chamou Sêneca do exílio, objetivava passar uma boa impressão pública e política, pois Sêneca já era célebre devido a sua ampla e reconhecida produção literária. Para Agripina, Nero deveria não apenas conciliar cultura intelectual e retórica, para isso, o filósofo deveria instruí-lo em sua grande tarefa de tornar-se o verdadeiro sucessor de Augusto. Sêneca, escritor e orador, era portanto, o preceptor apropriado para o seu filho.

Tácito fornece impressionante relato da sua importância, ainda durante o governo de Tibério: “Nada impressionou tanto a Tibério como o afeto público manifestado então à Agripina, a quem chamavam honra da pátria, único sangue de Augusto, modelo restante das virtudes antigas”³⁴.

Em 55 d. C. o filósofo havia conseguido afastar definitivamente sua protetora, Agripina, de qualquer influência sobre o poder imperial, adquirindo ainda um título especial que até então não existia: *amicus principis*. No ano seguinte, receberia o título de cônsul do império.

Nos anos posteriores ao seu retorno, volta a escrever tratados onde destacam-se “*Sobre a Brevidade da Vida*” (*De brevitae vitae*), onde valoriza o ócio, e retoma esse mesmo tema em 62 quando compõe “*Sobre o Ócio*” (*De otio*).

Um de seus textos mais conhecidos e controvertidos foi redigido em 54, trata-se do libelo político “*Apocoloquintose do Divino Cláudio*”

³⁴ TÁCITO, op. cit., p. 104-105

(*Apolocyntosis*).

Para conquistar definitivamente a simpatia de Nero, Sêneca demarcou claramente essa época; pinta o período de Cláudio como administrativamente catastrófico, ou seja, Cláudio encarnaria, ou até melhor, representaria a figura do “mau” imperador, e Sêneca, objetivava deixar o “Apocoloquintose” como o exemplo a não ser seguido por imperadores que governariam posteriormente. Do contrário, quando Nero assumiu o poder, inaugurou-se uma idade de outro, próspera e feliz.

Aproximadamente nos anos 56, redige o seu grande tratado político: Tratado Sobre a Clemência (*De Clementia*). Nesse tratado, Sêneca propõe e defende uma espécie de despotismo filosófico e o estreitamento da política de aliança junto à aristocracia senatorial. O *De Clementia* foi escrito não apenas para Nero, mas também para o público. Ele teria lançado o fundamento, mais do que necessário, para a desarticulada tradição da monarquia romana.

A forma *futuri principatus* (a imagem da futura forma de governo), deixava prever sobre o regresso para uma tendência a Augusto; para uma função do Senado e do principado, em oposição a uma postura autocrática dos imperadores precedentes, a Calígula primeiramente, e a uma recusa ao regime de Cláudio, com seu favoritismo aos libertos e ao espaço demasiado grande dado à Messalina.

Sêneca trabalhou para melhorar a imagem e a reputação do imperador para a sua época e para a posteridade. A mágica do reinício, a força da juventude envolvia o início da administração neroniana. Envolto nas

insígnias de Apolo, se inauguraria uma nova era., profecia realizada portanto, por Virgílio na quarta *Écloga*. Pode-se considerar que o jovem Nero, com sua inclinação artística, quisesse mesmo ser bem visto como protetor e protegido de Apolo. Augusto, anteriormente também utilizou-se da habilidade de Apolo como o deus da clareza e da razão. Sêneca agarra essa identificação e disso procura construir um modelo que está retratado ao longo dos seus textos, prioritariamente no *Da Clementia*, e que será abordado em outro capítulo deste trabalho.

Visualizava-se com Nero, uma política de segurança das fronteiras, fiel a máxima de Augusto, ao invés de realizar novas conquistas, se deveria fortalecer aquelas já feitas. Internamente assentou uma normalização e regulamentação na administração das finanças. Acerca dessas realizações as figuras de Sêneca e Afrânio aparecem agindo e intercedendo na política imperial.

No livro XIII dos *Anais* de Tácito, tem-se um grande número de abordagens sobre Sêneca, pois tal livro retrata o período da administração do então jovem imperador Nero. Sêneca, juntamente com Afrânio, é o responsável pelas orientações dadas ao príncipe. Um exemplo dessas orientações pode ser identificado na elaboração de discursos proferidos pelo imperador. Segundo Tácito, “esses discursos eram da lavra de Sêneca, que neles ostentava pela voz do príncipe, seus talentos e a sabedoria de seus conselhos”³⁵.

³⁵ *Idem*, p. 290

Sêneca influenciou nas relações que se estabeleceram entre Nero e o Senado, sendo o grande mediador de conflitos de interesses surgidos nos primeiros anos deste principado. Nos primeiros discursos proferidos pelo imperador estavam claras as intenções do filósofo. Para Gonzalo Bravo:

El nuevo emperador había ya mantenido estrechas relaciones con el círculo estoico dirigido por Sêneca, con quien había concertado un “programa” de gobierno basado en la *moderatio* augústea, cuyos principios fueron publicados en el 56 en *De Clementia* (...), los primeros cinco años, período conocido generalmente como *Quinquennium Neronis*, constituyen un modelo de gobierno imperial: rehabilitación del Senado como institución política activa a través de los senadoconsultos; recuperación de la *concordia ordinum*, simbolizada en la colaboración con el príncipe de senadores y ecuestres, representados éstos por la prefectura del pretorio, confiada durante estos años (51-62) a Afranio Burro³⁶.

É preciso ressaltar que os imperadores apoiavam-se constantemente no Senado, numa clara tentativa de evitar descontentamentos e agitações populares. Certamente, Sêneca visava fornecer ao governo neroniano uma imagem mais humana e compreensiva. Exemplo disso pode ser diagnosticado na adoção de uma política pacifista quando do contato e posterior anexação de outros territórios. Tal estratégia pode ser sugerida como influência de Sêneca na administração imperial.

A sustentação política dos governantes ao longo da dinastia júlio-cláudia mostrara-se fragilizada pelas constantes brigas com o Senado. Alguns fatores debilitavam ainda mais o principado de Nero, tais como sua adoção por Cláudio a mando de sua esposa Agripina e a mal resolvida questão da morte de Britânico num período muito próximo à sua subida ao

³⁶ BRAVO, Gonzalo. *Historia Del mundo antiguo: una introducción crítica*. Espanha: Alianza Editorial, 1991. p. 57

trono. Tais fatores intensificavam os ares de desconfiança por parte da aristocracia senatorial romana em relação à administração deste imperador.

Portanto, em um ambiente carregado por um certo mal-estar social e de uma literatura denunciadora dos maus hábitos romanos, visualizar-se-á um autor construindo um receituário de aconselhamentos morais e políticos para reis e príncipes, extensivo a todos os habitantes do império.

Analisando o contexto de tais produções pode-se perceber que Sêneca escreveu a partir de uma determinada posição: defendendo interesses próprios ou interesses do Senado, na medida em que fazia parte desta instituição e participava intimamente da vida do imperador. Um imperador não governa sozinho, pois necessita de forças aliadas e Sêneca sabia disso perfeitamente.

No início dos anos 60 aparece “*Sobre a Constância do Sábio*” (*De constantia sapientis*), onde procura mostrar a postura de um estóico frente à calúnias e injúrias; na mesma época aparece “*Sobre a Vida Feliz*” (*De vita beata*), procurando demonstrar que a verdadeira felicidade está baseada na incessante busca da virtude.

Sêneca compôs ao longo de sua vida, nove tragédias, todas inspiradas nos modelos gregos, claramente nas peças de Eurípides. Ao que parece, dada a extrema violência dos enredos de suas tragédias, possivelmente foram compostas para serem lidas e não representadas, em sessões públicas freqüentadas pela elite romana. O autor é um dos últimos autores dramáticos a desfrutar de grande importância literária. Para Otto Carpeaux: “Sêneca deve ser valorizado, pois ele fez grande poesia, é o

primeiro dos dramaturgos espanhóis e também o primeiro dos laicistas espanhóis”³⁷.

Percebe-se que, apesar de Sêneca inspirar-se nas tragédias gregas, suas peças carregam traços de originalidade, pois para ele, a interferência dos deuses deve ser amenizada. Na luta travada no interior do homem, entre a razão e as paixões, as catástrofes que acometem os homens, não são provocadas por forças exteriores à ele, porém, desencadeia-se devido à falta de controle, devido ao fato de o homem ceder as paixões e repudiar a razão.

A linguagem utilizada em suas tragédias, reflete a época em que o autor viveu. A retórica possuía brilhante e fecunda tradição em Roma, remontando inclusive à Cícero. Acostumados à esses aspectos retóricos, a sociedade romana recebeu bem os seus textos, pois, contém traços retóricos acentuados o que lhe “confere, ao lado da solenidade própria do gênero um tom artificial e, por vezes, pedante”³⁸. Cabe ressaltar que, suas peças mostram-se carregadas de preceitos filosóficos, de clara inspiração estoica, além de muitas máximas de forte conotação moralística.

Na primavera de 62, Sêneca gradativamente retira-se do poder, ainda que com grandes resistências de Nero, que tenta-o convencer a ficar junto dele. Tácito, em páginas dos Anais descreve o diálogo estabelecido entre o velho preceptor e o antigo pupilo. Nesse período, Sêneca vive uma espécie de semi-exclusão³⁹, pois pede ao imperador o seu afastamento do governo.

³⁷ CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961. p. 135.

³⁸ CARDOSO, Zélia Almeida. *A literatura latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 50.

Nero, porém, não permite totalmente que isto aconteça. Convém lembrar que é nesse período que o pensador escreve algumas de suas obras mais importantes.

O filósofo morre em 65 d.C., Sêneca cometendo suicídio por ordem do imperador Nero, devido à acusação de participar da chamada "Conspiração de Pisão".

1.3 Metodologia para a interpretação dos textos senequianos

A história das idéias políticas é inseparável da de uma sociedade e de uma cultura.

Sirinelli

O período que vai do governo de Augusto (27 a. C. – 14 d. C.) estendendo-se até o reinado de Antonino Pio (138-161), portanto, algo em torno de dois séculos aproximadamente, é considerado como a fase mais florescente da história política do mundo romano.

A pesquisa aborda prioritariamente o universo das idéias e práticas políticas adotadas pelo governo de Augusto até o reinado de Nero (27 a. C. – 68 d. C.), principal foco do empreendimento analítico aqui realizado, visto sob a ótica de uma renovação historiográfica operada principalmente pela escola inglesa.

Nesse sentido, o trabalho inspira-se nas reflexões de autores como Quentin Skinner, Jonh Gunnel, Michel Winock, Réne Rémond, entre outros. Tais autores, reconhecem os pormenores dos caminhos percorridos pela história das idéias políticas no âmbito do debate historiográfico das últimas décadas. Porém, aqui se prioriza as idéias julgadas mais relevantes, dando ênfase à metodologia adotada por alguns desses autores, principalmente no que se refere à forma como suas reflexões apresentam confluências úteis e importantes para a interpretação das fontes escolhidas na elaboração da pesquisa aqui levada a efeito.

A análise se concentra na retomada e na reorganização do debate historiográfico em torno das idéias políticas, nas últimas décadas, percebendo como os autores dessa renovação se instrumentalizaram para interpretar os textos de natureza política, porém, não abordando apenas as questões desse campo, pois, como afirma Réne Rémond, atacando os críticos de um suposto caráter superficial do universo político, “a queixa teria fundamento se nos prendêssemos a uma definição estreita do político, que o isolasse das outras dimensões da vida coletiva e dos outros aspectos da existência individual. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”³⁹.

A história das idéias políticas existe como disciplina, ainda que vista de forma “subalterna”, desde o século XIX. Durante as primeiras décadas do século XX, tal campo de pesquisa ainda não era estudado nas universidades

³⁹ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ : FGV, 1996. p. 35.

de forma autônoma devido à falta de um território teórico bem definido. Na França, por exemplo,

a preocupação de nosso ensino clássico era a do conhecimento da literatura geral; a literatura política só era considerada ocasionalmente, quase acessoriamente, e menos por si mesma que sob o ângulo puramente literário. Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, eram antes de tudo vistos como escritores, do ponto de vista do estilo, da composição, e, no caso do segundo, da sensibilidade, e não como tendo escrito sobre a política.⁴⁰

Os estudos realizados sobre as idéias políticas sofreram certos abalos devido principalmente à resistência operada pela *Escola dos Annales*. Mesmo assim, apesar de ser praticada por um número restrito de pesquisadores, esses estudos nunca deixaram de se fazer presentes. A esfera do político – atrelada à história das idéias – nunca foi totalmente abandonada, pois autores reconhecidos como Lefebvre, Duby, Bloch e Mandrou incluíram a dimensão política na realização de suas pesquisas. Para Marcos Lopes,

ainda que se reconheça que, mesmo na França, apesar da onipresença intimidadora dos Annales em relação à história das idéias políticas, nunca deixou de existir atividades na área, mas, é preciso reconhecer que ela foi cultivada por um pequeno número de especialistas, de maneira quase solitária e esparsa ao longo de várias décadas⁴¹.

Apesar da desconfiança relegada aos estudiosos das idéias políticas, sua revitalização encontra eco na reorientação engendrada dentro da própria

⁴⁰ WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ : FGV, 1996. p. 273-274.

⁴¹ LOPES, Marcos. *O político na modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 14.

escola. Jacques Le Goff, em texto publicado no ano de 1978, indica que “a fobia da história política já não é um artigo de fé porque a noção de política evolui e a problemática do poder impôs-se à história nova”⁴².

A partir dos anos de 1920, a historiografia inglesa torna-se a produção mais importante no campo das idéias políticas, porém com um elemento distinto: desvinculada da filosofia e de algumas outras áreas das ciências humanas. Tal perspectiva de análise está retratada em estudos mais recentes feitos por Jonh Gunnel e Richard Tuck.

Michel Winock destaca o processo de renovação e fortalecimento da área no meio acadêmico, percebendo que a literatura política, antes considerada sob o ângulo puramente literário, passa a ser considerada como campo de estudos de mentalidade política. Para o autor “dar novamente sentido ao passado e tornar, por isso mesmo, o presente mais inteligível, é a finalidade de uma história política, para a qual a história das idéias traz, pelo ajuste de seus instrumentos (...) uma contribuição indispensável”⁴³.

Assim, nos últimos quarenta anos, este campo de estudos se renovou consideravelmente, passando por uma tomada de consciência teórica e de profunda reorganização, de tal forma que “o historiador do político (...) não pretende que tudo seja político (...) mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”⁴⁴. Essas considerações revelam que “a

⁴² LE GOFF, Jacques. , 1978. p. 281.

⁴³ WINOCK, op. cit., p. 290.

⁴⁴ Idem, p. 447.

história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata de história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político”⁴⁵.

Desse modo, nos anos sessenta, com mais ênfase, percebe-se uma guinada nos estudos das idéias políticas que assinala uma valiosa renovação de caráter teórico-metodológico. A “onda revisionista” parte principalmente da historiografia inglesa, mais especificamente de Cambridge e Oxford.

No eixo dessa renovação, Quentin Skinner procura redimensionar sua abordagem, observando o risco do anacronismo presente nas tradicionais histórias das teorias políticas e sociais. Para ele:

Estudar o contexto de qualquer obra de filosofia política não significa apenas adquirir uma informação adicional sobre sua etiologia; também implica dotar-nos com um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer, maior certamente do que jamais poderíamos esperar obter se nos limitássemos a ler o texto vezes e vezes sem conta, como propuseram os expoentes do procedimento “textualista”⁴⁶.

Não parece novidade a análise texto/contexto proposta por Skinner no enunciado acima, pois autores na década de 20 já estavam propondo tal perspectiva de análise sobre obras políticas. Suas inovações sinalizam para o entendimento dos textos como “objetos de investigação em sua própria

⁴⁵ RÉMOND, op. cit., p. 22

⁴⁶ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 13.

historicidade, vale dizer, naqueles valores que poderiam apresentar em seu tempo, naquelas relações que entreciam em seu contexto”⁴⁷.

Sendo assim, entende-se que é preciso reconhecer um texto ou vários textos, através de sua reinserção contextual, reconstituindo, na medida do possível, seus valores e suas relações com seu tempo. Não se trata, é claro, de repetir um autor, ou “simplesmente repetir a prática antiga”⁴⁸ algo como por exemplo reelaborar em uma língua moderna o latim de Tito Lívio ou o grego de Políbio. Trata-se de uma reconstrução “de sentido produzida pelo encontro de um intérprete com um texto”⁴⁹.

No presente caso, o encontro se dá com os textos de Sêneca escritos principalmente durante o principado neroniano e ao investigar as idéias políticas deste filósofo latino, pretende-se realizar uma análise que vá além da proposta textualista, lendo o texto de forma a recuperar as intenções do autor e sua época, pois, torna-se fundamental considerar o contexto intelectual em que foram concebidas suas idéias. Para Skinner “compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equívale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer”⁵⁰.

⁴⁷ LOPES, op. cit., p. 51 (1998)

⁴⁸ FINLEY, M. I. *História antiga: modelos e testemunhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 13

⁴⁹ GUNNEL, J. *Teoria política*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p. 80.

⁵⁰ SKINNER, op. cit., p. 13.

O entendimento desse contexto, atrelado ao entendimento dos textos produzidos, propiciam resultados mais seguros e reveladores no que se refere à problematização dos valores e idéias desse período. Novamente de acordo com Skinner:

Com razão a historiografia recente chegou ao lugar-comum de que, se temos em mira compreender sociedades anteriores à nossa, precisaremos recuperar suas *mentalités* de dentro (...). Se tentarmos cercar esses clássicos com o seu contexto ideológico adequado, poderemos ter condições de construir uma imagem mais realista do como o pensamento político, em todas as suas formas, efetivamente procedeu no passado (...). A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época.⁵¹

A sociedade no qual os textos senecanos foram gerados apresenta um modelo político denominado Principado. Tal modelo mostra-se como o enquadramento político ideal que procurava garantir a coesão da sociedade romana e de sua natureza aristocrática, atrelada ao projeto de um império mundial. Esse império apresenta-se uniforme e estável e que, de certa forma, garantia privilégios a apenas algumas camadas dessa sociedade⁵².

O principado imperial romano realizou-se como uma instituição que tornou os seus próprios governantes os grandes representantes de um vasto conglomerado de povos e territórios anexados pela conquista. Roma é a personagem principal da história naquele momento, sendo que o Estado

⁵¹ Idem, p. 11-13.

⁵² Em texto intitulado "Principado e Legitimidade na Roma Antiga", José Luiz Nunes analisa a transição da República ao Principado discutindo seus aspectos legais. Para ele, o nascimento do Império Romano é um golpe institucional, pelo menos assim deve ser visto pelo olhar do historiador (Nunes, 1996: 131-138)

Romano fornece o enquadramento necessário. Portanto, a história apresenta-se aí com fortes e claras intenções morais e patrióticas.

O estudo de um autor da importância de Sêneca, precisa levar em consideração o fato de que os seus textos devem ter o enfoque dado a uma intervenção política. Richard Tuck, quando da análise de leituras realizadas por autores como Skinner e Dunn, diz que estes enfatizaram “que a maneira adequada de se ler um texto histórico é como um produto histórico, em que as verdadeiras intenções do autor (...) devem ser nosso principal guia como o porquê de o texto ter assumido a forma particular que assumiu”⁵³.

Michel Winock reforça a perspectiva segundo a qual deve-se analisar um texto dentro dos enquadramentos da sociedade no qual esse foi gerado e pensado, pois, para esse historiador, “as idéias são concomitantes aos seus centros de emissão, as suas redes de circulação e aos seus campos de recepção; em que o seu conteúdo é inseparável da função social do sistema de representações que elas organizam”⁵⁴.

Outro autor que cristaliza a idéia dos textos atrelados ao seu contexto histórico é Jean Touchard. Nas suas palavras, não se trata “somente de analisar os sistemas políticos elaborados por alguns pensadores, mas de integrar esses sistemas no seu contexto histórico, de procurar ver como nasceram e o que representavam para os homens que viviam nessa época”⁵⁵.

⁵³ TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Edunesp, 1995. p. 275.

⁵⁴ WINOCK, op. cit., p. 289.

⁵⁵ TOUCHARD, J. (org.) *História das idéias políticas*. Lisboa: Presença, 1970. p. 11.

Dessa maneira, a escolha de um método que privilegie o entendimento de um texto lido ou visto à luz de seu contexto social é passo fundamental para levar adiante pesquisas que direcionem esforços no sentido de perceber e levar em consideração na análise em que ambiente nasceu uma determinada obra. Tal posição procura corroborar com a idéia de que “não existe algo mais inútil, já que nada é menos revelador, do que isolar a filosofia política de qualquer pensador das circunstâncias em que brotou”⁵⁶, já que “não é apenas a idéia que age, é também o lugar de onde ela vem”⁵⁷.

Jonh Gunnel, partindo das reflexões de Skinner, afirma que “a tarefa de um texto é determinar ‘o que o autor, ao escrever, no tempo em que escreveu e para a audiência a que pretendia se dirigir, poderia ter a intenção de comunicar’ e ‘recuperar esta intenção complexa da parte do autor’”⁵⁸. Marcos Lopes fornece um exemplo significativo que reforça a argumentação supracitada:

A interpretação histórica no interior das “fronteiras” da história das idéias políticas deve se pautar pelo reconhecimento de que um texto, (...) constitui-se enquanto força destinada a agir ou reagir no interior de uma formatação cultural determinada, marcada por convenções muito peculiares a seu tempo histórico-social, quer dizer, aos diversos ritmos da cultura na qual se integra⁵⁹.

Para cercar um texto e tentar entender o seu significado, torna-se fundamental saber a *quem* o autor se dirige. Para o pesquisador, então, é

⁵⁶ LASKI, 1980. p. 13

⁵⁷ WINOCK, op. cit., p. 285.

⁵⁸ GUNNEL, op. cit., p. 70

⁵⁹ LOPES, op. cit., p. 62

importante que esteja ciente de que “nenhum texto é essencial para todos; cada texto tem o seu público”⁶⁰.

Nessa perspectiva, pode-se indicar que é preciso recuperar o vocabulário político utilizado nas obras de Sêneca, tais como: *imperium*, *servicium*, *princeps*, *tirannus*, entre outros; esta é considerada uma tarefa fundamental na medida em que essas terminologias tornam-se importantes para a compreensão de aspectos ligados ao contexto dos seus escritos, pois ela propicia as “condições de entender exatamente por que meios a explicação do comportamento político depende do estudo do pensamento político”⁶¹.

Em síntese, um texto histórico deve ser visto e lido como um produto de seu tempo, onde visualizam-se quais eram as intenções do autor, a quem se dirigia e sobre quem ele falava, para então entender o porquê do texto adquirir a amplitude e a influência que exerceu quando de sua divulgação.

Portanto, a partir das fontes escolhidas, interessa para o presente estudo:

1) Traçar as formas e motivos que servem de referencial para a construção de um modelo ideal do príncipe concebido por Sêneca. Com relação a este aspecto, cabe ressaltar que ao falar de um modelo ideal, enfatiza-se um modelo tanto para a sua época – ou seja, o período no qual escreve seus textos, na medida em que busca exemplificações em vários imperadores da dinastia júlio-cláudia – quanto para épocas posteriores,

⁶⁰ RIBEIRO, op. cit., p. 124

⁶¹ SKINNER, op. cit., p. 12-13

porque declara com certa recorrência que a herança de um filósofo deve ser o exemplo de sua vida e de seus escritos.

2) Dentro da perspectiva deste modelo ideal para o príncipe, demonstrar a antítese desse modelo. Citando inúmeros *exempla*, Sêneca procura aconselhar ao *princeps* aquilo que ele não deveria fazer, evitando assim ser visto como um *tirannus*, tanto pela história de seu tempo quanto pela história vindoura. Tais mecanismos sugestivos, ilustrados através dos exemplos, evitariam que se repetissem, no seu governo, desordens e uma má condução do império.

3) Na esteira dos tópicos supracitados, procura-se mostrar de que maneira o filósofo latino, através de aconselhamentos morais e políticos, orientava os governantes sobre as melhores alternativas para bem administrar a si mesmos, bem como aos seus súditos.

A combinação desses elementos revela um autor profundamente envolvido na vida pública e na vida privada de um grande império. Mesmo percebendo abusos em suas práticas cotidianas, Roma não se entregou sem culpas às suas riquezas, nem permaneceu, em todas as suas épocas, com a consciência tranqüila pelos excessos cometidos. Contudo, como diz Pierre Grimal:

Enganar-nos-íamos, se apenas quiséssemos ver na vida romana deboches, patuscadas, crueldade e preguiça, sem outro ideal, para além de assegurar, o melhor possível, os prazeres do dia seguinte, como os homens de todos os tempos, os romanos conheceram e praticaram alternadamente as virtudes e os vícios⁶².

O comportamento exemplar de reis e príncipes em suas relações para com o povo; orientações para a condução de um império glorioso, tanto na esfera pública quanto na esfera privada; a condenação dos vícios e o enaltecimento das virtudes; estas são algumas das questões abordadas por Lucius Seneca em suas reflexões sobre o modelo ideal que o príncipe deveria encarnar.

⁶² GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na Antiguidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981. p. 145.

CAPÍTULO II

O Império Romano: de Augusto a Nero

O estabelecimento do domínio romano na bacia mediterrânea, o que para os romanos incluía tudo que era digno de ser chamado de mundo (imperium orbis terrarum), foi um desses eventos verdadeiramente grandiosos da história, que só podem acontecer uma vez.

H. Stuart Jones

O presente capítulo visa traçar uma contextualização do Império Romano. Esta contextualização possui limites que se referem à opção metodológica adotada, tendo em vista a prioridade dada a alguns aspectos, tais como os elementos relativos ao universo urbano e o enquadramento de alguns grupos sociais que fazem parte deste grande quadro. Tal abordagem permite aproximar, de forma mais segura, as discussões aqui apresentadas e o cenário no qual os textos foram produzidos. De acordo com Jérôme Carcopino, “se não queremos que a ‘vida do romano’ se perca nos anacronismos ou se imobilize na abstração, devemos começar por estudá-lo no círculo concreto de um período estritamente definido”⁶³.

⁶³ CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13

Nesse sentido, optou-se em esboçar mais detalhadamente aquilo que a tradição historiográfica denominou de Principado: modelo político consolidado por Augusto. Suas reformas e conquistas desembocaram na chamada *pax romana*, período de relativa paz e prosperidade para os romanos da península⁶⁴. Para Barker, “a política de Augusto era uma política da combinação do novo com o velho e da união da nova monarquia com a antiga República, resultando em parceria, ou ‘diarquia’⁶⁵, na qual o príncipe dividia a autoridade com o Senado e com o povo - que significava, na verdade, o Senado”⁶⁶.

Aceita-se, nesse sentido, que a relação entre o imperador e o senado apresentava uma certa complexidade, pois momentos harmoniosos e convergentes, intercalavam-se com situações conflituosas. Tal aspecto é, basicamente, a gênese da história política de Roma, já que as formas através das quais foram estabelecidas estas relações foram objeto de discussões acirradas ao longo das várias administrações imperiais.

⁶⁴ A *pax romana* trouxe consigo melhorias a vários setores da sociedade; porém, a idéia segundo a qual a vida no Império tenha conhecido períodos de prosperidade e felicidade, parece ter como ponto de partida os poetas do círculo aristocrático ou vinculados a ele. Tal descrição favorável não encobre, no entanto, a continuidade dos arranjos políticos que levavam a privilégios aos “favoritos do imperador”, o que ocasionava, por sua vez, o surgimento de propriedades de relativa extensão, principalmente nas províncias. O próprio Augusto agiu de forma a tomar medidas de repreensão contra os chamados *supressio*, ou seja, o rapto de homens livres e sua venda a grandes proprietários de terras. O capítulo “Agricultura” de W. E. Heitland em *O Legado de Roma*, 1992, pp. 529-570, fornece um precioso quadro para esse momento.

⁶⁵ “Diarquia”: governo a dois. Parece ser no mínimo utópica e difícil de aceitar, pois partilhar o poder com aproximadamente mais de 600 membros, dentre eles muitos desfavoráveis ao regime, era tarefa quase impossível.

⁶⁶ BARKER, Ernest. O conceito de Império. In: _____. *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 86

Para entender as conquistas augustéias, torna-se necessário, ainda que de maneira panorâmica, recuperar alguns elementos da “paisagem republicana” que antecede à subida de Augusto ao trono. Visualizar esse momento permite entender a posição do senado e outros grupos envolvidos nas mudanças políticas operadas na transição da república ao império.

Há inúmeros conflitos deflagrados nos últimos anos do período republicano envolvendo diversos grupos políticos importantes de Roma. Cita-se como exemplos mais significativos as tentativas de reformas na estrutura agrária, propostas pelos Gracos, e, principalmente, as guerras civis ocorridas nessa mesma República.⁶⁷

As conquistas de César incrementaram e aceleraram a criação e implementação do império. Sua política, ou melhor, suas ações, contam com o apoio do exército e, com isto, o ambiente lhe é plenamente favorável. No exterior, ou seja, fora da península itálica, não se visualizava manifestações expressivas de resistência que inibissem a política romana de anexação territorial. As províncias desfrutavam de relativa paz, pois as fronteiras eram defendidas e havia uma certa supervisão dos governadores; os impostos continuavam a ser cobrados; porém, a taxa de juros diminuía sensivelmente.

⁶⁷ Uma discussão interessante e esclarecedora a respeito das reformas propostas por Caio e Tibério Graco, encontra-se em: CORASSIN, Maria Luíza. *A Reforma Agrária na Roma Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Para entender os conflitos da República moribunda e suas principais implicações políticas e sociais, consultar os seguintes trabalhos: ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989; MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*. São Paulo: Ática, 1988.

Internamente, não havia facções com força suficiente para se opor à política de César; assim sendo, os romanos e os italianos sujeitavam-se às suas ações. Os laços republicanos e suas instituições foram em grande parte rompidos, já que o sistema político vigente até então mudara. Contudo, como afirma Géza Alföldy, "(...) nas últimas décadas da República avistava-se já a solução que permitia garantir a permanência da antiga organização social dotando-a de um novo quadro político: a monarquia"⁶⁸.

Na prática, porém, pouca coisa mudara, principalmente no que cabe à ação dos principais grupos sociais da urbe romana e à estrutura econômica existente. Os dois aspectos estão intimamente ligados, pois, se a estrutura social mostrou-se praticamente inabalável ao final da República e início do Império, essa continuidade deriva prioritariamente da natureza do sistema econômico adotado. Apesar de um relativo desenvolvimento do comércio e do incremento da produção de mercadorias, Roma continuava sendo um Estado essencialmente agrário. A expansão econômica estava atrelada à política de anexação e urbanização de novas províncias, proporcionando um grande desenvolvimento tanto na própria península quanto nas províncias conquistadas⁶⁹.

As mudanças que levaram ao declínio da cidade-Estado e à formação do Império, podem ser entrevistas já na relativa substituição do governo

⁶⁸ ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 102.

⁶⁹ Durante o Alto Império, a economia romana apresentava como grande novidade o enfraquecimento do predomínio econômico da Itália e o gradativo aumento da importância das províncias neste setor. Entre elas, destacam-se, no primeiro século da era Cristã no Ocidente, as regiões do Norte da África, a Hispânia e a Gália.

republicano, pois “a existência da monarquia imperial como novo enquadramento político e a integração das províncias contribuíram para reforçar ainda mais essa ordem social, sem modificar as suas bases”⁷⁰.

O aparecimento da casa imperial altera e redefine parcialmente a situação de algumas camadas sociais do topo dessa pirâmide. Para os escalões superiores os critérios definidores que abrem caminho para galgar novas posições políticas e sociais são os mais variados. Os cargos mais importantes na administração do Império e no comando dos exércitos estavam reservados para cavaleiros e senadores; as elites locais tinham sob a sua tutela a administração das comunidades municipais, reunidas no que se denomina *ordines decurionum*. De qualquer forma, a posse da terra era sempre vista como uma das principais fontes de formação de fortunas; nunca é demais lembrar que a concentração de grandes propriedades aumentara consideravelmente nas primeiras décadas do período imperial.

Há outros critérios e fatores não menos importantes que definem a inclusão ou não de determinado cidadão nesse círculo privilegiado da aristocracia romana, tais como: uma origem ilustre e o prestígio social dela advindo; vinculação étnica a uma região importante pertencente ao Império; uma boa educação que reflete grande capacidade pessoal para exercer

⁷⁰ ALFÖLDY, op. cit., p. 115.

algum cargo destacado na magistratura⁷¹.

Além disso, existiam outras maneiras de exercer o poder através da ocupação de cargos vistos superficialmente como menos relevantes, mas que na prática mostravam-se promissores e de extrema importância. Na medida em que Roma não apresentava um rígido sistema de castas, aos moldes do extremo Oriente, percebe-se que os méritos pessoais contavam muito⁷².

2.1 O *Imperium* e o *Princeps*: conceitos e ações

Uma sociedade que deseja permanecer por muito tempo, marcar uma época, se solidifica quando acredita em um vasto corpo de credos através do qual todos os esforços convergem para colocá-lo em prática. É possível afirmar que foi no Oriente, baseado em tradições muito antigas, que os homens aprenderam a acreditar numa sociedade universal, portanto única, e o governo desta, regido por um único homem, visto como um “deus entre os homens”.

⁷¹ A estratificação social da elite romana no início do período imperial pode ser representada pelos seguintes números: num universo de 4 milhões de cidadãos (sexo masculino e adultos), os magistrados constituem em torno de 50 membros e os pró- magistrados na casa dos 60; 40 cidadãos em cargos variados destinados aos senadores e 70 aos cavaleiros; 190 desempenhavam funções religiosas. Ao somar tais números, evidencia-se que existem aproximadamente 400 pessoas decidindo os destinos do Império. SCHEID, John. O sacerdote. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

⁷² Durante os governos de Calígula, Cláudio, Nero e Domiciano, cargos relativos à prestação de serviços administrativos junto à corte eram exercidos por libertos, ou seja, escravos.

É com Alexandre, o Grande, da Macedônia, que pela primeira vez na história, vemos uma clara tentativa de buscar a união, em pé de igualdade, entre o Ocidente e o Oriente. Para que sua empreitada obtivesse pleno êxito, Alexandre necessitava criar formas para estabelecer e manter vários povos sob seu comando, já que até então haviam se desenvolvido isoladamente. Para tanto, precisava de uma forte unidade e de garantias de lealdade pessoal. Tais aspectos podem ser, grosso modo, relacionados a um processo que culminou com a "divinização do regente".

Sustentado por este processo ocorre, efetivamente, a união das cidades-Estado gregas com as nações orientais; idéias e práticas gregas encontram idéias e práticas orientais: estava formada a gênese de uma sociedade universal.

Para Ernest Barker, "o rei divinizado podia reivindicar para si a universalidade e receber a adoração universal de um deus manifesto. Sob esta premissa, as cidades gregas e as nações orientais poderiam unir-se"⁷³. Roma, em sua eficaz política de anexação — iniciada com a república e incrementada durante o período imperial —, apodera-se, portanto, de uma sociedade helenizada. Ainda de acordo com as palavras de Barker, nesse período "um desenvolvimento romano encontra uma idéia grega. Esta é a gênese da concepção do Império Romano"⁷⁴.

A criação do Império no final da República mostra-se como uma "salvação" para um contexto, em termos políticos, bastante conturbado. Os

⁷³ BARKER, op. cit., p. 64.

⁷⁴ Idem, p. 76-77.

fundamentos dessa idéia são delineados quando os líderes dos exércitos romanos encontram no Oriente o tipo de instituição que garanta força e, acima de tudo, garanta a realização do sonho de se estabelecer no poder por muito tempo. Uma espécie de sentimento religioso dá sustentação e continuidade à adoração de um deus presente, um regente deificado. Um homem enviado pela Providência para colocar um ponto final nas sucessivas guerras, trazendo paz e tranqüilidade à toda sociedade; é preciso lembrar que trata-se de uma sociedade que busca a universalidade em todos os seus aspectos. A deificação desse regente e os exemplos de lealdade praticados em decorrência de sua divinização são os pilares do império.

Sêneca, em Carta Consolatória endereçada a Políbio, ressalta o papel do príncipe entre os homens, no qual “não há ninguém melhor do que ele para ocupar este papel de consolar; se ele fala, as suas palavras terão um outro peso, como se envolvidas por um oráculo: a sua divina autoridade esmagará toda a força de tua dor”⁷⁵; ou ainda na mesma carta no qual “(...) este Príncipe, que foi outorgado à decadente humanidade, seja por ela considerado sagrado”⁷⁶.

Porém, a tentativa de “transladação” de idéias e práticas orientais para o mundo ocidental, mostrou-se inicialmente falha, pois tal tentativa não se deu de forma simples. O assassinato de César, patrocinado por uma forte oposição, demonstra que grande parte dos romanos propunha manter ranços de fidelidade às tradições romanas frente a uma adoção de concepções

⁷⁵ SÊNECA. Consolações..., op. cit., p. 114.

⁷⁶ Idem, p. 118.

orientais. Augusto, por exemplo, não consentiu em ser abertamente considerado um deus-vivo em Roma; não quis a coroa, não reivindicou honras divinas, como fizera anteriormente César. Assim, deve-se ver o culto imperial, ao menos nos tempos iniciais, com uma boa dose de cautela.⁷⁷

O mesmo Augusto agiu cuidadosamente de forma a desbancar qualquer tipo de oposição interna e afirmara governar e basear o seu poder nas antigas tradições chamadas de *imperium consular* e *tribunicia potestas*,⁷⁸ ou seja, o governo do primeiro magistrado de Roma associado ao poderoso e sempre presente Senado. Em Henri-Irénée Marrou: “a ficção, imaginada por Augusto, perdura sempre: o imperador é, em princípio, apenas um *privatus cum imperium*, o primeiro cidadão da república, que deve, pela *auctoritas*⁷⁹ que o distingue, dar a todos o primeiro exemplo de devotamento ao interesse público”⁸⁰.

Com Augusto, o império começava a mostrar uma força niveladora. As suas realizações exemplificavam aquilo que parece ser uma prática corrente para esse tipo de regime: recorrer e privilegiar vários grupos sociais, atrelados ou não ao poder. Com isso, abriu-se a possibilidade de fazer carreira à toda espécie de cidadão; os cavaleiros poderiam almejar um cargo

⁷⁷ “O morto não é proclamado deus (...), mas somente *divus* (divino); não é deificado, mas divinizado (...). Não impede, todavia, a edificação, de um templo ao novo *divus* e a instituição, para o serviço de seu culto, de um novo colégio sacerdotal com o seu nome” (Aymard; Auboier, 1976: 45).

⁷⁸ A noção de *potestas* apresenta-se com um sentido jurídico e constitucional; são atribuições das magistraturas e das decisões que delas derivam.

⁷⁹ Trata-se de uma autoridade moral com um matiz religioso. A noção é vaga e dificilmente encontra-se uma clara definição do termo.

⁸⁰ MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antigüidade*. São Paulo: EPU, 1990. p. 464.

no Senado; elementos da *plebs* romana já sonhavam em adentrar na ordem dos cavaleiros e assim por diante.

Uma das grandes conquistas da época imperial foi indubitavelmente a política de sua administração provincial. É inegável a habilidade de Augusto e de seus sucessores, em construir em volta da poderosa “cidade eterna” um império constituído por várias pequenas cidades; povos de diferentes línguas e etnias, que almejavam a salvação de suas vidas acreditando num regente, que se está no poder, ali se encontra pela vontade dos deuses. Roma criara, a partir de suas conquistas, a idéia de um Estado supranacional.

O Principado de Augusto apresenta-se como fundamento de um novo regime surgido em meio às crises e guerras civis do final da época republicana. Seus feitos e suas virtudes são exemplos enumerados constantemente por grande parte da tradição política das épocas posteriores a ele. Augusto instaurou o modelo, dotando-o de um novo enquadramento político e de novas orientações espirituais, que a sociedade romana buscava há muito tempo.

Aceita-se comumente o surgimento desse Principado quando Otávio Augusto instaura o regime em 27 a.C. O relato dessa instauração está descrito em texto do próprio Augusto, o *Res gestae* (uma espécie de catálogo, onde se encontra a descrição de suas atividades, principalmente políticas), motivo de controvérsias e acirrados debates acerca do seu conteúdo, pois o referido texto contém inúmeras lacunas e partes nem sempre esclarecedoras.

Um longo, mas necessário, trecho para traçar a formulação/formação do regime instaurado por Augusto encontra-se no Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio, no qual afirma:

Depois do ano 27 a. C., Augusto tende a consolidar o novo regime, chegando sem riscos, no ano 23 a. C., a uma nova e definitiva ordem constitucional. Havendo renunciado ao consulado, foi-lhe atribuída uma *tribunicia potestas* vitalícia (é duvidosa a sua relação com atribuições anteriores mais ou menos análogas) e um *imperium proconsulare*⁸¹ *maius et infinitum* que lhe dava também preeminência sobre os próprios governadores das províncias senatoriais e lhe era concedido para sempre. O Principado fica assim definido em suas formas jurídicas; excetuam-se episódios como o da atribuição do título de *pater patriae*, decretado pelo Senado a favor de Augusto no ano 2 da nossa era, sendo-lhe também contestada a atribuição da *cura legum et morum*. À soma de poderes acumulados nas mãos de Augusto, ornado também desde havia tempo com o título de *imperator*, se acrescentavam os cargos religiosos como o de pontífice máximo. Não se esqueça ainda o culto ao seu *genius*, embora ele tenha procurado sempre evitar sua divinização enquanto vivo.⁸²

Tal regime está “fundado em sua *auctoritas*, concebida sob uma forma jurídica, constitucional, uma fonte de poderes e de direitos (...). A *auctoritas*, a princípio concepção moral e política, se institucionalizou no final do reinado”⁸³. Foi ainda no ano de 28 a.C. que Augusto abolira, através de um decreto, todos os atos ilegais surgidos durante a crise republicana.⁸⁴

As reformas e conquistas augustéias mostraram-se em diversos campos da sociedade romana. Augusto demonstrava ser um “estadista criativo”, acreditando que cabia ao Estado proteger a civilização,

⁸¹ O poder procursular não podia ser exercido senão nas províncias. Estas apresentavam-se de duas formas: procursulares, dependentes do Senado e governadas pelos procônsules; e as imperiais, dependentes do imperador e governadas por legados ou lugar-tenentes (legati).

⁸² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12.ed. Brasília: Ed. UnB, 1990. p. 993.

⁸³ PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Edusp : Pioneira, 1989. p. 200.

⁸⁴ Paul Petit destaca as importantes contribuições, primeiro de F. Münzer e depois de Von Premerstein. Segundo o autor, o regime de Augusto foi fundado quando este se declara *princeps*

promovendo a felicidade de seu povo. No intuito de proteger as fronteiras imperiais e evitar que eclodissem novas guerras civis, o imperador fez reformas no exército: inibiu o aparecimento de generais ambiciosos, conseguindo a lealdade de seus soldados através do pagamento dos soldos, não com a distribuição de terras, mas sim com o pagamento em dinheiro. Isso aconteceu no ano 13 a.C., e essa medida, de acordo com alguns estudiosos, teria inaugurado verdadeiramente o sistema imperial.

Além dessa estratégia, Augusto construiu, na cidade de Roma, sistemas de canalização e aquedutos que proporcionaram o abastecimento de água para a grande maioria das casas romanas; um corpo de bombeiros, que visava garantir assistência às regiões mais sobrepovoadas da cidade; e uma força policial que reprimia revoltas e inibia a violência.⁸⁵ Dentro de suas amplas realizações e reformas, aumentou a distribuição de alimentos à população pobre da cidade. O príncipe sabia que não poderia diminuir ou abolir as listas da chamada *plebs frumentaria*, pois a pressão popular ameaçaria o seu governo, e o imperador acompanhava de perto as flutuações de preço dos cereais, principalmente o trigo. Não é fator irrelevante que os diversos imperadores declaravam-se primeiramente como “patronos da plebe”.

único, verdadeiro patrono de Roma, da Itália e das províncias (*A paz romana*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1989).

⁸⁵ Em nota ao livro IV dos *Anais* de Tácito, comenta-se a promulgação de duas leis contra atos de violência tanto públicos quanto particulares: “a primeira (*de vi publica*) punia com deportação ou morte, o magistrado (*homo publicus*) que tivesse feito morrer, bater de varas, pôr em tortura ou prisão, sem motivo legal, um cidadão que apelasse para o imperador; a segunda (*de vi privata*) cominava a pena de confiscação de bens e perda dos direitos civis e políticos contra quem, sem caráter público, a mão armada ou de qualquer outro modo, tivesse cometido um ato de violência por interesse privado” (1964, p. 186).

A atuação política de Augusto nas províncias do império foi de extrema relevância. Pouco interferiu nas manifestações religiosas e nos costumes das diversas regiões anexadas, sendo conferidos a ele, por tais motivos, alguns agradecimentos, tais como um decreto provindo da região da Ásia, citado por Magie David em obra de Marvin Perry e que bem exemplifica a força de Augusto e as suas virtudes como imperador:

o salvador de toda humanidade, cujo zelo prudente não só havia correspondido – mas até mesmo excedido – às expectativas de todos: pois tanto na terra quanto no mar reina a paz, as cidades crescem com a benção da concórdia, da abundância e do respeito à lei e a culminância e o fruto de todas as coisas boas trazem justificadas esperanças para o futuro, e a satisfação quanto ao presente⁸⁶.

Seu êxito de administrador está contido em trecho de suas *Res gestae*, nas quais aparecem as “orgulhosas estatísticas” de suas ações, descritas por Aymard e Auboyer: “(...) em virtude de meus êxitos conseguidos em terra e no mar, por mim mesmo ou pelos meus legados sob meus auspícios, o Senado decretou cinquenta e cinco vezes ações de graças aos deuses imortais. Oitocentos e noventa dias de festa foram celebrados por ordem do Senado”⁸⁷.

No que se refere ao âmbito mais estritamente privado, a interferência de Augusto não passou despercebida. Na preocupação com a manutenção da família, fez diminuir o número de divórcios, reprimir as tentativas de adultério, muito freqüentes na época republicana; e dotou de inúmeros

⁸⁶ PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 129.

⁸⁷ AYMARD, André; AUBOUER, Jeannine (orgs). *História geral das civilizações: Roma e seu império*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 35.

privilégios aqueles casais que tinham, ou se propusessem a ter, pelo menos três filhos.

Em resumo, Augusto foi “chefe do poder militar (...) titular de amplíssimos poderes em todas as províncias não senatoriais, objeto de culto e de divinização no Egito, depositário (...) do poder de *intercessio*, isto é, de veto de qualquer magistrado urbano e provincial”⁸⁸. São as realizações e conquistas acima descritas que seguramente permitiram que os imperadores seguintes, da dinastia Júlio-Cláudia, tivessem ambiente e condições de governar o império.

Sêneca, na carta a Políbio, descreve em Augusto o grande modelo de governante, que seguramente vale como exemplo tanto para o amigo, destinatário da carta, quanto à posteridade:

O divino Augusto perdeu Otávia, sua caríssima irmã, e nem sequer ele, a quem a natureza destinara o céu, deixou de chorar. Pelo contrário, abalado por toda espécie de sofrimento, perdeu o filho de sua irmã, preparado para seu sucessor. Finalmente, para não enumerar cada uma de suas dores, perdeu genros, filhos, netos e, ninguém mais do que ele, de todos os mortais, teve consciência de que era um homem enquanto estava entre os homens. Entretanto, o seu espírito, tão capaz de acolher tudo, suportou tantas e tão grandes dores e o divino Augusto foi vencedor não somente de nações estrangeiras, mas também das dores⁸⁹.

Quem é o príncipe? Como se qualifica? O que lhe dá sustentação política? O príncipe é o primeiro – como o próprio nome indica – do Senado e do Povo. A diferença dele, para com os outros, ou seja, toda a humanidade, não é apenas de grau, porém, de sua natureza, pois se

⁸⁸ BOBBIO; MATTEUCCI e PASQUINO, op. cit., p. 623.

⁸⁹ SÊNECA. Consolações ..., op. cit., cap. 15, p. 3.

aproxima mais dos deuses, é a encarnação da lei e depositário dos auspícios.

Esse mesmo príncipe possuía, em tese, poderes ilimitados na medida em que pessoa alguma poderia ou teria mais poderes que ele; não haveria alternativas de administração paralelas ao príncipe. Além disso, ele era a pessoa mais rica do Império: dispunha da *patrimonium Augusti*, que eram os bens da coroa imperial, assim como a *res privata*, ou seja, seus próprios bens, constituídos na maioria das vezes por propriedades rurais e oficinas.

Arelado aos poderes constitucionais que lhe são garantidos, destaca-se a sua posição pessoal que era indiscutivelmente da mais alta *dignitas*. Seu prestígio perante o povo e os diversos grupos sociais exprimia-se nos seus mais diversos títulos imperiais: a *auctoritate omnibus praestiti*, depositário de todas as virtudes romanas; e o *imperator*⁹⁰ *Caesar Augustus*, quando se enumerava todos os seus cargos e o seu amplo poder. Na dignidade de *pontifex maximus*⁹¹, herdeiro por assim dizer dos antigos magistrados, o príncipe possuía as qualidades necessárias para assegurar, para todo o império, a paz, ou seja, a *pax deorum*. Otávio Augusto era o patrono do povo, aquele que detinha o *imperium*. “‘Primeiro’ dos cidadãos, o Imperador é também o primeiro dos grandes aristocratas romanos. Entre

⁹⁰ O título de *imperator* (imperador) em princípio não significava realeza. Dava-se este título ao comandante supremo dos exércitos e a outros generais.

⁹¹ Um elemento bem romano, o supremo pontificado dá ao imperador amplos poderes religiosos. O mesmo imperador participa pessoalmente dos grandes colégios sacerdotais. É o grande chefe responsável pela vida religiosa do império; verdadeiro intermediário entre os deuses e os homens.

estes, os Júlios e os Cláudios receberam as mais gloriosas tradições de suas ilustres famílias”⁹².

A casa imperial erguera-se em Roma de forma precisa e rígida em sua hierarquização. É para lá que se dirigem os mais altos funcionários, formando uma espécie de grande pirâmide, na qual destaca-se, no topo, a figura ímpar do imperador, digno representante da vontade dos deuses e elo que liga o céu e a terra. A presença desse *princeps* no topo dessa pirâmide lhe dava garantias de sobrepor-se às camadas dominantes existentes no período republicano. A partir de Augusto não se assistiu mais a força dessas chamadas *factiones*. Com poder, riqueza e prestígio, ele garantia a posição de chefe absoluto da casa imperial. Para Alföldy: “os laços sociais entre o imperador e os diferentes grupos reportavam-se parcialmente a modelos republicanos, embora o seu conteúdo fosse naturalmente modificado pelas novas condições da monarquia imperial”⁹³.

As modificações operadas nesse período mostram que o primeiro entre os cidadãos conquistou o controle da cidade, e, portanto, do Império, não pela força, mas cooptando e agrupando as forças dos colégios e das confrarias. Os diversos cultos e honrarias⁹⁴, realizadas tanto nas regiões do Ocidente como no Oriente, reforçavam ainda mais o prestígio e o poder do príncipe. No Oriente — não se pode esquecer, de expressão grega —, existe uma deificação direta do imperador. É importante ressaltar que a adoção, em

⁹² AYMARD e AUBOUER, op. cit., p. 92

⁹³ ALFÖLDY, op. cit., p. 117.

⁹⁴ São exemplos dessas honrarias: o título de *princeps juventutis*; o prenome *imperator*; o nome *Caesar*; o império proconsular e o poder tribunicio.

inúmeras vezes, de um culto imperial teve significativa importância na posição do imperador e também na concepção de império.

No Ocidente, em Roma mais especificamente, o culto apresentava algumas especificidades em relação ao Oriente. Os imperadores divinizados recebiam uma capela no templo dos *Divi* e recebiam honrarias através de jogos e cerimônias organizados pelos *sodales*, grupos responsáveis pelos cultos imperiais. Dessa maneira, "é conhecido o papel da religião tradicional, principalmente a de Júpiter, na ideologia imperial. Como *pontifex maximus*, o soberano era o chefe do paganismo greco-latino"⁹⁵.

Alguns monumentos religiosos foram consagrados aos cultos dos imperadores e de sua família. O principal templo do poder romano era o Capitólio. Principalmente a partir do século primeiro de nossa era, alguns destes monumentos representavam e simbolizavam a força dos príncipes, associada à tríade nacional romana: Júpiter-Juno-Minerva.⁹⁶

Vários cultos ao imperador eram praticados por diferentes grupos sociais romanos; cada grupo tendo os seus próprios sacerdotes. Senadores faziam parte dos *sodales Augustales*; um cavaleiro poderia ser o flâmine de alguma província; provenientes dos decuriões, havia vários flâmines

⁹⁵ PETIT, op. cit., p. 177.

⁹⁶ Estudos recentes têm dado grande ênfase aos fatores religiosos para poder explicar a força do principado instaurado por Augusto. Segundo estes estudos, a força encontra-se na presença de elementos greco-helenísticos, tais como: a heroificação, a soterologia e o carisma. Para muitos, o imperador era a imagem e epifania do *Sol Invictus*. Um balanço bibliográfico fundamental encontra-se em Paul Petit. *A paz romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.

municipais; de grupos de libertos e escravos destacavam-se os *Augustales*⁹⁷ e os *magistri* e *minstre* dos Lares do próprio imperador⁹⁸.

Convém lembrar que, as inúmeras honrarias, prêmios e homenagens dirigidas aos imperadores, além de reforçar sua força e demonstrar a hegemonia do regime, tendiam a amenizar um problema — para muitos o ponto fraco do regime imperial —: a sucessão⁹⁹.

A inclinação do principado voltava-se à hereditariedade, pois o poder nas mãos de um só, mostra-se sempre de tendência monárquica e hereditária; porém, isso não bastava e não era garantia nenhuma. O príncipe, ao que parece, não tinha possibilidades jurídicas de garantir a sucessão. Esse não era um assunto de ordem jurídica diretamente, mas de ordem política, resolvida de diversas maneiras, conforme as circunstâncias e, portanto, variavam as suas formas de realização: com a ajuda do exército, através da força de um comandante; com a ajuda do imperador, beneficiando um parente direto ou adotivo; com a ajuda do senado, favorecendo algum de seus membros¹⁰⁰.

As práticas republicanas, as acirradas defesas deste antigo regime não estavam desfeitas. Talvez nunca se quisesse quebrá-las ou rompê-las

⁹⁷ A imagem do imperador é sagrada; o "gênio de Augusto" associa-se aos cultos prestados nos bairros de Roma e toma-se muito do arsenal da cultura helenística para tais práticas.

⁹⁸ Para o referido tema cita-se o capítulo intitulado "O sacerdote" de Honh Scheid em *O homem romano*, obra organizada por Andrea Giardina. Ver ainda o capítulo de Paul Petit, "A vida religiosa", na obra *A paz romana*, cap. 4, p. 176-192.

⁹⁹ Os problemas referentes à sucessão imperial são bastante complexos. Para Paul Petit, o principado é uma combinação de "*potestates* providas de magistraturas intransmissíveis por definição, e de uma *auctoritas* pessoal igualmente intransmissível" (1989, p. 216).

¹⁰⁰ Para Paul Petit, entre os romanos não há noções claras do que os modernos entendem por "conselho de ministros", ou "governo". Residiria aí a grande dificuldade em poder explicar, de forma satisfatória, as posições e opções políticas dos soberanos.

por completo, mesmo com a instauração do principado. Nem poderia ser dessa maneira: o Senado, criação republicana, exercia um poder que sempre rivalizava ou que exigia do príncipe um diálogo constante de acordos e negociações. A relação príncipe/senado deu a tônica não só no que se refere à administração imperial, como também, e talvez mais importante, definiu a produção da memória dos feitos engendrados no primeiro século da era cristã, e, de forma capital, durante a administração dos imperadores da dinastia Júlio-Cláudia.

Nesse sentido, o Senado constituía-se em força sempre presente nas principais decisões tomadas na casa imperial, e

a luta entre imperadores e Senado é durante longos anos a verdadeira essência da história política do Império (...). Até essa época a legislação romana preserva traços do antigo dualismo. Se ela pode proclamar o imperador "uma lei viva na terra" e declará-lo "livre de todas as leis", também pode anunciar que é um pronunciamento digno da majestade do governante o de que um príncipe deve professar-se submisso às leis¹⁰¹.

Os imperadores reconheciam a força do Senado romano, pois este manteve em suas mãos decisões de extrema importância acerca da política e da administração imperial. Como exemplos relevantes cita-se a questão da investidura, isto é, o poder de reconhecer ou não, legalmente e de fato, o senhor do Estado; era esse mesmo Senado que decidia, após a morte do imperador, sua apoteose, a *relatio interdivos*, ou a sua condenação, *abolitio* ou *damntio memoriae*.

¹⁰¹ BARKER, op. cit., p. 87

Os ataques mais violentos e extremados eram dirigidos aos imperadores que atentavam principalmente contra as pessoas dos senadores; a estes "o Senado respondeu com desprezo, servidão, absentismo, usando às vezes o complô e o assassinato"¹⁰². Com exceção de Augusto, que, ao fundar o novo regime, neutralizou as constantes oposições, todos os imperadores da dinastia Júlio-Claúdia travaram inúmeras lutas nas relações estabelecidas com o Senado¹⁰³.

2.2 Sêneca e a contribuição do Estoicismo romano

A partir do enfraquecimento das polis gregas, no terceiro século antes de Cristo, assiste-se a profundas transformações em diversas regiões do mundo mediterrâneo. Trata-se de uma época de emigrações, de misturas de povos, de desarraigamentos constantes; do Oriente para o Ocidente e do Ocidente para o Oriente.

Duas grandes escolas filosóficas destacam-se nesta "era de Alexandre, o Grande": a epicurista, fundada por Epicuro; e a estóica, fundada por Zenão de Cícium. Este era um fenício helenizado provindo de Chipre; exercera profunda influência sobre as monarquias helenísticas, devotadas a regentes deificados. Ambas procuravam oferecer mais do que uma filosofia; queriam oferecer um "modo de vida".

¹⁰² PETIT, op. cit., p. 120

¹⁰³ A resistência senatorial tinha, ao próprio grupo, razões de existir, pois a intromissão dos imperadores nos domínios do Senado e nas decisões dos magistrados era freqüente, tal como a multiplicação dos cargos imperiais, onde a interferência do monarca era nítida e constante.

O estoicismo penetrara no mundo romano principalmente no primeiro século antes de Cristo e no século imediatamente posterior. A referida escola marchara com o tempo e, nesse sentido, percebe-se a força que esta apresentava nos lugares por onde operara forte influência, tanto na literatura, prioritariamente a literatura política, como na prática política e administrativa, na qual Sêneca é seguramente o grande expoente.

O estoicismo, em solo romano, será amplamente bem recebido pela política imperialista. A escola influenciou os legisladores romanos, com seus ensinamentos de igualdade entre os homens, a igualdade perante as leis; com “uma sociedade universal, um estado do mundo inteiro; uma lei da natureza, com a qual todos os seus membros devem viver em conformidade – estes são os dois grandes princípios do estoicismo”¹⁰⁴.

Em Sêneca, no tratado intitulado *“Da Tranqüilidade da Alma”*, a idéia de universalidade está presente quando afirma que “daí o princípio do qual nós, estóicos, estamos orgulhosos: o de não nos encerrarmos nas muralhas de uma só cidade, mas de entrarmos em contato com o mundo inteiro e de professarmos que nossa pátria é o universo, a fim de oferecer à virtude o mais amplo campo de ação”¹⁰⁵.

Mais do que a teoria estóica, o que se afirmou efetivamente no modo romano foi o resultado prático dos ensinamentos de Zenão. As questões acerca da ética e da moral demonstravam o interesse dos cidadãos de Roma

¹⁰⁴ BARKER, op. cit., p. 68.

¹⁰⁵ SÊNECA. *Da tranqüilidade da alma*. Trad. E notas Giulio Davide Leoni. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 212. (Os Pensadores)

ao desprezarem as “especulações abstratas”; o estoicismo tornou-se um “estilo de vida”, pois se adaptara muito bem ao pragmatismo romano. Esse estoicismo romano “era dotado de toda a filosofia ética tradicional: a virtude é conhecimento e, portanto, o homem sábio não pode errar (...) O homem bom exhibirá as quatro virtudes essenciais: sabedoria, justiça, coragem e moderação”¹⁰⁶.

Constituído sob alicerces da cultura helênica, há, portanto, uma adaptação do estoicismo ao ambiente romano, e não uma deformação de seus princípios gregos como muitos autores querem crer. Trata-se, segundo Bobbio, de “uma filosofia moral concreta, que insere os elementos universais e comuns a todos os homens na vida real da sociedade”¹⁰⁷.

Percebe-se ao longo da história política do Império romano, uma expressão de aplicabilidade dos ensinamentos estóicos: o cosmopolitismo¹⁰⁸ e o universalismo desta escola filosófica marcaram presença expressiva na mentalidade romana. Para Sêneca:

assim, enquanto meus olhos não se afastarem daquele espetáculo, do qual são insaciáveis, enquanto me permitirem olhar o sol e a lua, fixar os outros planetas, observar o seu nascimento e ocaso, as distâncias e as causas de caminhar mais rápida ou mais lentamente, contemplar durante a noite tantas estrelas cintilantes, umas imóveis, outras que não caminham em grande curso, mas giram em sua própria órbita, algumas que aparecem de repente, outras que ferem levemente a vista com um reflexo de fogo, como se estivessem caindo, ou voando com intensa luz por um longo espaço; enquanto esteja com estas coisas e na medida em que é permitido ao homem, possa eu misturar-me aos corpos celestes, enquanto tenha sempre

¹⁰⁶ BAILEY, op. cit., p. 277.

¹⁰⁷ BOBBIO; MATTEUCCI e PASQUINO, op. cit., p. 294.

¹⁰⁸ O cosmopolitismo tornou-se um dos fundamentos da doutrina estóica fundada por Zenão de Cícium em aproximadamente 300 a. C. na Grécia. O cosmopolitismo nega as divisões de território e de política. O homem afirma-se como um cidadão do mundo. Na Grécia com a filosofia Cínica, Diógenes define-se a si mesmo como um “cidadão do mundo”.

no céu o espírito inclinado à contemplação das coisas que lhe são afins, que me importa que solo eu pise?¹⁰⁹

Na Carta 28,4 escrita ao amigo Lucílio, o filósofo corrobora a perspectiva universalista dos estóicos quando afirma que “temos de viver com esta convicção: não nascemos destinados a nenhum lugar particular, a nossa pátria é o mundo inteiro (...) Se te persuadires de que toda a terra te pertence, o primeiro ponto em que parares agradar-te-á de imediato”¹¹⁰.

Lucius Seneca foi um dos maiores propagadores do estoicismo no mundo latino, juntamente com Marco Aurélio e Epicteto. Essa escola filosófica era muito bem vista pelos romanos, pois eram estes de mentalidade positiva e pragmática. Dessa forma, pode-se considerar os romanos como “naturalmente” estóicos. É através de seus escritos que o filósofo procurará divulgar sua inclinação ao pensamento estóico.

A referida escola está inserida na história da filosofia dentro do chamado período ético, surgido na Grécia helenística, durante o terceiro século antes de Cristo. É uma filosofia voltada a solucionar os problemas da vida cotidiana, uma forma de conforto moral; tal filosofia traz fortes pretensões moralizadoras; extremamente pragmática, penetra no mundo romano com bastante facilidade.

¹⁰⁹ SÊNECA. Consolações à minha mãe Hêlvia. In: _____. *Cartas consolatórias*. Trad. Cleonice Furtado de Mendonça van Raij. Campinas: Pontes, 1973. p. 77 (VIII, 6)

¹¹⁰ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad., prefácio e notas J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 105.

Neste ambiente, proliferavam seitas místicas que competiam com as escolas filosóficas. Os romanos necessitavam de aconselhamento moral, o que as seitas místicas, bem como algumas escolas filosóficas, estavam dispostas a oferecer.

Para o estoicismo, o único bem é a virtude, enquanto que todo mal decorre do vício. A felicidade do homem deve ser a indiferença, bem como, a renúncia a todos os bens do mundo, exteriores a ele, vencendo todas as paixões e buscando a tranqüilidade da alma. Sêneca, no já citado tratado filosófico *Da Tranqüilidade da Alma*, diz: “tenho um profundo amor à simplicidade, e o confesso: o que amo não é nenhum leito faustosamente preparado (...) mas um costume simples e grosseiro que se conserva sem cuidado e que se usa sem escrúpulos”¹¹¹.

Cabe ressaltar que o estoicismo romano, além da perspectiva moral, de controle individual das paixões e dos desejos materiais, insiste na importância do plano político, através do qual a referida escola deixou valiosas contribuições.

Sendo assim, “a participação dos estóicos na vida do estado manifestou-se, com particular força, sob o principado de Nero (...), cujo reinado, sob muitos aspectos, é uma chave para entendermos os conflitos políticos e a evolução das doutrinas políticas no primeiro século do Império”¹¹².

¹¹¹ SÊNECA. *Da tranqüilidade ...* op. cit., p. 207. (I, 5)

¹¹² GUARINELLO, Norberto. Nero, o estoicismo e a historiografia romana. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 1, p. 54, jan./jun. 1996

Sêneca participa ativamente na vida do império, com uma inclinação de bem servir ao interesse público, "(...) para estar na possibilidade de melhor servir meus amigos e meus próximos e todos os meus concidadãos e finalmente a humanidade inteira: (...) com um ardor de noviço, inclino-me a seguir Zenão, Crisipo e Cleanto, nenhum dos quais, tomou parte nos negócios públicos, mas dos quais muitos se tornaram discípulos"¹¹³.

2.3 Literatura e sociedade no Alto Império Romano

Augusto aparece na história, e na literatura, política principalmente, como um marco fundador e acima disso, um exemplo a ser seguido e alcançado pelos imperadores posteriores ao seu principado. De gosto refinado, reuniu em torno de si, poetas e literatos como Horácio e Virgílio, para citar dois importantes nomes; adotando uma política de certa forma protecionista, ele próprio filiara-se à escola de sua época. Criou um círculo literário, integrara os mais diversos e variados nomes, dando à esse tempo um clima de perfeição, considerado como um "classicismo autêntico". Augusto trabalha para o sucesso de seu principado, pois orienta escritores e artistas para temas que, entre outros aspectos, dignificam e perpetuam a glória de seu regime.

A dinastia Júlio-Cláudia, além do primeiro César, formara-se ainda como os quatro imperadores seguintes: Tibério, Calígula, Cláudio e Nero.

¹¹³ SÊNECA. Da tranqüilidade ..., op. cit., p. 208. (I,10)

Eram todos familiares de Augusto ou de sua esposa Lúvia. O reinado dessa dinastia durou um pouco mais de um século, com a morte do imperador Nero, ou melhor, com o seu suicídio. Um tempo abrangente, principalmente se comparado por exemplo com outras dinastias como a dos flavianos, imediatamente posterior.

Período extremamente conturbado, apresenta-se no desenrolar dos fatos e refletido na sua literatura de maneira bastante controvérsia e polêmica. Para muitos autores, essa fase chamada de idade de Prata – em contraponto com a época de Augusto, de Ouro- apresenta-se com uma certa decadência das artes e da literatura latina. As explicações para esse declínio estão atreladas à diversos fatores: o meio político e social que se apresenta; o funcionamento das escolas e os hábitos das leituras públicas e a formação do chamado “gosto novo”. Para Ettore Paratore,

a grande falha dos sucessores de Augusto (...) foi a de não terem sabido assegurar nenhuma adesão válida das classes culturais; enquanto que os mais diversos escritores da época de Augusto acabaram por compor um admirável tributo à obra do príncipe (...) os sucessores de César não quiseram ou não souberam achar correspondência no mundo cultural (...) A consequência mais vistosa deste dissídio entre o príncipe e as letras foi que estes imperadores tiveram (...) mau cariz e, na mão dos historiadores e literatos, tornaram-se monstros de perversão, numa consonância espantosa de representações, que contém, no fundo, também boa dose de injustiça.¹¹⁴

O regime, que à época de Augusto mostrava-se equilibrado, desembocara à posteriori em verdadeira monarquia absoluta. Sucessões imperiais marcadas por delações, condenações à morte; verdadeiras perseguições a membros da aristocracia e aos “inimigos” do monarca. Este

¹¹⁴ PARATORE, op. cit., p. 505

ambiente se refletirá, também, na literatura produzida por parte dos autores que escrevem a respeito dos imperadores e das suas condutas administrativas.

Assiste-se, desse modo, à um esvaziamento de idéias, em decorrência da supressão de liberdade, acionada pelos próprios imperadores. De maneira indireta, a literatura é aviltada, pois um ambiente hostil à opiniões divergentes permitiu o aparecimento de "obras de bajulação", característica de uma grande parte da produção em prosa e verso de diversos autores do primeiro século depois de Cristo. Em decorrência a esse estado de coisas, o resultado era a falta de motivação e o temor de manifestar-se contrariamente a um determinado regime ou governante.

Ainda sob o governo de Augusto, formam-se, fundados por Asínio Polião, os salões de leituras pública. Posteriormente, esse hábito generalizou-se e ganhou projeções bem maiores. O público que freqüentava esses salões era bombardeado com intermináveis e incessantes leituras. "Os ouvintes, sem a cultura necessária para julgar, aplaudiam as obras, mais pela sua aparência do que pelo seu real valor literário"¹¹⁵.

O hábito das leituras públicas remonta ainda aos tempos da república romana, quando tornara-se uma ocupação perene dos romanos, principalmente os mais cultos. Durante um grande período, ignora-se em Roma aquilo que os modernos entendem como "publicar". Distribuía-se aos

¹¹⁵ SOUZA, Rômulo Augusto de. *Manual de história da literatura latina*. Pará: Serviço de Imprensa Universitária, 1978. p. 246-247

conhecidos, cópias de obras que eram confeccionadas na casa do próprio autor ou junto a um “protetor das letras”.

Em decorrência disso, amplia-se o número de bibliotecas públicas municipais e possibilita o aparecimento dos livreiros-editores (*bibliopolae* ou *librarii*). Há um aspecto a ser destacado: havia uma política de sobrevalorizar uma determinada obra e elevá-la à categoria de grande literatura, ou ao contrário, considerá-la de construção e qualidade duvidosos e, portanto, relegá-la ao esquecimento. Jérôme Carcopino destaca o papel dos prefeitos e dos procuradores prepostos às bibliotecas públicas que “tinham o poder de condenar a um desaparecimento lento, porém seguro, os livros suspeitos ou perigosos, aos quais fecharam as portas. Arrogaram-se o poder de semear ruidosamente o bom grão dos textos favoráveis ao regime, composições úteis à sua propaganda”¹¹⁶.

Desenvolveu-se, pois uma espécie de literatura de efeito, que influenciaria as fases seguintes. Como uma reação ao classicismo, essa fase estava marcada pela concisão das frases e a formação de um estilo de aparato. “Coroando esse estilo que Calígula compara à ‘areia sem cal’, empregam-se na prosa, expressões e termos só permitidos na poesia. A essa tendência deu-se o nome de “gosto novo”, do qual Sêneca é a principal figura”¹¹⁷.

A época de Augusto esteve marcada como um período de sobriedade, uma certa reação e resistência ao luxo e a valorização das ancestrais

¹¹⁶ CARCOPINO, op. cit., p. 232.

¹¹⁷ SOUZA, op. cit., p. 247.

virtudes romanas. Na época posterior assiste-se a definitiva invasão do mundo oriental em Roma. Nero, ou o seu reinado, seria considerado o ápice dessa tendência, denominada por alguns autores como asianismo.

Visualizar-se-á, com a formação desse quadro, a distância que separa, a Roma sonhada por Augusto, dita itálica, da Roma posterior, ou seja, decididamente imperial. “A ruptura é total com a velha cidade campesina, onde o ritmo de existência era ainda a do campo, onde o luxo tinha ‘má consciência’, e onde o ócio estudioso preenchia a parte do dia não utilizada para os ‘assuntos sérios’”¹¹⁸.

Alguns autores como Paul Petit – analisando a literatura produzida durante grande parte da presença da dinastia Júlio-Cláudia- trazem à discussão uma idéia denominada como “revolução neroniana”. Há, segundo o autor, elementos que justificariam o aparecimento de uma revolução artística e cultural no mundo romano, - que se refletira no universo político -, denominado de “gosto novo”.

Em primeiro lugar, o “esteticismo” de Nero; tentativas de impor ao seu tempo concepções estéticas à todas as áreas e governar como um artista. Em segundo, haveria uma “academia neroniana”, formada por diversos pensadores, tais como, o citarista Terpneos e os literatos Sêneca e Lucano.

Tais elementos demonstrariam que o final do governo de Cláudio marcaria o início do neronismo, período marcado por uma profunda renovação espiritual, forte e permanente, pois sobrevive em outras épocas,

¹¹⁸ GRIMAL, op. cit., p. 105.

na dinastia dos flávios, por exemplo, indo inclusive muito além dela. O texto que marcaria esta época é o *'Apocolocintoses'* ou *"Apocoloquintose do Divino Cláudio"*, libelo político escrito por Lucius Seneca, como o próprio título diz, contra o antecessor de Nero.

CAPÍTULO III

Sêneca e a tradição intelectual: Aconselhamentos para corrigir as imperfeições do mundo

3.1 Intérpretes da Dinastia Júlio-Cláudia

Ao cotejar as interpretações das sucessivas administrações imperiais da dinastia júlio-cláudia torna-se perceptível um certo mal-estar vigente nas abordagens realizadas naquele período. Em grande parte das reflexões produzidas em forma de textos, libelos e tratados, nota-se o privilégio dado a questões que envolvem uma perspectiva moralizante no que tange aos comentários a respeito do comportamento dos governantes e a respeito dos cidadãos em relação às administrações e suas condutas na urbe romana. Ao abordar autores que escreveram no ambiente do primeiro século da era Cristã, não se pretende problematizar todas as obras, realizar uma profunda análise externa e interna dos textos, pois tal empresa fugiria dos objetivos aqui propostos.

Trata-se, nesse caso, de visualizar a produção e circulação de idéias e imagens ligadas à normatização e legitimidade dos governantes do Império, para, a partir disso, avaliar a presença e a permanência de Sêneca em um

ambiente no qual manteve diálogos tanto com a tradição greco-romana precedente quanto com os autores que conduzem a construção da memória desse período.

Estes diálogos, de acordo com palavras do próprio Sêneca, precisam estar amparados por alguns elementos imprescindíveis para a permanência das observações e juízos proferidos. Nas *Cartas a Lucílio*, reflexão madura e escrita quando já estava afastado do poder e dos seus bastidores, Sêneca é pontual quando afirma na Epístola 22:

Observações sobre os costumes, sobre os deveres, é possível fazê-las de um modo geral e por escrito; são conselhos que se podem dar não só a ausentes, como até à posteridade. Mas a maneira e a ocasião de tomar uma decisão concreta, isso ninguém pode aconselhá-lo à distância, é forçoso deliberar em face das próprias circunstâncias. Para captar a oportunidade no momento justo é preciso não só estar presente, como estar atento¹¹⁹.

As referências que serão feitas a outros autores desse momento histórico, demonstram claramente que Sêneca dialoga com vários deles. Além disso, o “conselheiro de Nero” serve de fonte e inspiração para aqueles que escrevem em período imediatamente posterior, principalmente no que se refere aos autores que elegem a dinastia júlio-cláudia como reflexão de seus escritos. É possível, nesse sentido, estabelecer pontos de ligação entre diferentes obras e autores através da identificação de temas e situações, descritas em tais textos, que guardam afinidades no que tange às idéias morais e políticas.

¹¹⁹ SÊNECA. *Cartas ...*, op. cit., p. 79

São citados exemplos de enriquecimento fácil e rápido, relações desonestas estabelecidas entre clientes, atividades de prostituição, excessos de todos os tipos, tais como a glotonaria; enfim, a constatação de um estado de coisas que desagradava profundamente grande parte dos autores que escrevem sobre o período.

Os escritos de Lucius Seneca, ou pelo menos parte deles, podem ser considerados como hypomnemata¹²⁰. Pode-se indicar que o ambiente no qual o autor produziu seus textos incentivava a redação de trabalhos sistematizados, com os quais se lutava “contra este ou aquele defeito (como a cólera, a inveja, a tagarelice, a bajulação), ou para ultrapassar esta ou aquela circunstância difícil (um luto, um exílio, a ruína, a desgraça)”¹²¹. Sêneca mostra-se como alguém que tem a rara oportunidade de denunciar seu período, ao mesmo tempo em que seus escritos deixam exemplos para a posteridade, tal como aparece na Carta 95 dirigida a Lucílio:

Hoje, é através de decretos senatoriais e de plebiscitos que se exerce a ferocidade, é a lei que manda fazer-se a nível de Estado o que proíbe a nível particular! Um crime que, cometido às ocultas, incorreria em pena capital, suscita louvores quando praticado por militares! O que se busca é apenas o prazer! Nenhum vício se conserva dentro dos limites: o luxo degenerou em ganância! O desprezo pela moral invadiu todos os domínios¹²².

¹²⁰ Michel Foucault, em obra intitulada *O que é um autor*, fala a respeito dos hypomnemata no capítulo “A escrita de si”. De acordo com o filósofo francês, nesses livros-guia, há citações de outras obras, reflexões e exemplos retirados de autores lidos, seja para confirmá-los ou para negá-los. Para Foucault, não apenas para serem “trazidos à consciência, mas no sentido de que se deve poder utilizá-los, logo que necessário, na ação” (1992:136).

¹²¹ Foucault, Michel. *O que é um autor*. São Paulo: Passagens, 1992. p. 135.

¹²² SÊNECA. *Cartas ...* op. cit.

Como período caracterizado por excessos, acredita-se visualizar uma certa decadência, no mais amplo sentido do termo, na produção literária da época. Torna-se necessário, portanto, perceber alguns vícios presentes na elaboração de algumas obras, uma certa injustiça cometida contra imperadores da referida dinastia que legaram à posteridade visões deturpadas com relação ao comportamento e às administrações imperiais desse momento.

Atrelando aos problemas da sucessão, “verificou-se um desencadeamento selvagem de ódios, de recriminações, de calúnias, que alimentou toda uma série de publicações escandalosas, mais ou menos anônimas”¹²³.

Destaca-se então um ambiente gerador de verdadeiras “obras de bajulação” fruto de uma época pouco propensa a críticas fundadas. Isto ocorre, entre outros fatores, devido ao fato de que o peso maior dado ao julgamento de cada imperador esteve amplamente associado à forma com que esses mesmos imperadores relacionavam-se com a aristocracia senatorial. Sabe-se que grande parte dos autores mais destacados no primeiro século da era Cristã eram senadores ou estavam fortemente ligados a este grupo. Sendo assim, a caracterização do governante — “bom imperador” ou “mau imperador” — encontrava-se intimamente relacionada ao papel que o príncipe reservava para a atuação do Senado. Nesse sentido, os governantes poderiam ser rotulados como “bons” ou “maus” num espaço de

¹²³ PARATORE, op. cit., p. 541.

tempo muito curto e por vezes por um mesmo autor.

Cabe aqui exemplificar a produção de autores que pensaram a sua época e legaram às suas obras um sentido de universalidade.

O primeiro destaque deve ser dado a Petrónio¹²⁴ que, ao escrever seu *Satyricon*, descreve o ambiente e os costumes da época de Nero — marcada pela participação de libertos e novos ricos, entre outros, nas decisões políticas — com uma riqueza de detalhes que faz com que sua obra permaneça como fonte inestimável para a compreensão de aspectos significativos daquele contexto. O autor faz uma descrição acerca do ambiente corrompido em que a Roma de Nero se encontrava; um ambiente onde predomina a forte influência da cultura oriental, grega em sua maioria, e a luxuriosa corte do imperador.

Petrônio trata de um mundo pouco explorado e quase nunca trazido à tona nos debates romanos. Para Ettore Paratore, o autor foi “seduzido, por atração dos contrários, pelo novo mundo de libertos, de homens de negócios, de proxenetas, de mulheres de má vida, que espumava à superfície da sociedade”¹²⁵. Contudo, os escritos de Petrónio não possuem tons moralistas muito fortes, já que não escreve para corrigir. Epicurista convicto, diante da depravação crescente que visualiza — com a qual Sêneca se desespera — ele sorri com ceticismo. “Não era um devasso ou

¹²⁴ Caius Petroneus ou Petronius Arbiter é possivelmente a personagem descrita nos *Anais* de Tácito. A tradição ainda denomina-o como Caio ou Tito Petrónio. Ver ainda acerca do controvertido autor, a obra de FAVERSANI, Fábio. *A pobreza no ‘Satyricon’ de Petrónio*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2000.

¹²⁵ PARATORE, op. cit., p. 645

um dissipador, como aqueles que esbanjavam seus bens, mas um amante do mais requintado luxo (...). Todavia, quando procônsul da Bitínia e depois como cônsul, mostrara energia e capacidade nos seus deveres”¹²⁶.

Vive-se o tempo dos novos ricos, o tempo em que os libertos, pelo menos alguns deles, ascendem socialmente. Em trecho da *Cena Trimalchionis*, verdadeira sátira aos costumes da época, Petrônio afirma que:

Aqui jaz Gaio Pompeu Trimalchião Mecenaciano. Foi piedoso, probo e fiel. Tendo partido de nada, deixou uma fortuna de trinta milhões de sestércios. Jamais deu ouvidos aos filósofos. Salve, ó passante, que lê estas linhas. Era assim que Trimalchião, liberto novo-rico, imaginava, quando se sentia de humor alegre, o epitáfio de seu túmulo)¹²⁷.

Sêneca, por outro lado, na já citada carta à sua mãe, pronuncia-se de forma normatizadora, a ponto de querer corrigir a deturpação de sua época, principalmente os abusos e excessos cometidos pelos imperadores. Neste texto, afirma:

Apício, que, na cidade, da qual certa vez os filósofos foram obrigados a partir como corruptores da juventude, ensinou a ciência da gulodice e corrompeu com o seu ensinamento a nossa geração! (...). Tendo gasto na cozinha cem milhões de sestércios, dissipado em cada uma de suas orgias o equivalente às tantas dádivas dos príncipes e à imensa renda do Capitólio, oprimido por dívidas, foi, por fim, impelido a examinar suas dívidas; calculou que haveria de lhe sobrar dez milhões de sestércios, e como se viver com somente dez milhões de sestércios fosse para ele viver em extrema fome, envenenou-se. Quão grande devia ser a devassidão daquele para quem dez milhões de sestércios era miséria! (...). Estas coisas sucedem àqueles que não aplicam a riqueza segundo o bom senso, cujos limites são bem determinados, mas segundo seus costumes viciosos, cujo capricho é imenso e ilimitado. Para a cobiça nada chega; à natureza, até o pouco é bastante.¹²⁸

¹²⁶ TÁCITO, op. cit., p. 408

¹²⁷ PETRÔNIO. *Satyricon*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1988. p. 47

¹²⁸ SÊNECA. *Consolações à minha ...*, op. cit., p. 275. (X)

Outro autor expressivo desse momento é Lucano¹²⁹, que produzira uma grande obra composta de oito mil versos, distribuídos em dez livros, intitulada *Farsália*. O escritor referenda Nero, pelo menos nos três primeiros livros, pois mostra-se plenamente favorável ao regime imperial. Consta que ao romper relações com o imperador, passa a criticar o modelo imperial e defender o modelo republicano. Para tanto, transforma em verdadeiro herói a figura de Catão que, para Lucano, era o depositário das verdadeiras virtudes romanas. Não podendo atacar explicitamente a figura de Nero, usa a imagem de César para caracterizá-lo como um hipócrita, ambicioso e cruel. A trajetória dos livros da obra de Lucano, demonstra, em sua estrutura nitidamente anti-cesariana, que Nero gradativamente afastara-se dos ideais de Augusto e aproximara-se dos ideais de César. Ettore Paratore, acerca da obra de Lucano, diz que esta “é polêmica política contra o principado despótico, primeiro em nome da tradição augustal, depois (...) em nome da republicana (...). É polêmica moralista (...) em nome dos princípios da virtude e da fortuna¹³⁰”.

Zélia Almeida Cardoso enfatiza que, “exaltando o espírito republicano, encarnado em Pompeu e sobretudo em Catão, valorizando as virtudes que haviam sido, no passado, a apanágio do romano, o poeta combate o despotismo, a ambição e a crueldade de que Nero, sem dúvida,

¹²⁹ Marcus Annaeus Lucanus nasceu em Córdoba, Espanha no ano 39 d.C. De família nobre e ilustre, era neto de Sêneca, o Retor, e sobrinho de Sêneca, o preceptor de Nero.

¹³⁰ PARATORE, op. cit., p. 625

representava o exemplo”¹³¹. A posição contrária ao regime de Nero atinge tais limites que seus últimos livros são proibidos de circulação e Lucano, acusado de participação na conjuração de Pisão, condenado à morte.

Os críticos da obra de Lucano apontam alguns problemas na composição da *Farsália*. Segundo estes, a paixão política leva-o a uma falta de unidade na construção da obra. Teria ele, portanto, deturpado algumas personagens, já que nos primeiros livros estas são imperialistas e, nos últimos, mostram-se simpáticas ao republicanismo.

De qualquer forma, Lucano, assim como Sêneca, apresentando traços do chamado “gosto novo”, antecipa fatores que levarão ao desgaste político da administração neroniana: período, sobretudo nos últimos anos de governo, carregado de abusos e excessos.

Contemporâneo de Lucano, Pérsio¹³² escreve suas *Sátiras* preocupado principalmente com as questões religiosas. Crítico mordaz de sua época, ataca a hipocrisia, a superstição e faz elogios à filosofia do estoicismo.

Desse modo, “prega a liberdade contra a preguiça, a avareza e a ambição. Porém, o próprio poeta lamenta, ao final, que não adianta falar dessas coisas a um povo composto de soldados ignorantes que desprezam a sabedoria”¹³³. Investe, assim, contra o luxo e os excessivos prazeres da época de Nero, pois fora criado em ambientes estoicizantes, e o teor de

¹³¹ CARDOSO, op. cit., p. 28

¹³² Aulus Persius Flaccus nasceu em Volaterra, na Etrúria, no ano 34 d.C. É levado a Roma aos doze anos, onde estuda com Rêmio Palemon (um gramático), Aneu Cornuto (um filósofo) e Virgínio Flavo (um retor), nomes que indicam uma sólida formação intelectual.

¹³³ SOUZA, op. cit., p. 288

seus discursos demonstra essa inclinação. Nesse sentido, o autor aparece, devido ao tom violentamente crítico de suas composições, como um contributo para a luta anti-neroniana.

Além de Pérsio, outro autor representativo deste período, Marcial,¹³⁴ conhecido por pessoas influentes na política e nas letras, tais como o espanhol Sêneca, além de Lucano e Quintiliano, exercera grande influência ainda no governo de Nero. Sua escrita é uma espécie de caleidoscópio da vida romana, pois em seus *Epigramas* estabelece uma galeria de vários tipos de profissões e comportamentos: o caçador de testamentos, o charlatão, o descontente, o débil, o colecionador de antigüidades, entre outros.

Enaltece o homem que sabe aproveitar a vida, porém, fazendo-a de forma sábia, justa e equilibrada. No volume X de sua obra, Marcial aconselha os amigos:

São estas as coisas que tornam a vida melhor, mais feliz, mais agradável: dinheiro não ganho, mas herdado; uma quinta produtiva, uma lareira sempre aquecida por um bom fogo; nunca uma ação em tribunal, raramente exercer atividade; paz de espírito; força interior, um corpo são; prudência e honestidade; amigos iguais a si próprio; prazeres informais, uma mesa simples; uma noite não embrutecida, mas livre de preocupações; uma cama não puritana, mas decente; sono que faz passar depressa a noite; o desejo de se ser o que se é e de não exigir nada mais; nem temer nem desejar a morte.¹³⁵

¹³⁴ Marcus Valerius Marcialis nasceu em BÍlbilis, na Espanha, no ano de 45 d.C. Se fez "cliente" de ricos e poderosos quando fixou residência em Roma, tendo nessa época apenas vinte anos de idade.

¹³⁵ SNODGRASS, Mary Ellen (org). *Clássicos romanos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988. p. 260

Outro autor relevante para dialogar sobre os diversos olhares direcionados à descrição desta época é Juvenal¹³⁶. Suas *Sátiras*, compostas em um período posterior, remetem-se aos imperadores da dinastia júlio-cláudia, pois para o poeta era mais prudente escrever sobre pessoas e épocas passadas.

Juvenal representaria o antigo espírito republicano, descontente com a época imperial. Através de seus escritos, o poeta procura mostrar como deveria ser o modelo de homem virtuoso, dirigindo seu ataque ao império, principalmente à corrupção dos costumes, iniciada em Cláudio e que teve, segundo Juvenal, seu ápice nas administrações de Nero e Domiciano. “Só nascem hoje imbeles, e patifes, com riso os Deuses com escárnio os olham”¹³⁷.

Ridiculariza os novos ricos, uma espécie em ascensão neste período da história romana. Sobre eles, diz: “não temas: gente infame abunda sempre, sempre amigos terás destes em Roma”¹³⁸. Sua crítica aos novos ricos é mordaz, quando coloca palavras na boca de um idiota: “se então os grandes oficiais do estado somarem no fim do ano o quanto as ofertas lhe trazem, a quanto ascendem o seu rendimento, o que faremos nós,

¹³⁶ Decimus Iunius Iuvenalis nasceu no ano 55 da era Cristã em Aquino, na região do Lácio. É considerado o último dos grandes escritores de Roma. Após sua morte, encerra-se um importante período da literatura latina.

¹³⁷ Juvenal. *Sátiras*. Trad. Francisco Antônio Bastos. Rio de Janeiro : Edições de Ouro, s/d. p. 132

¹³⁸ Idem, p. 91

protegidos, que, com as mesmíssimas ofertas, temos de pagar as roupas e os sapatos, o pão e a lenha para os nossos lares?”¹³⁹.

Juvenal mantém nos seus textos um grau de tensão para uma época de inversão de valores, tentativas de usurpação do poder, censurando tanto o parasita quanto o nobre romanos. Sua linguagem é marcante, pois aparece como “expressão que brota diretamente de sua capacidade original e da época em que ele vive; expressão que revela por meio de versos sonantes de grandíssimo efeito”¹⁴⁰.

Assim como diversos autores de sua época, critica os excessos cometidos na mesa, como na Sátira XI, intitulada “O Luxo da Mesa”: “para comer ao Mundo só vieram. O que à total ruína se encaminha, o destes mais pobre avulta, é esse mais profuso em banquetes, nem lhe importa barato custe ou caro; satisfaça à vontade seu gosto o mais que importa? Melhor lhe sabe o que mais caro custa”¹⁴¹.

Em resumo, os autores supracitados possuem muitos pontos de convergência quando comentam que os imperadores da dinastia Júlio-Cláudia, assumem paulatinamente um governo de caráter despótico. Afastam-se dos ideais de Augusto e o seu modelo de principado mostra-se cada vez mais distante.

¹³⁹ SNODGRASS, Mary Ellen (org.) *Clássicos romanos*. Lisboa : Publicações Europa-América, 1988. p. 295

¹⁴⁰ SOUZA, op. cit., p. 300

¹⁴¹ JUVENAL, op. cit., p. 103

3.2 Sêneca e a imagem do príncipe perfeito: a formação moral

Não há felicidade sem virtude.

Diderot.

Lucius Seneca, ao compor seu tratado político mais significativo, o *Da Clementia*, visa propor ao imperador Nero um modelo de governo centrado prioritariamente na clemência, formulando um catálogo de virtudes a serem praticadas para o que entendia ser o perfil definitivo do governante ideal. Para Sêneca, o primeiro que exercitou a clemência para com seus concidadãos foi César, o vencedor na guerra civil. A clemência de César não foi nenhuma nascente bondade, mas sim uma estratégia, uma ação para vencer, como Cícero a denominou.

O sentimento de decadência moral, entrevisto nos excessos cometidos dentro e fora de Roma e agravado pelo desgaste latente do regime político adotado a partir de Augusto, propicia o aparecimento de um conjunto de obras formuladas por Sêneca e que em grande medida oferece um modelo de conduta moral e política indicado à toda sociedade romana. Na Carta 7, 4-5, Sêneca ataca os excessos do circo romano; diversão preferida de parte considerável da população, utilizada por alguns imperadores para adquirir maior prestígio junto ao povo. Num misto de profunda tristeza e desespero, o filósofo relata sua experiência no circo:

fui casualmente assistir ao espetáculo do meio-dia, à espera de encontrar algo de ligeiro, de divertido, algo que descansasse os olhares dos homens da vista do sangue humano. Foi o contrário que

encontrei (...) O que há são puros homicídios. (...) Atiram-se homens aos leões e ursos pela manhã, aos próprios espectadores ao meio-dia! (...) Matam-nos a ferro e fogo. É isto o que se passa nos intervalos do circo”¹⁴².

Sêneca mostra-se um observador perspicaz da Roma de seu período, visualizando um ambiente de vícios que cercava as pessoas por todos os lados. Na Epístola 95,30 ele afirma: “É que hoje a loucura não se limita à vida privada, invade igualmente a vida pública. Nós punimos os assassínios, castigamos um homem que mata outro: então e as guerras, os criminosos massacres de populações, que são tomados como motivo de glória? A ganância e a crueldade não conhecem limites”¹⁴³.

Com relação à composição de um modelo político, com claras orientações morais, há que se considerar uma série de questões. Vários são os elementos que contribuem e influenciam na formulação deste corpo de idéias e tentativas de pô-las em prática, pois “Sêneca é a voz de um período histórico tenso; ele é a voz que fala para e contra uma sociedade aristocrática, culta e em perpétuo sobressalto”¹⁴⁴.

Sêneca procurou seguir à risca as orientações dos mestres do estoicismo que defendiam a participação dos filósofos na cidade, mais especificamente daqueles que pudessem contribuir, de alguma forma, na vida dos concidadãos, desempenhando funções políticas. Na Carta de

¹⁴² SENECA. *Cartas a Lucílio*. op. cit., p. 15

¹⁴³ Idem, p. 512

¹⁴⁴ VAN RAIJ,..... 1992. p. 15

número 73,2-4, enviada a Lucílio, evidencia-se a relação estreita que se estabelece entre o príncipe e o filósofo:

Os filósofos, portanto, que nos seus esforços com vista a uma vida consagrada à moral só tem a beneficiar com a segurança social, veneram como a um pai o príncipe a quem devem tal benesse (...) apenas esse homem pode testemunhar desinteressadamente em favor do príncipe e ter em relação a ele, sem que este o saiba, uma enorme dívida de gratidão.¹⁴⁵

Como preceptor de Nero, Sêneca transforma suas palavras em procedimento a ser adotada na vida pública. Em nota introdutória às “Epístolas Morais”, escrita por J. A. Campos, lê-se que “Sêneca orientou a política romana a título de conselheiro do jovem imperador, fê-lo porque pensou ter nas mãos uma oportunidade única de agir, através da política, sobre a vida moral de Roma”¹⁴⁶.

A tentativa de influenciar a vida política e social de Roma perpassa grande parte dos escritos senequianos. Na Carta 120,3 endereçada a Lucílio, o filósofo afirma: “Nada é um bem se não for conforme à moral; tudo quanto é conforme a moral é necessariamente um bem”¹⁴⁷. Esse bem moral de que fala Sêneca, atrela-se à prática de uma vida voltada ao bem, portanto, virtuosa. Em outra Carta, 37,1, o filósofo reforça tal argumentação: “O laço mais forte a prender-te à prática da virtude é este: comprometeste-te a ser um homem de bem”¹⁴⁸.

¹⁴⁵ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 288.

¹⁴⁶ CAMPOS, op. cit., p. XLVIII

¹⁴⁷ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 670

¹⁴⁸ Idem, p. 131

O elogio das virtudes, e principalmente das virtudes morais, justifica-se na medida em que Sêneca alerta a população quando relata experiências e exemplos de governos anteriores, caracterizados pela corrupção, pela degenerância dos tempos e pela intemperança do espírito, a ponto de propor um quadro da constituição física do governante ideal.

A imagem de loucura e demência elaboradas pela memória do império remetem à exemplos interessantes que bem demonstram essa construção e que inspiraram autores de vários períodos. É significativo observar também em Suetônio, um autor modelar da antigüidade, a forma com que apresenta os traços físicos de um imperador como Calígula:

era de alta estatura, tez palidíssima, corpo enorme, o pescoço e as pernas delgadas. Os olhos, assim como as têmporas, fundos. A fronte larga e carrancuda. Cabelos raros e o alto da testa desguarnecido. Seu rosto era naturalmente horrível e repelente. E ele procurava torná-lo ainda mais feroz, compondo-o diante de um espelho para inspirar terror e espanto. Não era são nem de corpo nem de espírito¹⁴⁹.

Assim sendo, o filósofo formula um catálogo de virtudes para o principado de Nero, tendo como meta prioritária evitar que a referida administração caminhe na mesma direção dos outros ocupantes do trono da dinastia júlio-cláudia.

O *Da Clementia*, portanto, é uma espécie de “programa de governo” que visava renovar o principado sob uma nova ótica baseada na clemência e na filantropia, ou seja, ensinamentos orientados pela filosofia do estoicismo como forma de se contrapor à tendência do principado em adotar estratégias

¹⁴⁹ SUETÔNIO, op. cit., p. 154

próprias de uma monarquia do tipo absoluta. Sobre este ponto, Norberto Bobbio assinala:

se o governo de Tibério está ainda muito próximo do modelo de Augusto, o breve reinado de Calígula já se acha marcado pela acentuação do caráter religioso do poder imperial e, ao mesmo tempo, por uma maior importância da classe militar nos momentos decisivos da indicação do príncipe. Pode-se dizer, em geral, que a época júlio-cláudia representa um passo de enorme importância na transformação do Principado em poder absoluto. Isto veio confirmar, naturalmente, o difícil equilíbrio em que se apoiava a constituição de Augusto¹⁵⁰.

Não obstante a tentativa do cumprimento das leis, era preciso incutir a ordem moral na consciência dos cidadãos. A relação entre estes e o imperador era para Sêneca um dos pontos mais significativos para o sucesso do regime. Segundo Ernst Cassirer, há uma interdependência entre a vida pública e a vida privada, de tal maneira que “se a última é má e corrupta, a primeira não pode desenvolver e alcançar o seu fim. Na República, Platão insere uma impressionante descrição de todos os perigos a que um indivíduo se encontra exposto num Estado injusto e corrupto”¹⁵¹.

Sêneca escreve diversos textos nos quais expõe a melhor forma de um cidadão romano se portar perante às questões tanto de ordem pública quanto privada. Constrói assim um mostruário de virtudes que, através de um exercício árduo e penoso, deveria ser buscado incessantemente. Aos imperadores formulou um corpo de idéias que serviria de espelho, de manual

¹⁵⁰ BOBBIO, op. cit., p. 994-995

¹⁵¹ CASSIRER, op. cit., p. 87

de orientação moral e política à administração neroniana que se encontra no *Tratado Sobre a Clemência*.

O uso da clemência em Sêneca não deve ser percebido apenas no campo jurídico, mas entendido e aplicado também no campo político. Para Sêneca, a clemência é uma ampla virtude: caráter e compromisso de responsabilidades sociais, comprometimento com o auto-domínio, a moderação e a justiça. Um soberano ganha a maior de todas as glórias pois ele vem num posto logo abaixo dos deuses. Além disso, a clemência para Sêneca está ligada à virtude, devendo ser exercida pelo sábio. Este é considerado um ser superior por ser o depositário das virtudes necessárias para realizar um bom governo. Em um rol de mais de quarenta virtudes, destacam-se a clemência, a justiça e a piedade.

Todas as virtudes são consideradas importantes; porém, para determinadas pessoas, certas virtudes são mais adequadas. No tratado dirigido a Nero, Sêneca argumenta que “para o rei, Nero, não existe nenhuma glória proveniente de uma condenação brutal (pois quem duvida de seu poder?), mas, ao contrário, sua glória será muito grande, se contiver sua violência, se resgatou muitos da cólera alheia, se não aplicou a ninguém a sua própria”¹⁵².

De acordo com a fórmula senequiana, a manutenção de virtudes, bem como seu cumprimento, assegurava ao povo romano a garantia da ordem através da benevolência dos deuses. Daí a importância do imperador já que

¹⁵² SÊNECA. *De la Iral*, op. cit., p. 68

atacar um príncipe ou discordar de suas ações era o mesmo que ir contra a vontade dos deuses.

Se o imperador aparece como o mediador entre deuses e homens, a mediação entre estes e o imperador, notadamente no principado de Nero, esteve reservada para o seu preceptor. Acerca da importância de um preceptor para a formação do governante, encontra-se em trecho do tratado *Da Ira*, Livro segundo, no qual “importante es para esto elegir preceptores y pedagogos de plácido carácter. Todo lo tierno se adhiere a lo inmediato y crece conformándose com elle: el adolescente reproduce muy pronto las costumbres de las nodrizas y pedagogos”¹⁵³.

Para falar acerca da formulação do príncipe perfeito em Lucius Seneca, torna-se imprescindível, portanto, um estudo acerca das virtudes e do homem virtuoso. Ao elencar as principais virtudes do povo romano, observa-se que grande parte dos autores preocupou-se em evidenciar o homem nobre e suas qualidades; tratou de debruçar-se sobre a vida da aristocracia romana, construindo, portanto, uma abordagem sobre determinada parcela dos romanos. O que é a virtude romana? O que é ser um homem virtuoso?

Maria Helena da Rocha Pereira afirma que *virtus* é um dos conceitos mais complexos a ser analisado, pois compreende elementos da cultura grega bem como elementos próprios da cultura romana. Quando Augusto fixa as virtudes, percebe-se que a *virtus* era sentida e valorizada como um

¹⁵³ Idem, p. 434

valor fundamentalmente romano¹⁵⁴. Para esta autora, “encontra-se na palavra *virtus*, *virtutis* o sufixo *-tut-* que indica estado, e que é o mesmo que serviu para formar *senectus* (‘velhice’) e *inventus* (‘juventude’) (...) é “ser homem” no sentido de “ser homem virtuoso”¹⁵⁵.

As virtudes, assim como a necessidade de praticá-las, começam dentro da própria casa do romano. São os pais as primeiras pessoas a imprimirem, no futuro cidadão, as marcas da sua educação e a fornecerem os exemplos das principais virtudes. A educação para o romano sempre esteve no primeiro plano de suas preocupações. Sêneca destaca-a em trecho do tratado *Da Ira*:

“La educación exige especial cuidado, y sus frutos se recogen en lo porvenir; porque es cosa fácil amoldar los espíritus tiernos aún, y difícil extirpar los vicios que han crecido con nosotros”¹⁵⁶.

A prática das virtudes para os romanos esteve atrelada a uma educação moral. Para Henri-Irénée Marrou, “se procurarmos agora definir o conteúdo desta antiga educação, perceberemos, no primeiro plano, uma idéia moral: o essencial é formar a consciência da criança ou do jovem, inculcar-lhe um sistema rígido de valores morais, reflexos seguros, um estilo de vida”¹⁵⁷.

¹⁵⁴ O cânon clássico das principais virtudes foi fixado no governo de Augusto em 27 a. C., quando o Senado imprimiu em seu escudo de ouro as qualidades do príncipe: *virtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas*. Tais virtudes foram praticadas e comentadas ao longo de toda a história do império, porém, com importância e forças que variavam de dinastia para dinastia, de imperador para imperador.

¹⁵⁵ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica : cultura romana*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. p. 400

¹⁵⁶ SÊNECA. *De la Ira*, op. cit., p. 431

¹⁵⁷ MARROU, op. cit., p. 365

Esses valores eram amplamente alimentados através da escolha de *exempla*, ou seja, os feitos de homens citados na poesia heróica, retirados da história nacional de Roma e colocados à disposição para serem admirados e, sobretudo, aprendidos; “o fato destes *exempla* serem legendários pouco importa: é como históricos que eram apresentados e revividos”¹⁵⁸.

Em se tratando de um nobre, a criança ou o jovem eram educados visando ao respeito à tradição nacional, como também às tradições e aos valores da própria família. Era em casa, portanto, que o romano adquiria as virtudes que levaria consigo para toda a vida. No entanto, a esfera privada e a esfera pública estavam intimamente interligadas na vida do romano. Para Pierre Grimal, “a vida privada é (...) uma causa entre todas as causas que atuam sobre a psicologia de um povo. E isso não o ignoravam os próprios romanos”¹⁵⁹.

Nesse sentido, a educação romana é mais cívica e mais religiosa do que a educação grega. O patriotismo do romano vem corroborar essa constatação, pois mostrando-se submisso aos deuses, o romano alcança o império, ou, como dizia Horácio, *dis te minorem quod geris imperas*. Por tais motivos, a educação romana é precisamente de orientação prática, já que a formação ética e moral não se apresenta separada da vida real e de suas responsabilidades. O ideal é o do *pater-família*, aquele que gerencia sua família e o seu patrimônio.

¹⁵⁸ Idem, p. 366

¹⁵⁹ GRIMAL, op. cit., p. 13

Sêneca, num estreito diálogo com sua época, ocupa-se da virtude, fazendo uma espécie de louvor a ela em diversas cartas das *Epístolas Morais* escritas ao amigo Lucílio, pois “quem admite a existência de algum bem superior à virtude, quem pensa que pode haver outro bem que não ela, fica sem defesa perante os dons da fortuna, na expectativa ansiosa do que lhe irá caber em sorte”¹⁶⁰. Ainda na mesma carta, diz: “quem pretende ser feliz tem de admitir que não há outro bem senão o bem moral”¹⁶¹.

Atrelado ao conceito de *virtus*, tem-se a *pietas* e a *fides*. A primeira aparece intimamente ligada aos sentimentos religiosos dos romanos. Significa cumprir os deveres para com os deuses, a pátria e a família; a *pietas* define-se como um sentimento de obrigação para com o círculo ao qual o romano encontra-se vinculado.

Em muitos de seus textos, Sêneca ocupa-se em comentar aspectos relacionados às virtudes supracitadas. Na Epístola 31, o filósofo comenta:

resta-me acrescentar que, para a virtude ser perfeita, é preciso que a nossa vida, em todas as circunstâncias, mantenha uma linha de rumo constante e em inteira coerência consigo mesma, o que apenas poderemos conseguir através da ciência, do conhecimento das coisas humanas e divinas. Aqui reside o supremo bem; se atingires este ponto deixarás de ser suplicante, para te tornares amigo íntimo dos deuses!¹⁶².

A *fides* é um dos conceitos mais significativos que atuam na estruturação da sociedade romana. Encontra-se, portanto, no centro da vida social e política e povoa o imaginário dos romanos, principalmente da

¹⁶⁰ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., Carta 74,6

¹⁶¹ Idem, Carta 74,10

¹⁶² SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 119

aristocracia. Essa virtude perpassa todos os campos da vida desse povo, tanto no direito privado como no direito público, ultrapassando as fronteiras de Roma, pois como a política imperialista de anexação, as províncias estavam unidas através do sentimento de *fides* e este constituía-se no verdadeiro cimento do império. Ligadas à *fides* existem idéias nobres, características do povo romano: firmeza de caráter, lealdade e fidelidade aos compromissos. Para Pereira, “era na *fides* romana que estava uma parte da explicação da espantosa capacidade de congregar os povos sob a sua égide”¹⁶³.

Sêneca discorre sobre os compromissos de um romano e o valor da verdadeira amizade na Carta 48,2 quando diz:

A amizade estabelece entre nós uma comunhão total de interesses; nem a felicidade nem a adversidade são fenômenos individuais: vivemos para a comunidade. Não é mesmo possível alguém viver feliz se apenas se preocupar consigo, se reduzir tudo às suas próprias conveniências: tem de viver para os outros quem quiser viver para si mesmo¹⁶⁴.

Ao longo de seus escritos, Sêneca louva a virtude, e, nesse sentido, torna-se possível construir um modelo do cidadão virtuoso, quer dizer, quais as atitudes a seguir e as posturas que este deveria adotar para a obtenção de uma vida plena e feliz; para transmitir ainda uma imagem exemplar à sua família, bem como para a sociedade romana de modo geral. Diz o autor no tratado intitulado *De vita beata*: “[define-se] o homem feliz como aquele (...)

¹⁶³ PEREIRA, op. cit., p. 325

¹⁶⁴ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 162

cultivador da honestidade e satisfeito em ser virtuoso”¹⁶⁵; ou ainda, em se tratando de busca de uma vida de felicidade, “feliz o homem dotado de reto juízo (...) feliz quem confia à razão a gerência de toda a sua vida [pois esta], apoia-se, estável e imutavelmente, sobre a retidão e certeza do juízo”¹⁶⁶.

Sendo assim, para Sêneca a virtude e sua prática permanente constituem-se no melhor caminho a ser seguido pelo homem. É esta que o ensina a praticar o bem, desviar-se dos vícios e contribuir para fazê-lo alcançar uma vida de paz e tranquilidade, pois a virtude para ele é elevada, régia e infatigável e é possível encontrá-la em todos os lugares; basta estar preparado para recebê-la e posteriormente praticá-la. Na carta 45,9 dirigida ao amigo Lucílio, o filósofo também discorre acerca de como deve o homem portar-se para ser feliz, pois “aquele para quem todo o bem reside na própria alma, é o homem sereno, magnânimo, que pisa aos pés os interesses vulgares (...) que segue as lições da natureza (...) e vive segundo o que ela prescreve (...) a quem a força pode abalar, mas nunca desviar de sua rota”¹⁶⁷.

Em outro momento do tratado *De vita beata*, o filósofo estóico afirma:

A verdadeira felicidade apoia-se na virtude. E o que te aconselha a felicidade? A considerar um bem o que emana da virtude e um mal o que brota da perversidade. Além disso, aconselha-te a manter firmeza em resistir ao mal e na perseguição do bem (...). E que te promete a virtude em troca de tal tarefa? Grandíssimos dons semelhantes aos dos deuses: a nada te forçarão nem sofrerás necessidades. Serás livre, seguro, a salvo de toda ameaça¹⁶⁸.

¹⁶⁵ SÊNECA. *A vida feliz*. Trad. André Bartholomeu. Campinas : Pontes, 1991. Livro IV, p. 28

¹⁶⁶ Idem, Livro IV, p. 30

¹⁶⁷ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 153

¹⁶⁸ SÊNECA. *A vida feliz*, op. cit., Livro XVI, p. 45

Para alcançar uma vida feliz, portanto, é preciso viver segundo a natureza, é preciso ser de espírito forte e estar sempre preparado com vigor para enfrentar as provações e o que a fortuna reserva para cada um. Tal prática não é, segundo Sêneca, uma tarefa fácil; pelo contrário, é árdua e difícil, porém, uma vida virtuosa só é alcançada por meio de exercício e de muito esforço, pois “não creias que o exercício da virtude não fatigue. Há pessoas que necessitam de agulhão: outras, de freio” (DVB, Livro XXV: 61).

Na medida em que a fronteira entre virtude e vício mostra-se bastante tênue, é preciso um esforço constante para a manutenção de uma vida virtuosa. A virtude guia o homem de forma correta, e o caminho a ser seguido estará seguro, pois a virtude fornece a justa medida das coisas.¹⁶⁹ Para o filósofo no mesmo tratado, “quem se embrenha pelo caminho da virtude demonstra nobre índole” (Livro XIII: 41). Pela busca de um caminho correto e como prêmio pelo esforço realizado, a virtude promete uma vida livre, segura, salva de ameaças; para o autor, estes são dons semelhantes aos dos deuses romanos.

Deve-se confiar na razão, a regente da vida, pois esta auxilia na busca de uma vida virtuosa. Além disso, torna-se necessário um juízo correto e um propagar de hábitos morais a partir de uma mente reta. Só uma mente dotada de razão pode atingir a virtude. Esta, segundo Sêneca, mostra-se de

¹⁶⁹ Para Diderot, na apresentação feita em nota introdutória do tratado “A Vida feliz”, segundo os estóicos, “o homem feliz é aquele para quem não há bem maior que a virtude nem mal pior que o vício” (1991: 13).

acordo com a concórdia e com a harmonia. Aquele que alcança a virtude tem condições plenas de questionar os prazeres e os vícios; estes são compreendidos como inclinações de um espírito fraco e pouco preparado para a vida.

A confiança na razão como conduzidora das boas ações está retratada na Epístola 41,8 dirigida a Lucílio, pois “a razão não exige do homem mais do que esta coisa facílissima: viver segundo a sua própria natureza! O que torna este objetivo difícil de atingir é a loucura generalizada que nos leva a empurrar-mo-nos uns aos outros na direção do vício” (1991: 143).

Para Sêneca, vivendo-se segundo a natureza, em uma vida reta, é possível fazer o bem e ser útil a todos, independente da posição social: nobres ou alforriados, livres ou escravos. A oportunidade de praticar o bem sempre existirá enquanto houver um semelhante por perto.

O exercício da busca de uma vida virtuosa deve ser feito constantemente. Sêneca cita os exemplos de Platão, Epicuro e Zenão¹⁷⁰ enquanto personagens que serviriam ao mundo como modelos de como se deveria viver.

Na Carta 109,15, Sêneca discorre acerca da necessidade de se ter alguém que auxilie na busca de um espírito alerta e vigoroso, pois “o sábio procurará um homem já perfeito, ou pelo menos que caminhe na via da

¹⁷⁰ Na carta 11,8, escrita a Lucílio, Sêneca cita Epicuro quando aconselha o amigo a buscar sempre um exemplo como modelo para a sua vida: “Devemos eleger um homem de bem como modelo e tê-lo sempre diante dos olhos, de modo a vivermos como se ele nos observasse, a procedermos como se ele visse os nossos atos”. Em outro trecho afirma: “Feliz o homem capaz de ter por alguém tanto respeito que a simples lembrança do modelo basta para lhe dar ordem e harmonia espiritual” (p. 32).

erfeição. Um homem assim perfeito será útil se contribuir para a deliberação com o exercício em comum da capacidade de juízo” (1991: 607).

Tal perspectiva é reforçada em outro tratado, intitulado *Ad serenum de otio* (Sobre o ócio), quando o filósofo pergunta ao amigo Sereno: “E que dizer de juntarmo-nos aos melhores homens e elegermos algum modelo pelo qual conduzamos nossa vida?” (1994: 77). Quando Sêneca escreve a carta consolatória à sua mãe Hêlvia, este cita nomes como Homero, Platão e Zenão, por possuírem poucos escravos e dar pouco valor aos bens materiais. Com relação ao último, fundador do estoicismo, destaca que este não contou com nenhum escravo. Para Sêneca, estes antepassados ilustres servem de exemplo para todas as épocas. Em outra carta consolatória, esta dirigida ao amigo Políbio, o autor cita o divino Augusto que perdera sua irmã, seus genros, seus filhos e netos e, mesmo assim, não deixou-se abater pela dor causada por tais perdas.

Em um trecho da referida carta, afirma: “Deves assim considerar todos os grandes homens que há pouco mencionei (...). Deves imitar a firmeza daqueles em suportar a vencer as dores, enquanto é lícito ao homem seguir os rastros divinos” (Livro XVII, 1: 119). Como pode ser depreendido das palavras do filósofo, é necessário eleger um modelo cujo caráter mereça ser imitado. Agindo desta forma, adquiri-se respeito idêntico àquele do modelo seguido. Frequentemente, o autor exemplifica, nas ações de figuras ilustres, o elemento incentivador que deverá inspirar a ação do príncipe e, por conseguinte, de todos os concidadãos.

Percebe-se, portanto, ao longo de diversos trechos dos escritos de Sêneca, tentativas de propor ensinamentos morais e políticos aos governantes e aos concidadãos, pois, para o autor, o cimento do império estaria centrado na boa relação que se estabelece entre o príncipe e os seus súditos. Para que isso aconteça, o filósofo ensina a fórmula para se atingir um comportamento ideal a partir de vários exemplos de pessoas ilustres e de suas próprias experiências na vida pública e na vida privada.

3.3. A Formação política: atributos e qualidades da construção de sua imagem

Rege incolumi mens omnibus una; amisso rupere fidem.

Virgílio^Ω

Com relação à construção de um modelo ideal para o príncipe, pode-se afirmar que Sêneca almeja, com a composição do *Tratado sobre a Clemência*, convencer sua época, bem como períodos posteriores, de que Nero é a imagem do príncipe perfeito, ou seja, de que este possui as características ideais para sua função. Através de inúmeros exemplos, argumenta que o representante da família dos Domícios fora escolhido acertadamente para ser imperador. A primeira distinção que o autor do

^Ω “Preservado o rei, todos tem um único ideal. Perdido o rei, todos rompem o compromisso de fidelidade”. Virgílio (Geórgicas, IV, 212). In: Sêneca. *Tratado sobre a Clemência*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 51.

tratado faz é qualificar Nero como possuidor de uma rara virtude — virtude esta vista como muito valiosa pelo povo romano: a inocência. Afirma: “Cobiçaste uma distinção bastante rara e que até agora não se concedeu a príncipe nenhum, a inocência (...). Adquiriste este reconhecimento: nunca um homem foi tão caro a outro homem quanto tu és ao povo romano, seu único e duradouro bem”¹⁷¹.

Além da inocência, outra virtude recorrente no tratado senequiano é a bondade. O filósofo afirma ser esta natural em Nero pelo fato de que uma virtude encenada ou usada como uma espécie de máscara não dura por muito tempo, pois “muito cedo, as coisas fingidas recaem em sua própria natureza”¹⁷². Na medida em que a natureza do imperador é boa, tem-se a possibilidade da realização de uma administração imperial plena. Nesse sentido, a felicidade dos cidadãos também é plena e, enquanto “este” imperador governar, o estado de felicidade será permanente. Sêneca reconhece que existe “uma segurança profunda, contínua; um direito colocado acima de toda injustiça; além disso, uma forma de Estado que se mostra aos nossos olhos como muito satisfatória”¹⁷³.

A natureza boa da qual Sêneca fala, atrela-se estreitamente ao uso da clemência por parte do imperador. Esta virtude é propagada como a mais humana entre todas as virtudes, devendo ser buscada incessantemente já que é rara encontrá-la na casa imperial. Sua principal função é garantir a

¹⁷¹ SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis : Vozes, 1990. p. 40-41

¹⁷² Idem, p. 41

¹⁷³ Idem, ibidem.

fidelidade por parte dos cidadãos, pois, ao fazer uso constante desta virtude, o imperador não teria o que temer já que seus súditos não mediriam esforços para assegurar sua proteção. Para Sêneca:

não é sem razão que povos e cidades têm um consenso como o de proteger e amar os seus reis, expondo a si e a seus bens todas as vezes que a salvaguarda do governante o requeira. E não é menosprezo de si mesmo ou demência o fato de tantos milhares receberem golpes de espada em benefício de uma só pessoa e resgatarem, com muitas mortes, uma só vida, que, às vezes, é a de um ancião e de um inválido”¹⁷⁴.

A primeira impressão que se tem ao ler o referido tratado, é a de que o filósofo formulou uma teoria de governo autoritária. Porém, trouxe em seu bojo o componente humanístico indispensável para que um governo pudesse vir a ter pleno êxito no poder: a clemência.

Em se tratando de virtudes, o autor arrola inúmeras delas dando destaque a três: o perdão, a inocência e a bondade. É interessante notar que as duas últimas são virtudes pouco comentadas anteriormente e talvez pouco praticadas por outros imperadores, mas que adquiriram força quando Nero assume o poder.

No que concerne à clemência, esta é considerada como o elemento indispensável na condução da administração imperial. Tem-se ao longo do tratado, cinquenta e duas referências à clemência e à idéia de ser clemente. Seria atividade enfadonha ao leitor deparar-se com um comentário relacionado a cada passagem da referida virtude no tratado. É imprescindível, no entanto, destacar alguns momentos nos quais pode-se

¹⁷⁴ Idem, p. 50

perceber a razão de Sêneca defender de forma veemente o uso da clemência e a necessidade de se praticá-la.

O uso da clemência aparece no tratado como uma das grandes virtudes praticadas — ou a serem praticadas — por Nero. O seu bom uso inauguraria uma era de felicidade a todos os habitantes do império e revelaria a grande “humanidade do imperador”, pois a clemência deve ser acessível e distribuída de forma igualitária a todos. Portanto, a clemência implica em eqüidade, porém o seu uso deve pender sempre para o lado mais humanitário. Tais atitudes não são automáticas, mas é preciso ter discernimento para agir. Sendo assim, Sêneca apresenta-se como o espelho, ou melhor, para cumprir a função de espelho diante de Nero — assim como para as épocas vindouras — formulando um catálogo das virtudes a serem praticadas pelo príncipe.

A virtude da clemência atrela-se a uma série de outras virtudes que auxiliam o príncipe no cumprimento de suas funções. Como exemplo daquelas consideradas mais importantes pode-se destacar: a temperança, a moderação e a severidade. É preciso usar de severidade, porém com discernimento para não cair na crueldade, que para o autor é o oposto da clemência. A crueldade pode levar à ferocidade para quem sevicia por prazer, pois “podemos dar o nome de loucura, porquanto existem vários tipos de insanidade, mas nenhuma é mais declarada do que a que termina em massacre e dilaceramento de homens”¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Idem, p. 45

Para fazer bom uso da clemência e agir corretamente é preciso usar da razão. No tratado, Sêneca sugere que a clemência aproxima-se da razão. Sobre o mesmo tema, o filósofo latino, na Carta 124,4 a Lucílio, enfatiza que “apenas à razão cabe o direito de decidir em tal matéria: assim como é ela a decidir sobre a felicidade, a virtude, a moral, é ela também quem determina o que é o bem e o que é o mal”¹⁷⁶.

A razão que para Sêneca define o caminho para as boas ações também podem ser corroboradas em trecho do tratado *Da Ira*, livro primeiro, no qual “la naturaleza nos há robustecido bastante com la razón. En ésta nos há dado un arma fuerte, duradera, dócil, que no tiene dos filos y no puede volverse contra su dueño. La razón basta por sí misma, no solamente para aconsejar, sino que también para obrar”¹⁷⁷.

A clemência, para Sêneca, deve ser usada sempre que possível e colocada diante dos olhos do mundo. Tal aspecto é corroborado com a função dessa virtude em reflexão de Maria Helena Pereira acerca da clemência exercida na esfera política. Para a autora, este “é um termo político especialmente adequado a finalidade de propaganda”¹⁷⁸.

Num primeiro momento, o uso da clemência apresenta-se no âmbito da política externa romana, pois era aplicado aos vencidos, em grande parte, das batalhas surgidas durante as tentativas de expansão de território. Num segundo momento, a clemência passa a ser adotada também internamente,

¹⁷⁶ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 698

¹⁷⁷ SÊNECA, *De la Ira*, op. cit., p. 412

¹⁷⁸ PEREIRA, op. cit., p. 360.

já que os súditos, escravos e prisioneiros poderiam ver na clemência a possibilidade de salvamento de suas vidas.

Em Sêneca, a clemência aparece ora como atributo político do soberano ora como medida exclusivamente jurídica, ora ainda como virtude própria de um ser essencialmente humano. Há no referido tratado, a tentativa de aplicabilidade da clemência bem como os seus limites de uso. Diz Sêneca: “a clemência é a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar ou, ainda, a brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer a penalidade”¹⁷⁹.

A clemência está mais próxima da razão, pois julga “segundo a eqüidade e o bem” (III,1); é mais completa e honrosa, pois convém mais a reis e príncipes, que têm o poder de ordenar o mundo pela vontade dos deuses. O imperador é para Sêneca a alma do Estado e o Estado é o seu corpo: “o príncipe que tem preocupações universais, atendendo mais a algumas, menos a outras, presta assistência ao Estado, como se fosse parte de si mesmo”¹⁸⁰. A idéia de “administrar-se a si próprio” também está atrelada ao bom uso da clemência pelo governante.

O bom príncipe diferencia-se do tirano pelos seus atos para com o reino e os seus súditos. Para Sêneca, na Carta 114,24 enviada a Lucílio, “um rei atento a estrita moralidade cuida do corpo que lhe está confiado, não dá a mínima ordem que seja imoral ou degradante. Mas um rei sem sentido

¹⁷⁹ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 44

¹⁸⁰ Idem, p. 64

de medida, ambicioso e debochado passa a merecer antes o nome odioso e cruel de tirano”¹⁸¹.

A clemência prova a profunda diferença entre um rei e um tirano: ambos possuem exércitos e armas, porém, “um dispõe de armas das quais se serve em defesa da paz, o outro, como reprime grandes ódios por meio de grande medo, nem às próprias mãos, às quais se confiou, olha-as com segurança”¹⁸².

A figura do tirano, em oposição ao príncipe encontra-se em trecho da Carta 105,7 no qual, “os homens de caráter violento não conhecem na vida senão tumulto e ansiedade. O medo que sentem é proporcional aos prejuízos que causam, e a tranqüilidade é coisa que não conhecem. Sentem-se ansiosos quando fazem algo de mal”¹⁸³.

Sêneca com exemplo das ações do tirano, na carta dirigida à mãe Hélvia, ataca violentamente os abusos cometidos no principado de Calígula afirmando que:

quão pouco, pois, existe que seja necessário para a proteção do homem! e a quem pode faltar esse pouco, se tem pelo menos alguma virtude? (...) São limitadas as necessidades do corpo: requer que se afaste do frio e que, com alimentos, se extingam a fome e a sede; tudo o que se deseja a mais é fruto de vícios, não de necessidades. Não é necessário examinar a profundidade de tudo, nem encher o ventre com matança de animais, nem extrair as ostras do litoral desconhecido do mais longínquo mar. Que os deuses e as deusas arruinem esses, cuja intemperança transpõe os limites de tão odioso império! Caio César, a quem a natureza, creio eu, gerou para mostrar o que poderiam os maiores vícios na maior riqueza, gastou, em um só dia, para um jantar, dez milhões de sestércios e, embora auxiliado pela fantasia de todos,

¹⁸¹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 636

¹⁸² SÊNECA, *Tratado*, op. cit., p. 63

¹⁸³ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 582

encontrou dificuldades em como pudesse sacrificar o tributo de três províncias em um só jantar¹⁸⁴.

O bom soberano às vezes é cruel, mas age desta forma por motivos de extrema necessidade, condenando pelo interesse público, enquanto que o tirano é cruel por prazer. Nesse sentido, Sêneca considera-os opostos, pois agem de forma diferenciada. A paz no império garante-se no amor de todos os cidadãos. Garantido o imperador, a segurança do reino também ficaria a salvo; caso contrário rompem-se os laços de fidelidade, jogando Roma no caos e na desordem generalizada. Para o filósofo estóico, a crueldade mostra-se inoportuna, porque o número de vítimas aumenta o número dos adversários; pais e filhos, parentes e amigos dos assassinados procurarão vingar-se e tais atitudes caminham para ações da esfera da tirania.

Portanto, o imperador é o vínculo de todas as forças do império, constituindo-se como tutor da ordem pública, pois “se homens sensatos colocam os interesses públicos acima dos privados, sucede que a pessoa mais querida é também a que personifica o Estado”¹⁸⁵.

Sêneca, na carta consolatória escrita à Políbio, descreve as funções do bom soberano, viu em Cláudio naquele momento, o depositário das virtudes romanas, aquele a que tudo ampara e consola, e isto serviria de conselhos ao amigo, de modo a amenizar suas dores e angústias; ainda que

¹⁸⁴ SÊNECA. *Consolações à minha mãe*, op. cit., p. 79

¹⁸⁵ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 51-52

tal carta apresente sinais claros de bajulação, percebe-se nela, elementos que serão amplamente utilizados em outros textos de Sêneca, que contribuirão na construção do modelo do bom soberano:

(...) vê quanta lealdade, quanto trabalho deves à sua bondade em teu favor; entenderás que não te é permitido abater-te mais do que aquele, em cujos ombros o mundo se apóia, se se acredita em fábulas. Mesmo ao próprio César, a quem tudo é lícito, por este motivo muitas coisas não são permitidas: a sua vigília protege o sono de todos, a sua fadiga, o ócio de todos; a sua atividade, os prazeres, o seu trabalho, o repouso. Desde o dia em que César se dedicou ao mundo, se privou de si mesmo e, como os astros, que desenvolvem seu curso sem cessar, nunca lhe é permitido descansar nem fazer qualquer coisa para si mesmo. (...) Com ele salvo, todos os teus estão salvos, nada perdeste; convém que os teus olhos não somente estejam secos, mas também felizes, em César estão todas as coisas, ele está para tudo¹⁸⁶.

Ainda para Sêneca, o imperador representa a ordenação do mundo, ele é o mantenedor de uma ordem estabelecida pela vontade dos deuses; além de buscar sempre em Augusto, o modelo a ser seguido:

(...) enquanto ele governa o mundo e mostra quão melhor o Império se conserva com benefícios do que com armas, enquanto ele preside as coisas humanas, não há perigo de que sintas ter perdido algo: só nele encontras bastante defesa e consolo. Possam os deuses e as deusas emprestá-lo, por muito tempo, à terra! Que ele possa igualar-se ao divino Augusto nos atos e ultrapassá-los nos anos! Enquanto estiver entre os mortais, possa ele sentir que nada mortal há em sua casa! Que aprove, por uma grande experiência, seu filho, como chefe do Império Romano, e que o veja antes como co-herdeiro do pai do que como sucessor! Que seja tardio e conhecido só pelos nossos netos o dia em que sua gente o chame para o céu!¹⁸⁷.

Tal força de argumentação é reiterada em outro trecho do tratado quando Sêneca assinala que "és a alma do Estado e o Estado é teu corpo,

¹⁸⁶ SÊNECA. *Consolações a Políbio*, op. cit., VII, 1, p. 105

¹⁸⁷ Idem, XII

podes ver, como espero quão necessário é a clemência, pois é a ti que poupas, quando parece poupar a outro”¹⁸⁸.

Percebe-se nitidamente uma visão organicista para o império em várias passagens do texto senequiano, como ocorre nesta: “Da cabeça provém a saúde que se espalha por todas as partes do corpo”¹⁸⁹. A manutenção desse equilíbrio refere-se à mansidão de espírito do imperador que, agindo desta forma, propagará paz a todos os cantos do império, servindo como espelho para moldar o comportamento de todos os habitantes que agirão à semelhança do príncipe. Na Epístola de número 114,23, o filósofo estóico reifica a importância da figura do príncipe para o império quando afirma que “o nosso rei é a alma; se esta permanece incólume, todas as nossas funções e deveres se realizam na mais perfeita ordem, mas se ela começa a oscilar, por pouco que seja, tudo o mais em nós é afetado”¹⁹⁰.

Nesse momento, o autor pretende recuperar um estado de espírito perdido já há muito tempo e não cumprido em administrações anteriores, pois, agindo com bondade, “em todo o mundo, a retidão de costumes retornará”¹⁹¹.

O uso da clemência atrela-se à idéia segundo a qual reis e príncipes personificam o Estado, constituindo-se, para Sêneca, no sopro vital que garante a existência do império. É este governante que tem o poder sobre todas as coisas e, desta forma, em vários trechos, o autor reafirma a

¹⁸⁸ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 52

¹⁸⁹ Idem, p. 44

¹⁹⁰ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 636

¹⁹¹ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 44

necessidade dos reis e príncipes em espelharem-se nos deuses. O filósofo relata: “Já que fiz menção aos deuses, seria ótimo que eu estabelecesse um modelo de formação de príncipe que quisesse ter para com os seus súditos as mesmas disposições que os deuses têm para com ele”¹⁹²; ou ainda através de uma inusitada metáfora: “E a aparência de um império tranqüilo e bem estruturado outra coisa não é senão a de um céu sereno e brilhante”¹⁹³.

A comparação e a proximidade de natureza ligam imperador e deuses, pois, em termos senequianos, o imperador que é gerado da natureza dos deuses, deve ser benéfico, generoso e sempre com seu poder voltado para o bem, tal como os deuses.¹⁹⁴ Um soberano deveria governar de forma a estar em harmonia com a razão do mundo dos deuses.

Quando Sêneca faz esse traço comparativo, objetiva indicar que o imperador — que tem o poder de vida e de morte sobre todos os mortais — deve agir com cautela, com moderação e, acima de tudo, com bondade e clemência. Assim como os deuses, que não encontram oposição para sua ira, os imperadores não devem ter um comportamento cruel para com os seus súditos. No tratado *Da Ira*, Sêneca fala a respeito dos efeitos maléficos de um homem tomado por este sentimento:

El hombre há nacido para ayudar al hombre; la ira para la destrucción común. El hombre busca la sociedad, la ira el aislamiento; el hombre quiere ser útil, la ira quiere dañar; el hombre socorre hasta a los desconocidos, la ira hiere hasta a los amigos más íntimos; el hombre está dispuesto a

¹⁹² Idem, p. 54

¹⁹³ Idem, ibidem.

¹⁹⁴ O imperador tem sua imagem associada a alguns deuses. Com Júpiter a figura do *princeps* está atrelada à noção de *optimus* e *maximus*. Atrelado à força, aparece a figura de Hércules; entre vários, o mais conhecido deles é Hércules, o Tebano, filho de Júpiter e Alcmele, mulher de Anfitrião.

sacrificarse por los intereses ajenos, la ira se precipita en el peligro con tal de arrastrar consigo a outro¹⁹⁵.

O comedimento na postura do imperador exige que este saiba administrar-se a si próprio para então administrar os outros. Em Sêneca, pessoas humildes, quando necessitam “forçar a mão”, fazem-no com muito desembaraço; porém, para um rei, até uma alteração na voz prejudicaria sua atitude majestática. No *Da Ira*, Sêneca relata: “Pueden ocultarse los demás, alimentarles en secreto; pero la ira se revela en el semblante, y cuanto mayor es, mejor se manifiesta”¹⁹⁶.

A preocupação em buscar uma postura majestática para alguém com poderes que desconhecem rivais, encontra-se na Carta 47 dirigida ao amigo Lucílio, quando afirma: “E os reis, por seu lado, esquecendo-se do próprio poder e da fraqueza dos outros, enfurecem-se e lançam-se como feras, como se tivessem recebido alguma ofensa, quando a grandeza da própria fortuna os mantém ao abrigo total das ofensas”¹⁹⁷.

A preservação da comunidade está atrelada à confiança das pessoas que cercam o imperador. Para a obtenção desta confiança, o governante deve ser pacífico, tranqüilo e comedido. De acordo com Sêneca, o príncipe precisa ser “afável de conversa, fácil à aproximação e ao acesso, com fisionomia que cativa as massas, propenso às petições legítimas, e apenas

¹⁹⁵ SÊNECA, *De la Ira*, op. cit., Livro Primeiro, IV, p. 403

¹⁹⁶ Idem, Livro Primeiro, p. 400

¹⁹⁷ SÊNECA, *De la Ira*, op. cit., p. 162

ríspido em relação às ilegítimas: ele é amado, defendido e respeitado pela nação inteira”¹⁹⁸.

O rei deve ter aparência extraordinária e diferenciar-se dos demais pelo tamanho, ou seja, pela sua grandeza como também pelo seu brilho. Para ser ao mesmo tempo maior e melhor, portanto *optimus*, é preciso buscar o modelo nos deuses e procurar imitá-lo. Para a garantia desta grandeza e deste brilho, concede-se títulos honoríficos dignos de um representante dos deuses: Grande, Feliz, Augusto.

Assim, como “Pai da Pátria”, o príncipe deve zelar por todos os habitantes do império. Numa contribuição significativa para a sua época, os escritos de Sêneca ocupam-se inclusive dos escravos, num período no qual a grande maioria dos escritores consideram-nos como “coisas”. Na Carta 47, já citada, ele discorre acerca da posição dos escravos na sociedade romana, em declarado alerta ao comportamento dos imperadores perante os mesmos, advertindo que “são companheiros de servidão, se pensares que todos estamos sujeitos aos mesmos golpes da fortuna (...). É um escravo. Mas pode ter alma de homem livre”¹⁹⁹.

Sobre a conduta do senhor para com o escravo, Sêneca ressalta: “Usa da clemência para com o teu escravo, de afabilidade mesmo, admite-o nas tuas conversas, nas tuas deliberações, nas tuas refeições”²⁰⁰.

¹⁹⁸ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 64

¹⁹⁹ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 156-160

²⁰⁰ Idem, p. 158

Em diversos momentos de seus textos, Sêneca compara o bom imperador à figura do bom pai na medida em que ambos devem pensar primeiramente no interesse dos outros, pois “o que deve ser feito pelo pai, deve também sê-lo pelo príncipe, a quem demos o nome de Pai da Pátria, sem termos sido levados por vã adulação”²⁰¹. Desse modo, o primeiro garante a felicidade dos seus súditos; o segundo garante a felicidade de seus filhos.

O filósofo latino relata diversos exemplos da postura de um pai, comparando-o inúmeras vezes à postura de um príncipe. Soma-se a isso, o fato de que há inúmeras exemplificações da intervenção do príncipe em assuntos familiares, já que esta era uma prática comum assumida com o advento do principado. Em Sêneca: “a partir dos pequenos impérios, procuremos um modelo para os grandes. Não existe uma forma única de comandar. O príncipe comanda seus cidadãos; o pai, seus filhos; o professor, seus alunos; o tribuno ou o centurião, seus soldados”²⁰².

Este imbricamento entre a vida pública e a vida privada aparece em um dos ensinamentos do estoicismo, citado em uma interessante passagem da carta 94,1 das *Epístolas Morais*:

aquela parte da filosofia que proporciona os conselhos adequados a cada indivíduo e se destina, portanto, não à formação do homem em geral, mas sim, por exemplo, a indicar ao marido como comportar-se em relação à mulher, ao pai como educar os filhos, ao senhor como dirigir os escravos, houve filósofos que a aceitaram como única e exclusiva, pondo de lado todas as outras partes a pretexto de que elas não oferecem qualquer utilidade prática. Como se fosse possível alguém ministrar preceitos sobre

²⁰¹ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 65

²⁰² *Idem*, p. 67

uma questão particular sem ter em vista toda a complexidade da vida humana²⁰³.

O trecho revela a compreensão do filósofo da necessidade de articulação entre diferentes esferas sociais para a indicação de preceitos válidos para diferentes contextos e apontar, desta forma, a normatização de comportamentos tanto do imperador quanto de seus súditos.

3.3.1 As ações do governante ideal

O único abrigo inexpugnável é o amor dos cidadãos.

Lucius Seneca

Logo no início do Tratado, Sêneca afirma que o imperador desempenha o papel dos deuses na terra. Reforça que a deusa Fortuna falará pela boca do príncipe; ela que é a condutora da vida dos romanos. O príncipe é, portanto, o representante máximo dos deuses, o árbitro da vida e da morte de toda a gente que habita o império. Sêneca reflete como se sua fala tivesse sido proferida pelo próprio Nero: “Todas as vezes que não encontrara nenhum motivo de compaixão, poupei por minha conta. Hoje, se os deuses imortais me requisitarem uma prestação de contas, estarei apto a apresentar-lhes o número total da raça humana”²⁰⁴.

²⁰³ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 479.

²⁰⁴ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 40

Falou-se anteriormente do rol das virtudes romanas e principalmente aquelas mais importantes para Lucius Seneca. Na defesa das ações do imperador, o homem virtuoso caracteriza-se por agir corretamente, porém, para agir de forma acertada, exige-se um exercício diário por parte do imperador. Dessa forma, o príncipe pode organizar o império e mantê-lo sob o seu jugo. Suas ações vão de encontro ao controle de uma grande multidão que necessita do imperador para viver em paz e tranquilidade.

A perspectiva de visualizar o príncipe como aquele que aglutina todas as forças para a manutenção do império, encontra-se demonstrada na Carta Consolatória enviada ao amigo Políbio, pois "enquanto ele governa o mundo e mostra quão melhor o Império se conserva com benefícios do que com armas, enquanto ele preside as coisas humanas, não há perigo de que sintas ter perdido algo: só nele encontras bastante defesa e consolo"²⁰⁵.

As ações que denotam a constituição ou a construção da figura do príncipe perfeito, atrelam-se às suas qualidades físicas e às posturas tomadas diante das questões relacionadas à administração imperial. Tais questões encontram-se diretamente relacionadas as idéias difundidas pela filosofia do estoicismo.

É perceptível ao longo do Tratado, a intenção de Sêneca em propagar as idéias estoicas, ou pelo menos grande parte delas. O autor defende a função social e moral da escola, pois, para ele, a filosofia tinha de cumprir uma função prática e o sucesso da aplicabilidade destes ensinamentos

²⁰⁵ SÊNECA. *Consolações a Políbio*, op. cit., p. 112-113

mostrou-se pleno na medida em que os romanos eram extremamente pragmáticos em suas atitudes. Quando faz comentários sobre o estoicismo, o filósofo latino afirma que “nenhuma escola é mais benévola e mais branda, nenhuma tem mais amor pelos homens e maior atenção pelo bem comum como a proposta de ser útil, de atender com seu auxílio aos interesses não somente seus, mas de todos, em geral, e de cada um, em particular”²⁰⁶.

Em outro trecho do Tratado, o preceptor de Nero demonstra novamente a presença de elementos do estoicismo quando diferencia sábios e loucos, afirmando que os primeiros alcançam resultados mais felizes em suas ações e, mais especificamente, no uso da clemência, já que “o sábio jamais se compadecerá, mas socorrerá e será útil. Nasceu para a assistência comum e para o bem público, do qual dará a cada um a sua parte”²⁰⁷. O sábio age dentro da razão, devendo estar preocupado com os seus semelhantes e trabalhar pelo bem comum, seja assumindo um cargo público, seja no espaço da vida privada. Na Epístola 59,4, dirigida a Lucílio, enfatiza que “o sábio autêntico vive em plena alegria, contente, tranqüilo, imperturbável; vive em pé de igualdade com os deuses”²⁰⁸.

Demonstra-se, assim, o papel que o governante deve assumir, pois este é o único com reais condições de discernir quando castigar, quando perdoar e quando fazer o bom uso da clemência.

²⁰⁶ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 46

²⁰⁷ Idem, p. 47

²⁰⁸ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 214

Para Sêneca, o príncipe deve agir com moderação no que tange ao trato com os cidadãos, os desconhecidos e os humildes, pois usando da clemência que convém dignamente a ele, em todo lugar que for levará paz e tranqüilidade. Mais uma vez visualiza-se que as ações do imperador devem ser medidas e orientadas pelo bom uso da clemência. Diz Sêneca: “A clemência é a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e devida (...) é a clemência que faz desviar a punição pouco antes da execução que poderia ter sido estabelecida por merecimento”²⁰⁹.

Na Carta Consolatória dirigida a Políbio, Sêneca reforça a necessidade do uso da clemência pelo soberano quando afirma que “a sua clemência que, entre suas virtudes, ocupa o primeiro lugar, me assegura que eu mesmo serei um dos seus espectadores. (...) O grande consolo de minhas desventuras é ver a sua clemência distribuída por todo o mundo”²¹⁰.

Percebe-se aqui que poupar uma vida é sinal de moderação e de retidão de um espírito meigo. Tomando essas atitudes, o exemplo da ação do imperador propagar-se-á, e, portanto, a violência e a crueldade serão freadas em todas as partes do império romano.

Usar de clemência, e quando possível perdoar, são para o filósofo, “não somente conceder a vida, mas garanti-la”²¹¹. Na Epístola 88, das *Cartas a Lucílio*, Sêneca reforça o bom uso da clemência quando diz: “A clemência

²⁰⁹ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 45

²¹⁰ SÊNECA. *Consolações a Políbio*, op. cit., p. 113-114

²¹¹ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 61

é que nos ensina a poupar a vida alheia tanto como a nossa própria e que sabe que um homem não deve desperdiçar a vida de outro homem”²¹².

Este ato de perdoar, porém, não deve ser concedido aleatoriamente nem gratuitamente. Nesse sentido, o sábio saberá agir corretamente e quando conceder o perdão; para Sêneca, em trecho do *Da Clementia* “aquilo que quiseses obter pelo perdão, o sábio te concederá por um caminho mais honrado, pois poupará, refletirá e corrigirá”²¹³.

Está claro que para o autor a clemência não deve ser confundida com o perdão, de tal forma que “não convém fazer uso trivial do perdão, pois, ao suprimir-se a diferença entre o bem e o mal, a consequência é a confusão e a explosão dos vícios”²¹⁴. A severidade combina com a clemência, porém, o bom soberano deve ser sábio o suficiente para ter a tranquilidade de melhor julgar. Do contrário, inclina-se à compaixão que é a fraqueza do homem, vizinha da miséria e do sofrimento da alma: “Assim todo homem de bem oferecerá clemência e mansidão, e evitará a compaixão, porque é falha de um espírito pusilânime sucumbir à vista dos infortúnios alheios”²¹⁵.

Caso aja dessa maneira, as ações do príncipe serão imitadas em todo o império, pois “não podes falar sem que as nações onde estiverem, acolham tua voz. Não podes enfurecer-te sem que todas as coisas estremeçam, porque não podes derrubar ninguém sem abalar tudo à tua

²¹² SÊNECA. *Cartas a Lucílio*, op. cit., p. 425

²¹³ SÊNECA. *Tratado*, op. cit., p. 48

²¹⁴ Idem, p. 42

²¹⁵ Idem, p. 46

volta”²¹⁶. Na medida em que o príncipe pode fazer tudo, não encontrando oposição alguma, é preciso que este aja com clemência e retidão.

É preciso, segundo Sêneca, governar, não por meio do terror, mas usar da clemência para, entre outras coisas, regenerar os homens. Dando voz a Nero, afirma: “Embainhada, ou melhor, manietada, minha espada permanece junto de mim. Até o sangue mais humilde estou poupando com extrema parcimônia”²¹⁷. Na figura do imperador, e neste caso trata-se especificamente de Nero, percebe-se então a natureza deste e de suas ações, sempre inclinadas à bondade, fazendo com que, desse modo, o império sinta-se seguro por não poder ser atacado nem destruído. Portanto, para reforçar a figura deste mesmo imperador, caracteriza-se um Estado de total liberdade.

Sêneca defende a manutenção do império a partir do exercício de um poder que se mostre de modo pacífico e saudável, pois, agindo com tais cuidados, garante-se a aprovação e o cumprimento de suas ordens. Um trecho do tratado *Da Ira* reforça tal afirmação, quando o autor diz: “La vida humana descansa en los beneficios y la concordia; y no el terror, sino el amor mutuo estrecha la alianza de los comunes auxilios”²¹⁸.

Nas ações do governante, reforça-se o modelo constituído pelo filósofo latino. Sendo assim, a partir da aprovação e da condescendência do governante, uma região pode ou não florescer. Cidades inteiras podem ser

²¹⁶ Idem, p. 56

²¹⁷ Idem, p. 40

²¹⁸ SÊNECA. *De la Ira*, op. cit., Livro Primeiro, IV, p. 403

destruídas ou libertadas de algum jugo; podem ser transferidas ou subjugadas. Cidades são construídas ou demolidas a um simples aceno do imperador. Novamente Sêneca formula um discurso como se este fosse proferido pelo próprio Nero: "Que nações conviria que fossem arrasadas até os alicerces (...) a quais se daria liberdade e de quais se arrebataria essa mesma liberdade, que reis se tornariam vassalos e quais as cabeças que conviria coroar com honras reais, (...) tudo é da alçada do meu legal parecer"²¹⁹.

No tratado *Da Ira*, Sêneca defende a necessidade de agir com cautela e usar de comedimento nas ações do imperador:

si quieres considerar ahora sus efectos y estragos, verás que ninguna calamidad costó más al género humano. Verás los asesinatos, envenenamientos, las mutuas acusaciones de cómplices, la desolación de ciudades, las ruinas de naciones enteras, las cabezas de sus jefes vendidas al mejor postor, las antorchas incendiarias aplicadas a las casas, las llamas franqueando los recintos amurallados y en vastas extensiones de país brillando las hogueras enemigas. Considera aquellas insignes ciudades cuyo asiento apenas se reconoce hoy: la ira las destruyó; contempla esas inmensas soledades deshabitadas; la ira formó esos desiertos²²⁰.

Quando Sêneca afirma que entre todos os homens, a clemência não convém a ninguém mais do que ao rei e ao príncipe, e esta mostra-se rara em palácios reais, é porque o poder do governante é absoluto: ninguém compete de forma igualitária com ele, pois tendo o poder de vida e de morte sobre todos, qualquer ação sua abalaria tudo. No *Da ira*, o filósofo diz:

²¹⁹ SÊNECA. *Tratado ...*, op. cit., p. 40

²²⁰ SÊNECA. *De la Ira*, op. cit., Livro Primeiro, II, p. 400

“Además, nadie es tan humilde que no pueda esperar vengarse hasta del más encumbrado: para hacer daño somos muy poderosos”²²¹.

Para sustentar as ações do imperador, nota-se um argumento sólido, utilizado constantemente por Sêneca e que objetiva dar maior legitimidade ao governo de Nero: com este, inaugura-se uma nova era. Há inúmeras passagens no Tratado que apontam para essa questão e que se mostram extremamente importantes no cumprimento daquilo que o autor se propõe a defender. Cita uma série de virtudes praticadas pelo imperador, tais como a equidade, a lealdade, o bem e a modéstia. Todas elas são formas de “fazer os males praticados em longo período de soberania, finalmente, darem lugar a um século de felicidade e pureza”²²².

Há outro trecho significativo acerca da entrada de Roma numa “época de ouro”, a partir do início do principado de Nero, contido no libelo político dirigido a Cláudio: o *Apokoloquintose*. Para conquistar definitivamente até os opositores ao regime de Nero, Sêneca demarcou claramente essa época; pinta o período de Cláudio como negra e administrativamente catastrófico, ou seja, Cláudio encarnaria, ou até melhor, representaria a figura do “mau” imperador, e Sêneca objetivava deixar o *Apokoloquintose* como o exemplo a não ser seguido por imperadores que governariam posteriormente.

Por outro lado, quando Nero assumiu o poder, inaugurou-se uma idade de ouro, próspera e feliz. O início do texto do *Apokoloquintose* definiu essa diferença de governantes: “Os acontecimentos que se passaram nos

²²¹ Idem, Livro Primeiro, III, p. 401

²²² SÊNECA. *Tratado...*, op. cit., p. 43

céus durante o dia 13 de outubro, primeiro ano de uma nova era de felicidade, eis o que eu quero transmitir à história”²²³, ou ainda no mesmo texto, Sêneca discorre acerca do novo período: “Assim como, depois das trevas, a Aurora difunde a rubra luz do Sol cintilante o universo saúda, pra fora das barreiras guiando com ímpeto o carro; assim o novo César aparece, aclamado por Roma agora será Nero: desprende-se a luz do seu rosto, do cândido pescoço guarnecido de longos cabelos”²²⁴.

Percebe-se nitidamente a força e a importância desse texto divulgado em um momento estratégico da sucessão imperial. Um “verdadeiro” príncipe, que estava então assumindo o trono do império, pela vontade dos deuses, traria a garantia de felicidade para os súditos e para o reino.

Observa-se nesses textos uma espécie de discurso fundador de uma “nova época” que estaria sendo inaugurada pela administração neroniana. Diz Sêneca: “Mas tu te impuseste um enorme encargo. Ninguém fala mais do divino Augusto, nem dos primeiros tempos de Tibério César, nem querendo imitar um modelo, procura outro além do teu: avalia-se o teu principado por esta prova”²²⁵.

Em relação a Cláudio, Suetônio também demonstra uma forte visão de tirano reservada a ele: “Evidenciava a sua natureza cruel e sanguinária (...) Fazia executar sem demora as torturas e os castigos reservados aos

²²³ SÊNECA. *Apokoloquintose do divino Cláudio*. Trad. E notas de Giulio Daivde Leoni. São Paulo : Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores). p. 261

²²⁴ Idem, p. 263

²²⁵ SÊNECA. *Tratado...*, op. cit., p. 41

parricidas e exigia que essas ações fossem levadas a cabo na sua presença”²²⁶.

Em comparação a outros imperadores — inclusive Augusto —, o atual César, para Sêneca, possui a verdadeira clemência e a pratica quando julga necessário. Sêneca saberia, portanto, como ensinar o príncipe a praticá-la. A partir do governo de Nero, a espada permanece na bainha e o império preserva-se grandioso sem derramamento de sangue.

Sêneca retoma os exemplos de Augusto, ou seja, lê o modelo instaurado no principado de Augusto, porém insere novos elementos para caracterizar as ações do atual príncipe. Afirma que “o divino Augusto foi um príncipe meigo, se alguém começasse por avaliá-lo pelo período de seu principado. Porém, no período de perturbação geral do Estado, empunhou a espada quando tinha a idade que tu tens agora, tendo começado seu décimo oitavo ano de vida”²²⁷.

No *Da Ira*, há uma referência ao modelar principado de Augusto, pois “muchas cosas dijo e hizo el divino Augusto que merecem ser referidas, y que demuestran que la ira no imperaba en él”²²⁸.

Ao longo do texto, Sêneca elenca outras ações praticadas por Augusto durante o seu governo. Apesar de inúmeros exemplos acerca do instaurador do regime serem vistos como sendo possíveis de incorporar a clemência e a bondade, estas são consideradas plenamente verdadeiras a partir do

²²⁶ SUETÔNIO, op. cit., p. 178

²²⁷ SÊNECA. *Tratado...*, op. cit., p. 56

²²⁸ SÊNECA. *De la Ira*. op. cit., p. 466

governo de Nero.

As inúmeras citações a Augusto e a inserção de seus feitos — na medida em que seu governo mostrou-se modelar — são trazidos em diversas passagens do texto senequiano de forma comparativa, para que se possa, dessa maneira, aumentar ainda mais a credibilidade de Nero e dar maior sustentação ao seu governo. Depois de relatar as ações do divino Augusto²²⁹, a comparação mais uma vez com Nero é bastante clara e reforça suas intenções de normatizar a sua administração:

Tais coisas fez Augusto quando velho, ou quando seus anos já o inclinavam para a velhice. Na juventude inflamou-se e a cólera arruinou-o; fez muitas coisas às quais voltava os olhos constrangidos. Ninguém ousara comparar a tua mansidão à do divino Augusto, mesmo se fossem levados à disputa os teus anos juvenis e a velhice dele, mais do que madura²³⁰.

Sêneca, ao relatar exemplos das ações de outros príncipes, o faz para que se rejeite as atitudes tomadas por alguns imperadores; e estas, na maioria das vezes, são ilustradas por batalhas ocorridas com grande derramamento de sangue e muitas mortes. Na Carta 94 a Lucílio, comenta algumas dessas ações, relatando o exemplo de dois nomes importantes da antigüidade. O primeiro é o de Alexandre, o Grande, também citado no *Da Clementia*. Relata o filósofo:

Uma vontade furiosa de devastar terras alheias incita o infeliz Alexandre e leva-o até remotas paragens. Ou consideras tu são de espírito um homem que começou sua carreira infligindo sucessivos golpes à Grécia, a terra em

²²⁹ O exemplo é longo para ser discorrido no presente texto. Trata-se de um fato ocorrido com Lúcio Cina, cônsul em 5 d. C., que teria sido julgado por Augusto por suspeita de traição (pp. 56-59).

²³⁰ SÊNECA. *Tratado...*, op. cit., p. 61

que fora educado e que roubou a cada cidade o seu bem mais caro, forçando Esparta à servidão e Atenas ao silêncio?²³¹.

Ainda na mesma carta, o segundo exemplo, agora com Pompeio: "também não foram a virtude ou a razão que persuadiram Gneu Pompeio à guerra no estrangeiro ou à guerra civil, mas sim uma paixão insana por uma falsa grandeza"²³².

A perspectiva dos *exempla* aparece na crítica feita as ações de Alexandre, o grande, registradas na Carta 113,27, pois "Alexandre, o vencedor de tantos reis e tantas nações deixava-se vencer pela ira ou pela amargura! E como não seria assim se ele próprio julgava preferível conquistar o universo a dominar suas paixões?"²³³.

A constante presença dos *exempla* nos textos senequianos permite pensá-los através de uma abordagem atrelada ao conceito de *Historia magistra vitae*. Há, nas reflexões de Sêneca, inúmeros exemplos de ações e personagens de épocas anteriores que podem e, para o autor, devem ser aprendidos. Em outras palavras, a perspectiva da *magistra vitae* presta-se a servir de ensinamento às diversas épocas da história. Para José Carlos Reis, "a história é sempre a de experiências vividas e de esperas dos homens que agem e sofrem"²³⁴.

Na Carta 24 endereçada a Lucílio, Sêneca afirma:

se para ganhares coragem necessitas de exemplos, não custa muito arranjá-los: em qualquer época os há com abundância. Em qualquer período da

²³¹ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. op. cit., p. 499

²³² Idem, ibidem

²³³ Idem, p. 626

²³⁴ REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. São Paulo : Papirus, 1994. p. 82

história, seja romana seja de outras nações, depararás com homens dotados de serenidade filosófica, ou ao menos capazes de corajosos arrebatamentos (...). O problema não é descobrir exemplos, mas sim escolhê-los²³⁵.

No *Tratado sobre a Clemência*, aqui enfocado com mais ênfase, encontram-se exemplos a serem seguidos, assim como exemplos a serem aprendidos e em seguida abandonados, pois se mostram como anti-modelo ao príncipe. Uma passagem do tratado, demonstra um exemplo, e neste caso, o exemplo é um ensinamento e serve de alerta ao imperador, pois “o que impede Lúcio Sila de ser denominado tirano, ele quem somente a escassez de inimigos fez pôr fim à matança?”²³⁶, ou ainda, no *Da Ira*, livro segundo, uma outra referência ao mesmo personagem, pois “uno de los ejemplos de la crueldad de Sila fué haber expulsado de los cargos públicos a los hijos de los proscritos. Nada más injusto que hacer pasar a los hijos el odio que se tuvo a los padres”²³⁷.

Os *exempla* foram um recurso de escrita amplamente utilizados nos textos de autores antigos. Mostrava-se como que homens considerados especiais poderiam instruir outras épocas através de suas ações e pensamentos. É a tradição de um grande passado que se mantém e acima disso, aprendia-se com esse passado.

Uma crítica feroz ao principado de Calígula ilustra a importância dos *exempla* nos escritos do filósofo estóico:

en otro tiempo mandó C. César, en el mismo día, azotar a Sexto Papino (...) y a otros muchos, caballeros romanos o senadores, sometiéndoles después a la tortura, no para interrogarles, sino para divertirse. En seguida,

²³⁵ SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. op. cit., p. 87-88.

²³⁶ SÊNECA. *Tratado...*, op. cit., p. 62.

²³⁷ SÊNECA. *De la Ira*. op. cit., p. 444

impaciente por todo lo que aplazaba sus placeres, que las exigencias de su crueldad pedían sin tregua, paseando entre las alamendas del jardín de su madre, que se extiende entre el pórtico y la ribera, hizo llevar algunas víctimas de aquellas com matronas y otros senadores, para decapitarlas a la luz de las antorchas”²³⁸.

A leitura dos textos senequianos permitiu visualizar que a aplicabilidade da *magistra vitae* perdurou em textos da época medieval e da época moderna. Na “Epístola ao rei da França” de Jacques Amyot, obra de meados do século XVI, lê-se:

Em que horror de trevas e em que tremedal de pestilenta e bestial ignorância estaríamos abismados, se a lembrança de tudo o que se fez ou que aconteceu antes que tivéssemos nascido fosse inteiramente abolida e extinta (...). Pois é uma regra e instrução certa, que por exemplos do passado nos ensina a julgar o presente e a prever o futuro, a fim de sabermos o que devemos seguir ou apetecer e o que precisamos repelir ou evitar”²³⁹.

Percebe-se que textos de autores da antigüidade podem ser lidos como precursores de um modelo — o *Historia magistra vitae* —, de longa duração. Nesse sentido, aponta-se seguramente, a abertura de um campo profícuo para novas pesquisas.

Procurou-se demonstrar que os *exempla* perpassam grande parte da vida dos romanos, desde seus primeiros ensinamentos, na sua própria casa, até sua entrada na vida política e social do império, e Sêneca sabendo disso, utilizou-se deste recurso constantemente.

²³⁸ Idem, p. 463

²³⁹ AMYOT, Jacques.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que aqui se finda está longe de ser exaustivo. Busca apenas fornecer uma visão de parte de um contexto sociocultural extremamente amplo e complexo, procurando, acima de tudo, apontar caminhos para outras reflexões a partir do estudo de parte da obra de um dos grandes autores latinos.

O manuseio dos textos senequianos possibilitou estabelecer uma hierarquização dos termos por ele utilizados, e, como corolário, uma hierarquização dos valores propagados pelo autor. Termos como rei e príncipe, por exemplo, aparecem inúmeras vezes ao longo de suas reflexões.

Ainda que os romanos — e isso se reflete em parte de sua literatura moral e política —, possuísem uma certa resistência ao termo rei para caracterizar seu regime, Sêneca não esteve preocupado em mostrar-se rigoroso na conceituação utilizada em seus textos. Importava a ele, com mais ênfase, convencer e ensinar seus leitores a boa conduta a ser adotada pelos governantes e pelos súditos, pois esta relação era para o autor um dos pilares de sustentação do principado.

Para Sêneca, o príncipe não nasce feito, ou seja, não se encontra preparado para a administração de um grande império, para aquilo que o

filósofo chamava de “gloriosa servidão”. Assim sendo, era papel de um pedagogo educar o príncipe para bem conduzir suas ações como governante.

Em seus textos, percebe-se que o autor almejava sustentar o poder de Nero estabelecendo relações amistosas deste com o Senado. Nesse sentido, procurou indicar uma linha de parceria entre a aristocracia e o governante, administração esta espelhada no governo de Augusto, considerado por muitos, inclusive Sêneca, como sendo modelar. Era algo como visualizar o príncipe e o senado sendo alma e corpo, agindo um na dependência do outro. Desta forma, se teria, para Sêneca, a realização de um princípio romano ideal de bom governo.

Por outro lado, não bastava “imitar” Augusto; era necessário acrescentar feitos gloriosos que demonstrassem a singularidade do principado neroniano. Para Sêneca — e isso é possível concluir —, o príncipe naquele momento tinha plenas condições de ser maior que Augusto, pois este, tal como os outros príncipes da dinastia Júlio-Cláudia, “derramou muito sangue”.

Desse modo, os textos de orientação moral e política da antigüidade clássica greco-romana podem ser vistos e entendidos como os elementos embrionários de um gênero e uma tradição que, nominados, remontam ao medievo ocidental: os *specula principum*. A tradição do gênero literário *espelho de príncipe* tem demonstrado o vigor e a importância dessa literatura na cultura ocidental. Inegavelmente, a literatura política ocidental,

ainda que não exclusivamente, ocupou-se em produzir obras voltadas à educação dos príncipes.

Considerando os diversos textos que remontam ao gênero²⁴⁰, percebe-se que, na sua maioria, eles proclamam em diversos momentos que os governantes devem procurar esforçar-se para adquirir, incorporar e posteriormente praticar um rol de virtudes que variavam em número e importância ao longo dos séculos.

Há uma certa continuidade entre os textos de aconselhamento produzidos na antigüidade clássica e os seus sucessores surgidos na Europa ocidental cristã. Tal aspecto justifica-se na medida em que o alvo, tanto de um como de outro, foi praticamente o mesmo: fornecer ao rei ou ao príncipe a melhor orientação no trato com a administração e nas relações com os súditos. Tendo tal perspectiva em mente, pôde-se então perceber a permanência dos escritos senequianos em outras épocas, com mais ênfase em textos de natureza moral e política. Destaca-se que inúmeras interpretações formuladas nesse período procuraram “cristianizar” as reflexões senequianas, principalmente através da iniciativa dos clérigos.

Este elemento de significativa importância está atrelado à ampla utilização, por parte de autores medievais, da tradição helenística e clássica na composição de muitas de suas obras. Esses autores foram responsáveis

²⁴⁰ Como exemplos de textos pertencentes ao gênero que se multiplicaram no apogeu da Idade Média, podem ser citados: Martin de Braga (*Formula honestae vitae*); Isidoro de Sevilha (*Excerpta canonum*, livro VII: *De honestate et negotiis principum*); João de Salisbúria (*Polycraticus*); S. Tomás de Aquino (*De Regimine principum*); Smaradge (*Via regia*).

pela propagação da literatura greco-latina, utilizando-se dos seus exemplos para a elaboração de obras vinculadas aos feitos de reis e príncipes.

Em suma, a literatura ligada aos *specula principum*, que no Ocidente clássico esteve voltada à formação dos homens de Estado, apresenta-se extremamente abrangente. Esses escritos constituem-se como verdadeiros manuais pedagógicos destinados à educação dos príncipes e reis, bem como na formulação de idéias acerca de como deve ser um bom governo.

Nos textos do autor em questão, tanto naqueles de natureza política, como nos de orientação moral, pode-se encontrar um catálogo das virtudes a serem praticadas pelos governantes em sua missão primordial: realizar o melhor governo e zelar pelo bem público.

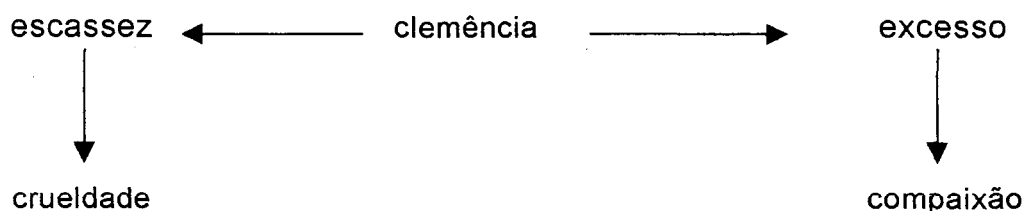
Demonstrou-se como o filósofo romano Lucius Seneca construiu a imagem do soberano ideal, pois suas obras podem ser vistas como manuais éticos e pedagógicos. Alguns escritos de Sêneca não são exatamente um tratado de "educação de príncipes"; porém, percebe-se neles uma forte intenção didática. Há nesses escritos um caráter pedagógico ao enaltecer os feitos dos governantes. Como ideal ético para o principado, as tragédias, os libelos políticos e os tratados filosóficos serviram de mecanismos de propaganda para a conduta principesca. Tal atitude sustenta-se na compreensão de que é possível associar e incluir no gênero *espelhos de príncipes* textos que não falam diretamente do universo político.

Tal literatura oferece conselhos práticos aos dirigentes políticos, explicando-lhes como conduzir as questões de ordem pública. Para Sêneca,

a monarquia era a melhor das instituições e ele defendeu a presença no governo de um rei-filósofo.

Apesar das poucas incursões no universo das idéias políticas, se comparado com outros autores do mesmo período, Sêneca pode ser considerado um grande pensador político na medida em que suas reflexões possuem expressiva inserção através do diálogo estabelecido com seus contemporâneos e com autores que o precederam.

Portanto, tais escritos deveriam fornecer conselhos práticos aos dirigentes políticos, para que aprendessem a transitar exemplarmente tanto na esfera privada de suas relações quanto no trato para com o povo. O aprendizado tinha como prerrogativa básica delimitar nitidamente as tênues fronteiras entre virtudes e vícios – elementos caracterizadores das ações de um governante. O modelo proposto por Lucius Seneca a partir da virtude da clemência, virtude de soberano concedida como ato de generosidade e manifestação de força e poder, pode ser apresentado da seguinte forma:



Além disso, constatou-se que as relações que se estabeleciam entre o imperador e a aristocracia senatorial mostraram-se estreitas e, portanto, constituíram-se num aspecto fundamental nos conflitos que eclodiam entre o

grupo de senadores e o próprio imperador. Em alguns reinados — como os de Calígula, Cláudio e os últimos anos do governo de Nero — os príncipes não respeitaram as regras do jogo, ignorando a importância e o poder que o senado tinha nas mãos. Analisando tais conflitos, conclui-se que um governante, ainda que visto como escolhido entre os deuses e o primeiro dos cidadãos, não governa sozinho.

Sêneca percebera muito cedo esse jogo de forças e, nesse sentido, soube adaptar-se às circunstâncias, revelando-se um articulador político bastante hábil. Na medida em que as relações com o senado passavam inclusive pela concepção pessoal de cada príncipe e, portanto, definiam a política imperial, Sêneca teve a oportunidade de interagir junto a um desses imperadores e contribuir para a construção da memória desse governo e de governos imediatamente anteriores. Ademais, sua obra inspirou modelos de administração que tiveram expressiva importância em governos de épocas vindouras.

Um dos pontos mais polêmicos do regime imperial residia na questão da sucessão. O principado tendia para a hereditariedade, porém, em alguns casos, a adoção definiu os rumos para a subida ao poder. No caso de Nero, Sêneca sabia da fragilidade de sua nomeação; e, a partir disso, soube construir um discurso apropriado para dar a sustentação necessária ao seu regime, além de conferir ares de legitimidade ao principado neroniano. Tal atitude se deve ao fato de que Sêneca reconhecia que dentro do império existiam domínios nos quais as ações dos imperadores e suas relações com grupos importantes não estavam claramente definidas.

O pensamento político e moral de Sêneca foi homenageado e lembrado posteriormente ao seu período quando, no segundo século, conferiu-se a Trajano a alcunha de *optimus maximus*. Este imperador discursou sobre o *felix quinquennium*, ou seja, discorreu sobre “o feliz período de 54-59”. Foi marcadamente o período no qual Sêneca encontrava-se vinculado ao poder imperial, sendo lembrado por sua instrução nos discursos imperiais, qualidade reconhecida como uma das mais importantes funções exercidas pelo filósofo estóico.

Sêneca, primeiramente como um teórico, necessitava de um agente para propagar os seus escritos. Nero teria sido a oportunidade ideal para a aplicabilidade de seus ensinamentos. Tais formulações estavam atreladas à idéia de que se havia um texto digno de ser escrito, este deveria estar direcionado às ações a serem praticadas em diversas épocas pelos concidadãos e pelos governantes.

Sêneca não foi apenas o professor de um imperador; ele teve amigos e alunos em volta de si com os quais discutia sobre a correta conduta de vida, a partir dos ensinamentos de sua filosofia. O autor compôs obras de ação pedagógica e de direção espiritual. Seus escritos ensinaram maneiras de ser e de agir, e, nesse sentido, obtiveram um caráter de universalidade.

Parte considerável da literatura do primeiro século da era cristã denunciou um período de excessos, de inversão de valores e, portanto, obscuro demais para definir e estabelecer os comportamentos e as ações então praticadas. Assim sendo, Sêneca foi um dos autores que repensou um mundo conturbado e estabeleceu um modelo de conduta a partir de suas experiências e impressões

obtidas em viagens que realizou pelos mais variados lugares dentro e fora dos domínios do Império Romano. Além disso, sua sólida formação intelectual, permitiu que escrevesse obras incluídas nos mais variados campos do conhecimento: a filosofia, a política, a geografia e a literatura, entre outros; e, desta forma, acreditava estar preparado para aconselhar tanto reis e príncipes quanto concidadãos e súditos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes

SÊNECA. De la Ira. In: _____. *Tratados Filosóficos*. Buenos Aires: Librería El Ateneo Editorial, 1952.

_____. *Apokoloquintose do divino Cláudio*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

_____. *Da tranqüilidade da alma*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

_____. Consolações à minha mãe Hélvia. In: _____. *Cartas Consolatórias*. Tradução de Cleonice Furtado de Mendonça van Raij. Campinas : Pontes, 1992.

_____. *Tratado sobre a Clemência*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *A vida feliz*. Apresentação: Diderot. Campinas: Pontes, 1991.

_____. *Cartas a Lucílio*. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

_____. Consolações a Políbio. In: _____. *Cartas Consolatórias*. Tradução de Cleonice Furtado de Mendonça van Raij. Campinas: Pontes, 1992.

_____. *Sobre o Ócio*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

SUETÔNIO. *A vida dos Doze Césares*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

_____. *Los doce Césares*. Tradução de Jaime Ardal. Barcelona: Grafiensa, s/d.

_____. *A Vida dos Doze Césares*. Tradução de Sady Garibaldi. 3ª ed. São Paulo: Athena, 1950.

TÁCITO, Cornélio. *Anais*. São Paulo: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

b) Obras citadas e consultadas

ABREU, Mirian Cabral. *O livro da virtuosa benfeitoria: um espelho das boas obras do rei. A concepção de realeza e sociedade na obra de D. Pedro (1392-1449)*. Niterói, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

AMEAL, João. *História da Europa*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1961.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

AYMARD, André; AUBOUER, Jeannine (orgs.) *História Geral das Civilizações: Roma e seu império*. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

BAILEY, Cyril (org.). *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

BARKER, Ernest. O conceito de Império. In: BAILEY, Cyril (org.). *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

BAYER, Raymond. *História da Estética*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

BORNECQUE, Henri; MORNET, Daniel. *Roma e os romanos*. São Paulo: Edusp/Epu, 1976.

BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo: una introducción crítica*. Espanha: Alianza Editorial, 1991.

BRUN, Jean. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CARBONNEL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.

CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Zélia Almeida. *A Literatura Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

_____. Elementos filosóficos na Fedra de Sêneca. *Centro de Estudos Clássicos*, Araraquara, n. 1, 1987.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961.

CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. Lisboa: P.E.A., 1961.

CASTAGNOLA, Luís; PADOVANI, Umberto. *História da Filosofia*. 12.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

CHÂTELET, François. *História da filosofia, idéias, doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CÍCERO, Marco Túlio. *Das Leis*. São Paulo: Cultrix, 1963.

COMMELIN, P. *Mitologia Greco-Romana*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CORASSIN, Maria Luíza. *A Reforma Agrária na Roma Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUBY, Georges (org.). *A Civilização Latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

DUVERNOY, Jean-François. *O Epicurismo e sua tradição antiga*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *História das crenças e das idéias religiosas*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FINI, Massimo. *Nero: o imperador maldito*. São Paulo: Editorial Scritta, 1993.

FINLEY, M. I. *Aspectos da Antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *História Antiga: modelos e testemunhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORENZANO, Maria Beatriz. *O Mundo Antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. São Paulo: Passagens, 1992.

FRÓES, Vania Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e suas singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói, 1995. Tese (Concurso para Professor Titular em História Medieval) – Universidade Federal Fluminense.

FUNARI, Pedro Paulo. *Antigüidade Clássica: a História e a Cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

GAZOLLA, Rachel. *O ofício do filósofo estóico: o duplo registro da Stoa*. São Paulo: Loyola, 1999.

GIARDINA, Andrea (org.). *El hombre romano*. Espanha: Alianza Editorial, 1991.

_____. *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na Antigüidade*. Portugal: Publicações Europa-América, 1981.

GUARINELLO, Norberto. Nero, o Estoicismo e a Historiografia Romana. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 1, jan/jun, 1996.

GUNNEL, J. *Teoria Política*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

JUVENAL. *Sátiras*. Trad. Francisco Antônio Bastos. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. A Política será ainda a ossatura da história?. In: _____. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

LOPES, Marcos Antônio. *O Político na Modernidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MARCO AURÉLIO. *Meditações*. São Paulo: Cultrix, 1989.

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antigüidade*. São Paulo: EPU, 1990.

MENDES, Norma. *Roma Republicana*. São Paulo: Ática, 1988.

MONDOLFO, Rodolfo. *O homem na Cultura Antiga*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

_____. *O pensamento antigo*. São Paulo: Mestre Jou, 1971.

MONROE, Paul. *História da Educação*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NUNES, José Lins. Principado e legitimidade na Roma Antiga. *Revista de História*, Porto Alegre, p. 131-138.

PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica: Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental*. uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Edusp : Pioneira, 1987.

PETRÔNIO. *Satyricon*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1988.

PRÉLOT, Marcel. *As doutrinas políticas*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

QUEIRÓS, Silvio Galvão de. *Pera Espelho de Todollos Uiuos: a imagem do Infante D. Henrique na Tomada de Ceuta*. Niterói, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. São Paulo: Papyrus, 1994.

ROBIN, Léon. *A Moral Antiga*. Porto: Edições Despertar, 1970.

ROEDEL, Leila Rodrigues. Prudência, justiça e humildade: elementos marcantes no modelo de monarca presente nas obras dedicadas ao rei suevo. *Revista de História*, São Paulo, n. 137, 1998.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Daniel Valle. Nero: política externa e defesa do Império. *Clássica*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1989.

RIBEIRO, Renato Janine. A Filosofia Política na História. *Revista Discurso*, São Paulo, v. 2, n. 14, p. 125-137, 1989.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, 1995.

ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível?* Os agentes do poder na urbe romana. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ROSTOVTZEFF, Michael. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCIACCA, Michelle F. *História da Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, s.d.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SNODGRASS, Mary Ellen (org.). *Clássicos romanos*. Portugal: Publicações Europa-América, 1988.

SOUZA, Rômulo Augusto de. *Manual de história da literatura latina*. Pará: Serviço de Imprensa Universitária, 1978.

TOUCHARD, J. (org.). *História das Idéias Políticas*. Lisboa: Presença, 1976.

TUCK, Richard. História do Pensamento Político. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Edunesp, 1991.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História* : Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VANDENBERG, Phillipp. *Nero: imperador e deus, artista e bufão*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

VEYNE, Paul. *A sociedade romana*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. O Império Romano. In: HISTÓRIA da Vida Privada : Do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VOEGELIN, Eric. A luta pela representação no império romano. In: _____. *A nova ciência da Política*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

WINOCK, Michel. As Idéias Políticas. In: _____. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

c) Dicionários

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1996.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Difel, s.d.

HALE, J. R. (org.). *Dicionário do Renascimento Italiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (orgs.). *Dicionário de Literatura Medieval, Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.